

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA UNIDADE
DE CONSERVAÇÃO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ,
MINAS GERAIS**



IZABEL BEATRIZ RODRIGUES DE MOURA

**UBERLÂNDIA - MG
2018**

IZABEL BEATRIZ RODRIGUES DE MOURA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ, MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.

**UBERLÂNDIA – MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M929c Moura, Izabel Beatriz Rodrigues de, 1990-
2018 Conflitos socioambientais na unidade de conservação Parque
 Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais / Izabel Beatriz Rodrigues de
 Moura. - 2018.
 134 f. : il.

 Orientador: João Cleps Júnior.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.939>
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia - Teses. 2. Meio ambiente - Preservação - Teses. 3.
Meio ambiente - Conflitos - Teses. 4. Parque Nacional da Serra do Cipó
(MG) - Teses. I. Cleps Júnior, João. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Geografia
Programa de Pós-graduação em Geografia



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO Nº 462PPGEO Ano: 2018

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO, do Instituto de Geografia – IG, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

DATA: 26/4/2018

INÍCIO: 14h _____

ENCERRAMENTO: 16h15

LOCAL DA DEFESA: Campus Santa Mônica – Bloco 1H Sala 247

DISCENTE: Izabel Beatriz Rodrigues de Moura

Nº. MATRÍCULA: 11612GEO008

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

LINHA DE PESQUISA: ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL

TÍTULO: “CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ, MINAS GERAIS”.

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr(a): João Cleps Júnior Orientador(a) (Presidente)	CPF: 032.209.698-79	UFU
Prof.(a) Dr(a): Rodrigo Herles dos Santos	CPF: 045.034.266-21	IBAMA
Prof.(a) Dr(a): Vicente de Paulo da Silva	CPF: 522.622.356-00	UFU

Em sessão pública, após exposição de cerca de 30 minutos, o(a) aluno(a) foi arguido(a) oralmente, sendo que a Banca Examinadora considerou o(a) candidato(a) A provado(a) _____.

Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

Na forma regulamentar, foi lavrada a presente Ata que é assinada pelos membros da banca e pelo (a) aluno (a).

OBS: _____

Prof. Dr. João Cleps Júnior (Presidente)

Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva – UFU

Prof. Dr. Rodrigo Herles dos Santos – IBAMA

Izabel Beatriz Rodrigues de Moura
Aluno (a) Izabel Beatriz Rodrigues de Moura

Dedico este trabalho a todos que estiveram presentes no trilhar do caminho, para tê-lo,
realizá-lo e, por fim, concluí-lo.

GRATIDÃO

Disse um poeta: "Permanece o espírito do voo naquele que, mantendo os pés no chão, acredita no sonho, de coração abre as asas da coragem e inspira os que estão no caminho e, mesmo que se sinta, não estará sozinho." (Vitor Chaves).

Expresso minha gratidão a **DEUS**, o maior mestre que podemos ter. Agradeço pela vida, por iluminar meu caminhar.

De coração agradeço aos meus pais, **D. ROSA e SR. GENÊS**, por serem minha base, por estarem sempre comigo, aconselhando e abençoando. A vocês que são exemplo de força, perseverança e fé, meu respeito e admiração.

Agradecimento especial aos meus irmãos, **RÔ, CIDA, DEIDS, VIVIAN, JÚ, TONY e MIGUEL**, e aos meus cunhados, vocês foram essenciais para que tudo isso acontecesse, obrigada por tudo sempre, e pelos "eu não sei como te ajudar, eu não sei escrever como você, rs." No mais, agradeço toda a minha família.

Ao meu orientador **JOÃO CLEPS**, obrigada pelo apoio no tempo que lhe coube, pelo incentivo, pela paciência, pela confiança, pela oportunidade e aprendizado transmitido durante o curso de mestrado.

Agradeço, ainda, os **IRMÃOS CHAVES**, pois são uma fonte de incentivo e inspiração para mim. Vocês são e sempre serão luzes. Obrigada por cada palavra de carinho e motivação. Por isso, e por tudo mais, apenas gratidão.

A minha amiga **MONIZE**, longe, mas perto no coração e presente em pensamento. Obrigada pelo carinho e pelas boas energias emanadas.

Aos professores **VICENTE, VERA, MIRLEI, JÚLIO CÉSAR, RITA e PÁVEL** por compartilharem conhecimentos, proporcionarem aprendizados, por enriquecerem a experiência no mestrado, obrigada por proporcionarem-me imprescindíveis contribuições.

Aos professores **MARCELO CHELOTTI** e **VICENTE** pelo aceite e pelas valiosas sugestões na defesa do projeto e na leitura do meu relatório de qualificação, contribuindo de modo enriquecedor para o caminhar deste trabalho. Ao **RODRIGO** e, uma vez mais, o professor **Vicente**, agradeço por terem aceite o convite para participar da banca de defesa da dissertação, pelas contribuições e importantes considerações.

A **IZABEL** e ao **JOÃO FERNANDES** pelo auxílio e ajuda na secretaria de pós-graduação.

A **FAPEMIG** pela concessão da bolsa de estudo, imprescindível para a realização desta pesquisa.

AO POVO DA SERRA DO CIPÓ, especialmente as famílias expropriadas pela criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, pela receptividade e disponibilidade em colaborar para a pesquisa. Um agradecimento expressivo ao **CUTA** por acompanhar-me nos trabalhos de campo. Agradeço ainda a **EDNA**, pelo apoio, pela acolhida, compreensão e carinho.

Agradeço a todos os meus amigos, os presentes e os ausentes, mas, acima de tudo, aqueles que, de coração, torceram por mim.

A todos que contribuíram positivamente na realização deste trabalho, minha gratidão.

Vocês são os anjos que me colocaram no colo...

"Somente as coisas simples podem preencher o vazio que às vezes sentimos por dentro."

LEO CHAVES

RESUMO

A região da Serra do Cipó apresenta características peculiares que atraem desde a visitação à especulação imobiliária. Conhecida mundialmente por sua riqueza natural, pela imponente beleza cênica e sua diversidade endêmica, e por sua localização na região central do estado de Minas Gerais, a aproximadamente 100 km da capital Belo Horizonte, situada na porção sul da Serra do Espinhaço, torna-se uma das áreas mais ricas em biodiversidade do planeta. Dada a essas peculiaridades, implantou-se, nessa região, uma área de preservação natural - o Parque Nacional da Serra do Cipó - apoiada fortemente na corrente preservacionista de que a natureza para ser preservada, precisa ser dissociada dos seres humanos. Os parques com características preservacionistas provocam o “encurralamento”, não considera a existência e o modo de vida das populações humanas que até então desconhecem a implementação de tal política ambiental, muitos são expulsos de suas terras tradicionais, são restritos ao uso e acesso aos bens naturais, provocando assim o conflito ambiental. Conflitos estes, que emergem, de um lado, comunidades tradicionais na busca por seus direitos étnicos de permanência em seus territórios e continuidade das atividades específicas e manejo da terra. Por outro lado, preservacionistas que defendem a ideia de uma natureza intocada. Essas imbricadas relações consagram, também, em uma violência simbólica, conceito bourdieuniano que descreve situação de poder no campo, onde a classe que domina economicamente inflige sua cultura aos dominados. A compreensão dessa dicotomia - homem/natureza - se faz presente nesta pesquisa, porque o objetivo central desta dissertação é estudar a dinâmica territorial no processo de implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó, e o conflito socioambiental instaurado em meio a diferentes interesses, disputas e percepções acerca da UC. Para alcançar tal objetivo, realizou-se, além do aporte teórico, a investigação de dados socioeconômicos, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas. Assim, apresenta-se nesta dissertação o cenário de (re)configuração da região da Serra do Cipó, decorrente da ação mútua de diversos grupos sociais que se territorializam a partir de interesses diversos. Pode-se afirmar que há um conjunto de elementos que cooperam para que haja uma dominação dos territórios, com isso e com uma força detentora de poder, desencadeia-se uma série de conflitos. Os relatos dos sujeitos entrevistados nos levam, além disso, a compreensão de que a violência simbólica sofrida por estes, encontra-se imbricada ao processo de criação do Parque Nacional, caracterizada pelo processo de expropriação das famílias que residiam na área hoje delimitada parque. As narrativas revelam, também, o quão grave foi o processo de expropriação na região no período de implantação do PARNA Serra do Cipó, e que a realidade vivenciada por esses sujeitos sociais está muito afastada das promessas realizadas pelos órgãos ambientais. Em função disso, percebeu-se, uma peculiaridade dos sujeitos sociais do lugar, a persistência, isso porque estes lutam em meio as adversidades, principalmente em relação os problemas impostos pela desapropriação. Apesar das dificuldades, dos descontentamentos e da saudade, os sujeitos afirmam que são felizes, que buscam uma reconstrução de suas relações com o espaço moldado, modificado e transformado.

Palavras-Chave: Serra do Cipó - Parque Nacional da Serra do Cipó - Conflito Socioambiental - Comunidades Tradicionais - Território - Minas Gerais.

ABSTRACT

The region of Serra do Cipó presents peculiar characteristics that attract from the visitation to real estate speculation. Known worldwide for its natural richness, imposing scenic beauty and its endemic diversity as its location in the central region of the state of Minas Gerais, being approximately 100 km from the capital Belo Horizonte, located in the southern portion of the Serra do Espinhaço, it becomes one of the richest areas in biodiversity on the planet. Due to these peculiarities, an area of natural preservation - the National Park of Serra do Cipó - was implanted in this region, strongly supported by the preservationist chain that nature to be preserved needs to be dissociated from human beings. Parks with preservation characteristics cause "cornering", does not consider the existence and way of life of human populations that are unaware of the implementation of such environmental policy, many are expelled from their traditional lands, are restricted to the use and access of goods causing environmental conflict. These conflicts emerge, on the one hand, by traditional communities in the search for their ethnic rights to remain in their territories and continuity of specific activities and land management. On the other hand, preservationists who defend the idea of an unspoiled nature. These imbricated relations also consecrated, in a symbolic violence, a bourdieunian concept that describes the situation of power in the field, in which the economically dominant class inflicts its culture on the dominated. The understanding of this dichotomy - man vs. nature - is present in this research, because the central objective of this dissertation is to study the territorial dynamics in the process of implementation of the the National Park of Serra do Cipó, and the socio-environmental conflict established amid different interests, disputes and perceptions about UC. In order to reach this objective, besides the theoretical contribution, the investigation of socioeconomic data, field work and semi-structured interviews. Therefore, this dissertation presents the scenario of the (re) configuration of the Serra do Cipó region, resulting from the mutual action of several social groups that are territorialized from different interests. It can be affirmed that there is a set of elements that cooperate to occur a domination of the territories, with this and a force holding of power, a series of conflicts is unleashed. The reports of the subjects interviewed also lead us to understand that the symbolic violence suffered by the latter is intertwined with the process of creation of the National Park, characterized by the expropriation process of the families residing in the area now delimited by the park. Moreover, the narratives reveal how serious was the expropriation process in the region in the period of implementation of the PARNA Serra do Cipó, the reality experienced by these social subjects is far from the promises made by environmental agencies. As a result, it was perceived a peculiarity of the social subjects of the place - the persistence, because they fight in the middle of the adversities, mainly in relation to the problems imposed by the expropriation. Despite the difficulties, the discontent and the longing, the subjects affirm that they are happy, that they look for a reconstruction of their relations with the molded, modified and transformed space.

Keywords: Serra do Cipó - National Park of Serra do Cipó - Socioenvironmental Conflict - Traditional Communities - Territory - Minas Gerais.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Temporalidade do percurso de uso e ocupação do território cipoense	44
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista aérea do rio Cipó - Divisor de municípios, do lado esquerdo Jaboticatubas, e na margem direita, Santana do Riacho.....	35
Foto 2: Fazenda do Cipó - Tricentenária fazenda do séc. XVIII.....	41
Foto 3: Juquinha da Serra - figura popular e querida da Serra do Cipó	53
Foto 4: Portaria Areias do PARNA Cipó	80
Foto 5: Portaria de acesso ao PARNA Cipó.....	80
Foto 6: Portaria do Retiro do PARNA Cipó.....	81
Foto 7: Portaria do Retiro acesso ao PARNA Cipó	82
Foto 8: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó/Retiro – Casa centenária.....	103
Foto 9: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó	103
Foto 10: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó	104
Foto 11: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó	104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização e limite dos municípios da área de estudo.....	21
Mapa 2: Localização do PARNA Serra do Cipó, da APAMP e do distrito Serra do Cipó (Santana do Riacho).....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAM	Associação Gaúcha de Defesa do Meio Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
APAMP	Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira
CBH	Comitê da Bacia Hidrográfica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPNAP	Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
DECIS	Departamento de Ciências Sociais
DRE/MG	Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais
EA	Educação Ambiental
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IER	Instituto da Estrada Real
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	União Internacional de Conservação da Natureza
MAB	<i>Man and the Biosphere</i>
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NIISA	Núcleo Interdisciplinar de Investigação Sócio Ambiental
NINJA	Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental
ONG's	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional

PE	Parque Estadual
PELG	Parque Estadual da Lapa Grande
PM	Plano de Manejo
PN	Parque Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNSci	Parque Nacional da Serra do Cipó
PROECOS	Projeto para Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISBIOTA	Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SPHAN	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TC	Termo de Compromisso
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UC's	Unidades de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSJ	Universidade Federal de São João De-Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UIPN	União Internacional para Proteção da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
ZA	Zona de Amortecimento
ZOT's	Zonas de Ocupação Temporária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	20
2.1 Caminho Teórico - Metodológico.....	23
2.2 Um olhar direcionado à Serra.....	23
2.3 O caminhar até a Serra - o planejamento.....	25
2.4 Um novo olhar - de volta à Serra.....	28
SEÇÃO I.....	34
3. AS BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA PESQUISA.....	34
3.1 Pelos caminhos da Serra: Uma abordagem histórico-geográfica.....	34
3.2 Território e lugar: conceitos básicos da pesquisa.....	45
3.3 A Serra como lugar de memória: percepções acerca das vivências da comunidade local.....	49
SEÇÃO II.....	55
4. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	55
4.1 A ideia de reservar áreas para a conservação da natureza.....	55
4.2 As unidades de conservação no Brasil.....	61
4.3 Os atores centrais dos conflitos em áreas de proteção: as comunidades residentes.....	67
4.4 A natureza dos conflitos socioambientais em unidades de conservação.....	71
SEÇÃO III.....	77
5. OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO DO TERRITÓRIO CIPOENSE.....	77
5.1 O processo de criação - desapropriação do PARNA Serra do Cipó.....	77
5.2 O PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira.....	79
5.3 As dinâmicas socioespaciais da Serra do Cipó.....	85
5.3.1 Os sujeitos sociais e a criação do PARNA Cipó.....	86
5.3.2 Os sujeitos sociais frente à institucionalização do PARNA Cipó.....	89
5.3.3 O turismo e os conflitos na produção do espaço.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICES.....	127

1. INTRODUÇÃO

O modelo de proteção de áreas naturais transmitido do preservacionismo dos Estados Unidos, configura-se como causador de injustiças ambientais. Isso porque, quando reservado determinadas áreas do território para a proteção da natureza, na maioria das vezes, de modo integral, este exclui parcela significativa das populações residentes sobre esses espaços. E, a gravidade é maior, quando tal exclusão ocorre em benefício de outros grupos sociais, ou seja, aqueles reprodutores do modelo econômico hegemônico, responsável pela degradação, a qual originou a necessidade de reservar espaços específicos da superfície terrestre para a preservação. (BENSUSAN, 2006).

A dicotômica relação sociedade/natureza reportada desse modelo preservacionista de área protegida se caracteriza, então, como um dos principais mecanismos produtores de conflitos socioambientais. Especialmente, nos países periféricos, pois a transposição desse modelo trouxe efeitos negativos, principalmente aos povos e comunidades tradicionais, por exemplo, os extrativistas e os indígenas, dentre outros, que possuem relações diferentes com a natureza. (DIEGUES, 2001).

Dos conflitos apresentados por Diegues (1995) percebe-se que a maioria deles relacionam-se aos conflitos sociais pelo uso do solo, dos bens naturais¹ de uma determinada área e, ainda, pelos conflitos em decorrência dos processos de ocupação territorial. Nesse caso, identificam-se aqueles que envolvem sujeitos usuários e ocupantes das Unidades de Conservação - UC's, que ocupam materialmente o espaço, a depender do poder de força e da sustentabilidade da ação social de cada sujeito, ou da rede por ele estabelecida. Sob o ponto de vista de Henri Acselrad (2004) o estudo dos conflitos está pautado na discussão sobre a gestão das águas, dos solos, da diversidade biológica e das infraestruturas, aos diferentes grupos sociais que resistem aos processos de monopolização dos bens ambientais aos olhos dos grandes interesses econômicos.

Acselrad (2004) completa ponderando que os conflitos socioambientais são aqueles que compreende grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do

¹ Os *recursos naturais* remetem a vários usos, no entanto, estes nem sempre são compatíveis ao modo de apropriação do homem, ou seja, há aqueles de usufruto para as atividades tradicionais, direcionadas a subsistência ou consumo interno, possibilitando a sobrevivência física e cultural de uma determinada comunidade, há aqueles que estão entre as riquezas naturais, mas que são priorizados visando a sua comercialização. Dessa maneira, ao longo do texto, utilizar-se-á o termo "*bens naturais*" referenciando aos recursos existentes na Terra, aos valores culturais, incluindo diretamente as comunidades tradicionais.

território, originado quando pelo menos um dos grupos possui a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por aspectos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Nesse contexto, pode-se coadunar com as colocações de Bensusan (2006), ao afirmar que as populações que por muito tempo foram, em diversos casos, responsáveis pela manutenção da natureza em certas áreas do planeta, em decorrência de seus modos de vida, acabam sofrendo as consequências desse serviço prestado ao meio ambiente e à humanidade. Esses grupos, são, assim, expulsos de seus territórios de moradia e proibidos, muitas vezes sem explicação ou compensação, de continuarem sua reprodução social e cultural, sendo vistos como degradadores do meio ambiente, independente do seu modo de vida. (VIANNA, 2008).

No Brasil, a criação dessas áreas está fundamentada na corrente preservacionista, onde a natureza para ser preservada, precisa ser dissociada dos seres humanos, modelo adotado na criação do primeiro Parque Nacional - PARNA, do mundo, o Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, criando a dicotomia “povos e parques”. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, define a categoria parque como Unidade de Proteção Integral, a qual não admite a participação direta da população ao acesso e uso dos bens naturais disponíveis na área delimitada.

Assim, é essencial destacar que a transposição do “modelo Yellowstone” de parques sem moradores, vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, onde as florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Esta inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; intensa crise econômica e a dívida externa de diversos países subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a “crise da conservação” (DIEGUES, 2001). Desse modo, o desafio é o de estabelecer estratégias apropriadas de uso, aproveitamento econômico e conservação da biodiversidade conexas às suas raízes socioculturais. (MUNGAI, 2008).

Nesse contexto, Benatti (2001) traz uma importante contribuição, ao destacar que para que as áreas protegidas alcancem os objetivos propostos, em primeiro lugar não deve ser vistas como “ilhas de preservação” do meio natural, separadas de seu contexto regional e nacional; em segundo lugar esses espaços naturais protegidos não devem ser criados, institucionalizados e geridos sem a participação das comunidades envolvidas nesse processo, principalmente aquelas diretamente impactadas; em terceiro lugar, é preciso recategorizar o modelo de criação

dessas áreas naturais para a proteção da natureza, compatibilizando com a presença das populações tradicionais.

O ideário que apoia a vertente preservacionista para a criação de Unidades de Conservação traz consigo diversas disputas, que vão desde o planejamento territorial até o uso e acesso da natureza. Esses espaços protegidos, amparados por Lei, envolvem diversas áreas de preservação permanente, como o curso de um rio, até extensas áreas territoriais, como as UC's, as quais abrangem territórios, na maioria das vezes, habitado e apropriado material e simbolicamente por diversos grupos sociais. É preciso conter esta visão preservacionista que tem um peso significativo nos debates sobre essa questão, trazendo novas conjecturas que irão contribuir para o processo de criação, gestão e institucionalização dessas áreas.

Portanto, uma hipótese que auxilia este trabalho é a compreensão das vertentes, preservacionismo e conservacionismo que orientam as políticas de criação de áreas naturais protegidas, e as restrições no sistema de uso e acesso a natureza.

A institucionalização de áreas naturais protegidas cria novas ideias de territorialidade para as populações ali presentes, o que pode ocasionar também a desterritorialização. Um exemplo, o *Parque Nacional da Serra do Cipó*, localizado na região central do estado de Minas Gerais, objeto de estudo nessa dissertação, é um território em conflito, que centraliza nas restrições ao uso e acesso do espaço/bens naturais. A criação dessa Unidade de Conservação trouxe impactos diversos para os sujeitos envolvidos, a junção destes, refletiram em tensões e conflitos. Esse estado de tensão foi iniciado, principalmente pelo processo de desapropriação, que ainda decorre, em meio as reivindicações de moradores e ex-moradores que buscam por seus direitos. Assim, uma segunda hipótese, relaciona ao processo de institucionalização do PARNA Serra do Cipó, os conflitos envolvendo as comunidades locais e o órgão gestor.

Para Diegues (1995) a inexistência de sustentabilidade política das ações do Estado caracteriza-se como um dos principais problemas da causa desses conflitos, os quais se instauram entre a intenção de conservar, a forma de implantação da unidades de conservação e a ausência de decisão política e administrativa para cumpri-la, este descaso pode ser justificado pela falta de apoio político institucional, pelas condições físicas e de infraestrutura, falta de plano de manejo, planejamento administrativo e de manejo deficiente, limites da unidade de conservação inadequados e/ou indefinidos, carência na fiscalização, falha na definição de uma metodologia de implantação de uma unidade de conservação, falha de constância em assuntos técnicos e administrativos, reiteradas mudanças na orientação administrativa, fracassos frequentes no alcance de soluções para estas populações.

Desse modo, Little (2002) nos diz que os conflitos socioambientais podem ser compreendidos como disputas por grupos sociais, derivados de diferentes formas de relações, por eles estabelecidas em seu meio natural. Esses conflitos socioambientais têm uma presença intensa em áreas protegidas e perduram-se por longos períodos.

Nas entrevistas com os moradores, teve-se a percepção de que as transformações na territorialidade e nas práticas cotidianas da comunidade local foram impactadas diretamente pela institucionalização do PARNA Serra do Cipó, desse modo sentem-se ameaçados ao considerar a ideia de deixarem seu território em função das normas de uso do parque.

Temos, então, uma terceira hipótese, direcionada às famílias que residem no interior do PARNA Serra do Cipó, e a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio na resolução dos conflitos socioambientais existentes, essas populações tradicionais permanecem no interior da Unidade de Conservação, todavia, restritas ao exercício de suas atividades tradicionais, poderíamos dizer, pois, que sofrem uma reclusão territorial, caracterizada pelo Geógrafo Rogério Haesbaert (2004) como sendo uma exclusão às avessas, não no sentido dos grupos sociais serem diretamente excluídos do território, mas, indiretamente, por meio de territórios parcial ou totalmente excluídos da ocupação e/ou da circulação humana.

Essas restrições ocasionam conflitos, tanto no espaço geográfico das unidades de conservação, quanto em sua zona de amortecimento, sendo estes caracterizados pelo acesso e uso dos bens naturais. Com isso, ocorre um embate entre sujeitos sociais com concepções distintas ao gerenciamento dos bens coletivos de uso comum, sendo, portanto, uma disputa e, ao mesmo tempo, uma resistência pelo acesso a esses bens. (ACSELRAD, 2007).

Ademais, a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não está justificada apenas pela proteção e importância dos saberes, das tradições, passados de geração em geração reverenciando as condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, pelos bens naturais, justifica-se, também, pelos exemplos que devem ser considerados pela civilização urbano-industrial necessária de suas relações atuais com a natureza, pontua Diegues (1994).

Nesse contexto, o objetivo central do trabalho foi o de estudar a dinâmica territorial no processo de criação e institucionalização do Parque Nacional da Serra do Cipó, face aos conflitos socioambientais instaurados em meio a diferentes interesses, disputas e percepções. O entendimento dessa dinâmica, presente nesta pesquisa, traduz o cenário das dificuldades e adversidades das comunidades locais.

De modo específico, buscou-se:

- ✓ Apresentar as principais modificações históricas e socioambientais na região da Serra do Cipó;
- ✓ Analisar como são elaboradas e aplicadas as políticas de criação de UC's da Natureza, buscando entender os mecanismos que induziram a criação dessa categoria de unidade na Serra do Cipó;
- ✓ Identificar as formas inter-relacionais da população local com a implantação do PARNA Serra do Cipó, os impactos e conflitos no contexto da regularização fundiária, e no processo organizacional do espaço.

Para o alcance dos objetivos mencionados, foi preciso responder as questões norteadoras da pesquisa:

- ✓ Quais as formas de acesso e uso dos bens naturais praticados pelas famílias no entorno direto ou em áreas sobrepostas ao Parque Nacional da Serra do Cipó?
- ✓ Em que medida a institucionalização dessa área de preservação, com suas restrições, amplia os conflitos socioambientais?

A proposta dessa dissertação, justifica-se, sobretudo, pelas estratégias de conservação ambiental em áreas de proteção integral, isso se explica, pelas restrições ao uso e acesso do território as comunidades tradicionais, desconsiderando os contextos culturais e sociais, pela reorganização do espaço, e pela (re)construção que atinge, historicamente, o modelo de gestão, de identidade e de territorialidades antes estabelecidas.

Portanto, a importância da pesquisa refere-se aos estudos das ciências naturais que contribuem para a omissão no processo expropriatório existente e do reforço da ideia deste espaço social enquanto um espaço puramente natural, mas dissociado da cultura e das dinâmicas sociais existentes.

Dessa forma, optou-se, por dividir a dissertação em três momentos, sendo um momento para cada eixo temático e um momento final para a apresentação dos resultados empíricos da pesquisa, além da introdução, do itinerário metodológico e das considerações finais.

O primeiro, caracteriza-se pelo processo de ocupação e gestão do território cipoense, consiste em apresentar a Serra do Cipó, por meio de uma abordagem histórico-geográfica, destacando suas faces e interfaces. Destacar-se-á, as categorias geográficas – território e lugar - elementos analiticamente relevantes para a compreensão social, cultural e ambiental da região, pelas percepções da Serra enquanto lugar de memória, revelando seus traços históricos, sua importância e sua singularidade, desse modo, têm-se - *As bases-teórico conceituais da pesquisa.*

O segundo momento é dedicado ao processo de criação de áreas naturais protegidas, partindo do contexto mundial até o cenário brasileiro. Neste momento, problematizam-se duas linhas de orientação para a criação dessas áreas - o *preservacionismo* e o *conservacionismo*, destacando a imbricada relação entre as populações humanas residentes nessas áreas e os conflitos socioambientais delas decorridos, dando ênfase a dinâmica de uso e apropriação territorial, apresenta-se, então - *As unidades de conservação: comunidades tradicionais e conflitos socioambientais*.

O terceiro momento, articula-se ao arcabouço teórico apresentado nas seções anteriores. Investir-se-á na análise dos casos empíricos dos conflitos e injustiças socioambientais identificados na região. Desse modo, o olhar será direcionado a institucionalização do PARNA Serra do Cipó e nas comunidades tradicionais direta ou indiretamente abrangidas pelo seu traçado atual, destaca-se, portanto - *Os conflitos socioambientais nas transformações em curso do território cipoense*.

Por último, apresenta-se, como conclusão, as considerações de que as contradições do processo de criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, no caso específico, o PARNA Serra do Cipó, e os conflitos socioambientais territoriais relacionados, se manifestam a partir das disputas e relações de poder pela apropriação e uso dos territórios, bem como pelas práticas sociais de cultura e identidade.

2. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

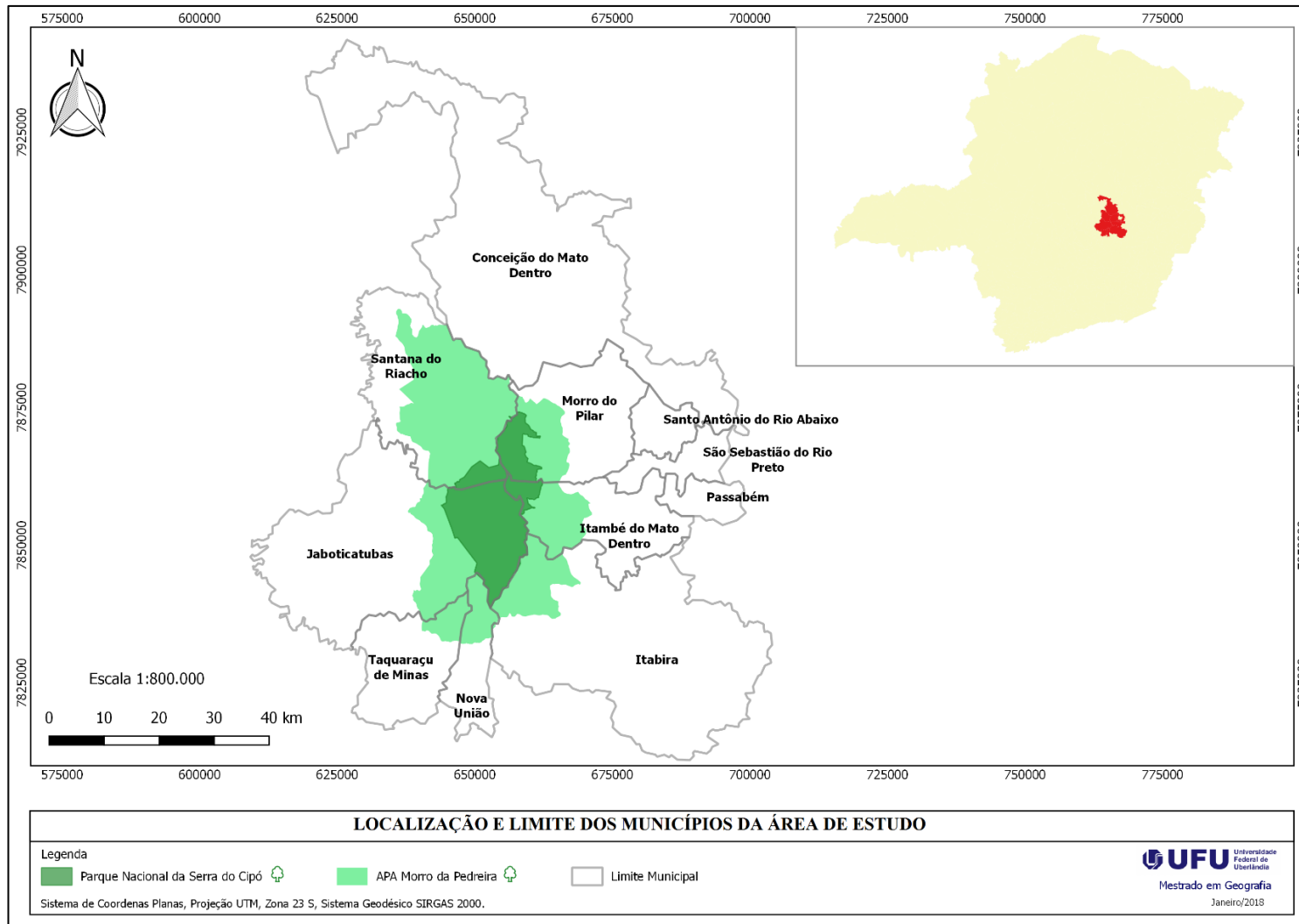
A Serra do Cipó, conhecida e caracterizada como sendo uma das mais importantes províncias turísticas do estado de Minas Gerais, localiza-se na região central do estado, estando a aproximadamente 100 km da capital Belo Horizonte. Uma região com referência ao quesito biodiversidade, situada na porção sul da Serra do Espinhaço, há séculos cativa viajantes, naturalistas, turistas e seus moradores, que a redescobrem e a reconfiguram revelando seus traços históricos, sua importância e sua singularidade.

As Serras são divisoras dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, formando uma zona de transição, contando também com o predomínio dos Campos Rupestres que contribuem para a diversidade endêmica da região. Dividem, ainda, as águas de duas importantes bacias hidrográficas brasileiras, os cursos que vertem para o rio Doce a leste e os que compõem o rio São Francisco a oeste, tornando assim uma das áreas mais ricas em biodiversidade do planeta, fato que culminou, em 1950, o título de “Jardim do Brasil” conferido pelo paisagista Burle Marx. (ICMBio, 2009).

Dada a essa grande diversidade, e objetivando a preservação desse patrimônio, implantou-se na região duas Unidades de Conservação - UC's, de âmbito federal, cujo ordenamento territorial é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o Parque Nacional da Serra do Cipó - PNSCi, criado em 1984, abrangendo os municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro e a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira - APAMP, criada em 1990, circundando inteiramente o PNSCi, sendo considerada Zona de Amortecimento - ZA do mesmo, a APAMP compreende sete municípios, os quatro supracitados e, também, porções dos municípios de Itabira, Nova União e Taquaraçu de Minas, ambas UC's fazem parte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, reconhecidas em 2005, pelo programa “O Homem e a Biosfera²”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. (ICMBio, 2009).

Entende-se como região da “Serra do Cipó” os sete municípios citados e, além disso, o município de Conceição do Mato Dentro, reconhecido, também, pela Secretaria de Turismo do estado de Minas Gerais - MG, conforme o mapa 1. (MADEIRA *et al*, 2008).

² Em inglês: *Man and the Biosphere* - MaB, resultado da Conferência sobre a Biosfera realizada pela UNESCO, em Paris, no ano de 1968.



Mapa 1: Localização e limite dos municípios da área de estudo

Fonte: ICMBio, 2009.

Org.: MOURA, I. B. R., 2018.

Por sua vez, a região da Serra do Cipó tem o seu acesso por meio da rodovia MG-010 a oeste e ao norte do PNSCi, percorrendo os caminhos da antiga Estrada Real, localizada a leste da unidade, em direção ao município de Conceição do Mato Dentro e, por conseguinte, a cidade de Diamantina.

Os oito municípios que compõem a região, como dito anteriormente, possuem uma extensa riqueza histórico-cultural, têm a sua formação caracterizada pelas pinturas rupestres e pelos sítios arqueológicos que indicam não só elementos extintos da fauna, como também o registro da presença humana na região, remontam há cerca de 20.000 a 12.000 anos. (IPHAN³, 2011).

Sua caracterização histórica advém, ainda, da descoberta e mineração do ouro, da passagem dos bandeirantes, e das grandes viagens de naturalistas europeus, sendo então territórios privilegiados pela passagem, ponto de abastecimento e descanso dos tropeiros vindos dos centros mineradores, destaca-se também os empreendedores industriais e, por último, e, mais recente, o desenvolvimento da atividade turística. (FERREIRA, 2010).

Desde então, os diversos ciclos da economia ocasionaram diferentes formas de exploração na região, um bom exemplo são as várzeas nas beiras dos rios que a cortam, as quais eram tomadas por amplas lavouras de arroz e feijão, e as juntas de bois que aravam as roças de feijão e milho, conforme destaca Almada, (2012).

Este autor completa que nas últimas décadas a região da Serra do Cipó vivenciou um profundo processo de transformações, principalmente pela industrialização turística estabelecida, associada a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó em meados da década de 1980.

Coadunando com a afirmação supramencionada, Ferreira (2010) versa que a região vive a consolidação de transição/transformação, estreada nas quatro últimas décadas. Uma região que, essencialmente, sempre viveu de uma economia de substância (agricultura e gado) e que ao longo dos anos está sendo influenciada por uma progressiva dinâmica de expansão dos processos de modernização e urbanização da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.

Contudo, essas novas (re)configurações, bem como as relações constituídas entre homem e território, sua biodiversidade, suas características histórico-cultural relacionadas ao processo de povoamento da região formam um conjunto de histórias de vida, onde as lembranças, os relatos e a afetividade com o lugar pairam no imaginário das pessoas, direcionando-as para a Serra.

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

3. CAMINHO TEÓRICO - METODOLÓGICO

3.1 Um olhar direcionado à Serra

A escolha do tema apresentado para esta pesquisa, articula-se à trajetória acadêmica, de quatro anos (2010/2013) no curso de Licenciatura em Geografia, quando tive a oportunidade de participar de pesquisas que abordavam a temática socioambiental no município de Montes Claros e municípios vizinhos, sobretudo relacionadas à criação de unidades de conservação e aos conflitos socioambientais existentes.

Em meio a isso, é importante, então, apresentar o itinerário até a chegada ao Mestrado, partilho etapas imprescindíveis em minha caminhada acadêmica que foram essenciais naquele período e que despertaram o desejo pela temática e região estudada, justificando-se pela busca em aprofundar os conhecimentos e compreender a dicotômica relação homem-natureza.

O primeiro olhar lançado para o processo de criação de unidades de conservação, enquanto pesquisadora, teve início no ano de 2011, durante o curso de graduação, na modalidade estágio, onde atuei como Educadora Ambiental - EA, no Parque Estadual da Lapa Grande - PELG, em Montes Claros - MG, a partir das atividades desenvolvidas, das vivências naquele cenário, foi possível uma compreensão da relação entre população e áreas de preservação ambiental, constatando algumas diversidades sobre a criação dessas áreas.

Outra etapa importante, já no ano de 2012, foi a integração à equipe do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental - NIISA, grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, cujo objetivo é investigar processos socioambientais apoiado em uma perspectiva interdisciplinar que contribua para a efetivação dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais. A integração nesse grupo, direcionou meu olhar para a Serra do Cipó, esse olhar foi proporcionado, a princípio, pelo subprojeto de pesquisa “*Etnografia dos conflitos socioambientais em Matas Secas*”, tendo como objetivo identificar e analisar os conflitos ambientais relacionados à criação de unidades de conservação em Matas Secas no Norte de Minas, na Paraíba e na Serra do Cipó, vinculado à rede interdisciplinar do Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade - SISBIOTA. Fundamentada nessas etapas empreendi, então, fontes e dados a respeito da configuração do conflito, sua origem e consequências, buscando compreender o caminho para a construção e produção de novas ideias, questionamentos, tanto aos marcos teóricos, quanto aos práticos que são fundamentais para o delineamento de uma pesquisa.

Outro olhar importante, alicerçado no subprojeto mencionado, que muito contribuiu para a “aproximação” com a Serra, foi a participação na Oficina de Atualização do Portal Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais - Norte de Minas, em outubro de 2012. E, também, do Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais, entre os dias 14 a 16 de dezembro do mesmo ano, realizados no município de Montes Claros.

As discussões, relatos e depoimentos dos sujeitos sociais que estiveram presentes tanto na Oficina, quanto no Mapeamento acerca dos conflitos socioambientais na região, principalmente envolvendo a criação de parques, descortinaram e possibilitaram-me, de modo enriquecedor para compreender, contextualizar e formalizar a problemática para as primeiras análises, de formas diferenciadas, da pesquisa que mais tarde desenvolveria como requisito à obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

Posterior a isso, em março de 2013, realizei a primeira inserção no território cipoense, foi meu primeiro contato com a região, com sua gente, sua cultura, sua beleza e sua história, foi um momento exploratório. Inicialmente, procurou-se estabelecer as estratégias para a construção de uma rede de colaboradores de pesquisa, ou seja, os interlocutores, com objetivo de identificar os sujeitos envolvidos no processo de criação e implantação do PARNA Serra do Cipó. A partir disso, houve a apresentação dos objetivos do estudo, e os sujeitos sociais foram convidados para que contribuíssem com seus depoimentos.

A experiência proporcionada naquele momento, despertou o interesse, para que eu filtrasse o objeto de estudo, o campo empírico do meu Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, tendo como análise “*O Processo de Institucionalização do Parque Nacional da Serra do Cipó*”, em meio as transformações que envolviam o uso e ocupação daquele espaço, dentre elas, os conflitos ambientais e o processo de urbanização na Serra.

Um pouco mais tarde, precisamente no ano de 2015, buscando lapidar novos caminhos e, ainda, influenciada por esta temática, pelo encantamento com a região da Serra do Cipó, elaborei meu projeto de pesquisa e participei do processo seletivo para o Mestrado em Geografia, a princípio o título do meu projeto de mestrado foi, “*Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Conflitos Socioambientais: um estudo sobre o Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais,*” passadas as etapas do processo seletivo e, afortunada pela aprovação, em 2016 principio o curso de Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Assim, ao delimitar os objetivos para a realização deste estudo, investigar os conflitos socioambientais e seus traços, envolvendo a criação do PARNA Serra do Cipó, que me deparei na imensidão que é o Mestrado.

Já no Mestrado, a partir das disciplinas realizadas, da defesa do projeto de pesquisa e, um pouco mais adiante, no exame de qualificação, ouvi alertas, questionamentos, recebi auxílio, subsídios que muito contribuíram para a efetivação dessa pesquisa, amparando-se nesses momentos, o trabalho foi intitulado, “*Conflitos Socioambientais na Unidade de Conservação-Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais.*”

Assim sendo, a premissa desta pesquisa, que favorece a escolha de diferentes trajetórias em sua realização, articula-se ou dá continuidade a monografia, desenvolvida à época da conclusão do curso de Geografia, na Universidade Estadual de Montes Claros, no ano de 2013, onde discuti o processo de criação de unidades de conservação, de modo específico o PARNA Serra do Cipó. Com esse propósito, na presente pesquisa, a metodologia dividir-se-á em algumas fases de execução.

3.2 O caminhar até a Serra - o planejamento

O momento de traçar o caminho metodológico é crucial no desenvolvimento de qualquer estudo, pois cada pesquisa, a depender do tema e da problemática, segue um caminho específico. Ou seja, exige um método próprio, com momentos ou etapas comuns a todas as pesquisas, mas, claro, seguindo seu próprio caminho, assim, para cada método, há técnicas e procedimentos que se adequam à determinada linha de trabalho, conforme o paradigma assumido pelo pesquisador. Portanto, a metodologia, segundo Thiollent (1992, p.25), “pode ser considerada como conhecimento geral e habilidade imprescindível ao pesquisador para orientar-se no campo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados”.

Este momento pode ser considerado como o planejamento, etapa onde deve-se fazer uma reflexão sobre o assunto a ser investigado. Para Koche (1997) é o momento da “etapa preparatória”, momento em que as atividades que cingem a investigação precisam ser bem pensadas e articuladas, procurando garantir uma melhor execução do processo.

Nesse contexto, para a realização deste trabalho, situamos a nossa pesquisa à análise qualitativa, visto que os métodos qualitativos possuem maior capacidade de abranger particularidades e especificidades do objeto a ser estudado. E, também, porque se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, como se sentem e pensam. (MINAYO, 2008).

Desta forma, faz-se o uso da abordagem qualitativa, nesta pesquisa, para a investigação de um processo territorial, social e ambiental, propondo, assim, uma análise geográfica sobre as repercussões, as dimensões socioambientais e espaciais das ações de um movimento ocasionado em um recorte territorial específico, mas que contribui em âmbito nacional para as pesquisas acerca da criação de unidades de conservação.

Desse modo, para alcançar os objetivos propostos, foi preciso realizar um trajeto teórico-bibliográfico que proporcionasse o diálogo e a contextualização discursiva da pesquisa, para assim apresentar as correlações entre a teoria apresentada e a proposta empírica de estudo. Esse percurso bibliográfico é considerado um apanhado geral dos principais trabalhos já realizados, visto que são capazes de fornecer dados atuais e relevantes sobre a temática trabalhada, sendo, portanto, o ponto inicial da pesquisa.

Posteriormente, realizou-se um levantamento das pesquisas/publicações existentes sobre a região pesquisada, isso porque a Serra do Cipó, do ponto de vista científico e turístico, é uma região conhecida em todo o mundo, como campo de estudo para diversas pesquisas, particularmente nas áreas da Botânica, Ecologia, Zoologia, Geologia, Arqueologia e Geografia, são diversos os artigos científicos publicados em revistas internacionais, tanto por pesquisadores brasileiros, quanto pelos estrangeiros. (ICMBio, 2009). Pesquisas estas, que nos orientaram para a construção do percurso seguido para as teceduras e considerações sobre a pesquisa, assim foi possível realizar o recorte do objeto e dos objetivos a serem analisados.

Para o levantamento de tais pesquisas, considerou-se, o fato de que, o nome Serra do Cipó, tem se estendido a mais áreas em decorrência do turismo e divulgação do nome como uma marca. Desse modo, as buscas bibliográficas concentraram-se, principalmente nas palavras-chaves: Serra do Cipó, Unidades de Conservação, PARNA Serra do Cipó, APA Morro da Pedreira, Turismo, Conflito Ambiental, Serra do Espinhaço, incluindo também os nomes dos municípios que compõem a região, buscou-se o máximo de trabalhos já realizados, inclusive aqueles não disponíveis em meio digital. Por conseguinte, foram lidos e classificados, conforme o grau de importância e articulação com a temática aqui pesquisada.

Dentre os estudos identificados, selecionamos aqueles que mais contribuíram teoricamente para a pesquisa, pode-se destacar: Santos e Dapieve (1998), que estudaram o processo de *“Implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó*, destacando os *“mitos e realidades”* ocorridos durante esse período e, também, as consequências para a população local. Tal pesquisa contribuiu para o entendimento do processo de criação do PARNA Serra do Cipó, bem como dos conflitos socioambientais nas transformações em curso do território cipoense.

Zucarelli (2002), também forneceu importantes contribuições para o caminhar deste trabalho, a partir da sua análise sobre a “*dupla face da política ambiental, da legislação das unidades de conservação e sua aplicabilidade na Serra do Cipó/MG*”, da discussão sobre a legislação ambiental que rege, principalmente os Parques Nacionais, e da avaliação dos prováveis conflitos socioambientais com moradores residentes no PARNA Serra do Cipó, afora do antagonismo das políticas conservacionistas e os saberes tradicionais, foi possível uma melhor compreensão das normas impostas pelos órgãos ambientais no processo de criação das UC’s, o entendimento da natureza dos conflitos socioambientais e dos atores centrais desses conflitos em áreas de preservação, as populações residentes.

Gontijo (2003), trouxe subsídios formidáveis ao discorrer sobre as atividades turísticas na região. Discutindo “*a ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG*”, o autor avaliou a questão da emergência da atividade turística na Serra do Cipó, destacou que a região tem sofrido uma pressão turística crescente nos últimos anos, como consequência a problemática do turismo. Tal constatação nos orientou para o debate acerca do turismo e dos conflitos na produção no espaço.

Já Cardoso (2008) e Ferreira (2010) ao pesquisarem “*as interfaces socioambientais de um lugar em reconstrução: distrito Serra do Cipó/Minas Gerais*”, e “*a Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística – um olhar sobre as transformações socioambientais*”, apresentaram o percurso histórico da região moldada e reconfigurada, destacando as transformações socioespaciais a partir da institucionalização das Unidades de Conservação na região, e o incentivo à atividade turística. Filippo (2013) apresenta em sua dissertação de mestrado, “*compreendendo a relação das pessoas com as áreas naturais da Serra do Cipó: em meio às transformações do espaço*”, questões referentes as transformações do espaço da Serra do Cipó e o modo com que as pessoas se relacionam com as áreas naturais do lugar. O trabalho dos autores supramencionados contribuiu para o debate sobre as bases teóricas e conceituais da pesquisa, isso porque possibilitou-nos a compreensão e articulação da abordagem histórico-geográfica, dos conceitos básicos da pesquisa, território e lugar, da Serra como um lugar de memória e, ainda, das dinâmicas socioespaciais da Serra do Cipó.

Ademais, observa-se que esta pesquisa compartilha com os trabalhos desenvolvidos na região, todavia, difere-se por não direcionar o olhar para a atividade turística que intensifica cotidianamente. Ela se diferencia, também, porque nosso objetivo de pesquisa não tematiza a análise da importância da criação de áreas naturais protegidas, mas, sim, o estudo da dinâmica territorial no processo de criação e institucionalização destas, face aos conflitos socioambientais instaurados em meio a diferentes interesses, disputas e percepções. Com isso, pode-se perceber que, apesar dos inúmeros artigos, monografias, teses, dissertações, etc.; cuja temática central é

a Serra do Cipó, ainda há poucos estudos/pesquisas sobre as áreas naturais protegidas dessa região que contemplem as “questões sociais”, de modo específico, “os direitos sociais”. Dessa forma, tal fato ocasiona dúvidas e questionamentos, já que, como discutido nesse trabalho, a criação dessas áreas nem sempre admitem a participação dos moradores residentes, provocando diversos conflitos, episódio que não difere no cenário da Serra do Cipó.

Outrossim, considerando a forma integrada e multidisciplinar da Geografia, e das Ciências Sociais, é importante pensar o espaço geográfico enquanto produção social que se realiza mediante o trabalho, bem como as transformações da natureza, dentre elas o lugar do sujeito no debate social, já que o espaço abriga múltiplos sujeitos e interesses que são construídos socialmente de acordo com princípios, valores e suposições. Assim sendo, o olhar será voltado, também, por uma apreensão que, adicione fatores para identificar as violações aos direitos sociais que os moradores locais sofreram em decorrência do modelo de implantação e gestão das UC's na região, a partir daí entender como a política de conservação ambiental se materializa dentro da concepção desses sujeitos sociais.

3.3 Um novo olhar - de volta à Serra

Passaram-se três anos desde a última vez que fui a Serra do Cipó. Em função dos novos caminhos para a pesquisa do curso de Mestrado, fez-se necessário voltar a esse território, agora numa busca investigativa quanto à configuração dos conflitos socioambientais e os fatos que sucederam no processo de criação do Parque. Foi uma investigação além da seletividade do meu olhar, procurando, por outros pontos de vista, apresentar o que se passou na Serra do Cipó em decorrência da institucionalização dessa unidade.

Dessa forma, as principais argumentações ao longo da pesquisa relacionam-se com a abordagem humanista, considerando que os estudos sobre o espaço vivido oferecem perspectivas novas sobre a variedade do mundo e sobre o modo como ele é percebido e valorizado, como pontua Claval (2008), na pesquisa envolvendo a Serra do Cipó, o espaço vivido é entendido como um espaço de caráter comunitário, portanto, um espaço social vivido que está envolto por diferentes culturas e histórias que deixaram suas marcas no território.

Assim, com a finalidade de subsidiar as análises quanto às consequências e interfaces do processo de criação e institucionalização do PARNA Serra do Cipó, para realizar uma avaliação geral da atual situação, a inserção na Serra foi realizada em dois momentos. Um primeiro, foi uma reinserção, uma visita de observação, atualização e reintegração a região. Este, ocorreu nos dias 24 a 29 de julho de 2016, sendo fundamental para a articulação e

reordenamento dos objetivos a serem alcançados na pesquisa. Nesse momento, foram visitadas algumas famílias, houve momentos de diálogos, de conversas informais, com um total de 10 moradores. Ali, a situação do conflito e da violência simbólica já se manifestou, reafirmando, positivamente, a necessidade de aprofundar nesse contexto dos conflitos socioambientais. Tal ocasião, foi, importante, também, para a delimitação do universo da pesquisa.

Um segundo momento, tão importante quanto o primeiro, ocorreu nos dias 13 a 18 de agosto de 2017, agora me sentindo mais conhecedora e mais segura do trabalho a realizar, foi o período de coleta de dados, foi um momento mais intenso, pelo fato de já estar com o trabalho direcionado ao real objetivo, isso possibilitou-me ser mais categórica com as indagações. No entanto, é importante ressaltar, também, que o universo da pesquisa, mesmo já delimitado, sofreu alterações no decorrer do trabalho em campo, em virtude da disponibilidade dos sujeitos, o que configurou em certos encontros e desencontros.

Para a nossa tarefa de investigação, optou-se por algumas ferramentas para a coleta de dados, empregando-se como método de diálogo com os sujeitos sociais, as entrevistas semiestruturadas⁴, delimitou-se três grupos de entrevistados, sendo, assim, três roteiros de entrevistas: o primeiro para os sujeitos expropriados pelo Parque (atualmente residentes do entorno), o segundo para as famílias residentes no interior do PARNA e o terceiro, direcionado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (órgão gestor do PARNA).

A escolha dos sujeitos entrevistados, baseou-se, nos relatos presentes no Mapa do Conflitos Socioambientais de Minas Gerais, Grupo de Estudo e Temáticas Ambientais - GESTA, além dos dados colhidos à época de pesquisa no Núcleo de Investigação Socioambiental - NIISA, é importante destacar que, a seleção dos sujeitos entrevistados, considerou também o grau de envolvimento ao processo de criação do Parque (regularização fundiária).

Nesse momento, já com um olhar focal ao objetivo, bem como com o universo da pesquisa delimitado, acompanhada por um morador local, fui ao encontro dos sujeitos, o morador mostrou-se muito solícito à nossa proposta de pesquisa, colocando-se disponível para o desenvolvimento da mesma, este morador contribuiu, também, com seus relatos e vivências.

As entrevistas semiestruturadas foram respondidas por doze pessoas: *dois moradores* da região do Retiro (residentes no interior do Parque), *seis moradores* que foram expropriados e *três moradores* como moradores alternativos, lotados no distrito da Serra do Cipó, mas que

⁴ Os roteiros de entrevistas encontram-se no apêndice do trabalho.

vivenciaram o processo de criação e institucionalização do Parque, estes entrevistados, possuem acima de 40 anos de idade, têm em comum a tradição rural, vivem na Serra do Cipó desde que nasceram, entrevistou-se, ainda, o *técnico ambiental*/substituto do chefe do PARNA Serra do Cipó.

Em relação as entrevistas realizadas com as famílias residentes/expropriadas pelo Parque Nacional da Serra do Cipó, buscou-se concentrar as questões sobre o significado da Serra do Cipó e a chegada do PARNA na região, quando já se havia estabelecido algum grau de informalidade nas entrevistas; porém, tomando-se a precaução de não desviar a atenção em relação aos objetivos do trabalho. Optou-se por trabalhar com dois fatores, a implantação do Parque, a expropriação das famílias e a regularização fundiária, entendidos como fundamentais para a caracterização do conflito socioambiental.

Os entrevistados responderam às questões propostas pelos roteiros de entrevistas, que buscaram compreender suas percepções sobre identidades e territórios, acerca da criação do Parque, da preservação ambiental, do lugar, do processo de expropriação, bem como das promessas de indenização, até aos problemas enfrentados. Cabe registrar que, no decorrer dos trabalhos de campo, encontramos sempre boa vontade por parte dos interlocutores em colaborar com a pesquisa. Neste ínterim, outras formas de contato estabeleciam-se. Tais momentos, sempre foram de grande espontaneidade, recheados de boas conversas, histórias e “causos”. Logo após o término da entrevista construiu-se um pequeno perfil dos entrevistados com vistas a preservar importantes informações que não foram objetos das questões expressas nos roteiros, mas que fluíram no decorrer das conversas.

As entrevistas realizadas com os moradores e com o servidor do ICMBio, foram, em sua totalidade, resultantes de um compromisso assumido pela pesquisadora, de uso dos dados somente para fins científicos, desse modo foram realizadas mediante a leitura e assinatura de um Termo de Consentimento⁵, como forma de garantir o direito de livre expressão de adesão dos sujeitos sociais à proposta de pesquisa. Portanto, foram garantidos, em conformidade com as exigências éticas para a realização da uma pesquisa o absoluto sigilo quanto a sua verdadeira identidade e a total fidedignidade ao conteúdo das informações concedidas, coerente com uma pesquisa de mestrado. Por isso, nesta dissertação, os moradores serão tratados pelos caracteres, de (C1) a (C12⁶), e os servidores identificados como - servidor, técnico ou analista ambiental do PARNA Serra do Cipó/ICMBio.

⁵ O termo de compromisso encontra-se no apêndice do trabalho.

⁶ Entre os 12 entrevistados, dois moradores não autorizaram a gravação da entrevista para pesquisa.

Assim, antes de cada entrevista, principalmente com as famílias expropriadas pelo PNSCi, fazia-se uma apresentação dos motivos que me levavam a estar ali, um pouco da minha trajetória enquanto pesquisadora, deixando claro o que representava minha pesquisa e o caráter acadêmico do meu trabalho. No entanto, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, algumas limitações foram presentes, uma das principais se deu em função das recusas para as gravações e assinatura do Termo de Consentimento por dois sujeitos que foram expropriados da área delimitada parque, os quais alegaram o “medo” e o “receio” em assinar um documento e serem prejudicados nos processos que correm a respeito da regularização fundiária. Mesmo com a explicação do objetivo da pesquisa e ressaltando que os relatos seriam usados exclusivamente para o estudo, os mesmos mantiveram-se firmes em suas colocações, reafirmando que foram orientados por seus advogados a não assinarem quaisquer documentos e/ou autorizarem gravações sobre os embates que enfrentam desde a expropriação, os quais poderiam atrapalhar nos processos. No entanto, foram solícitos em discorrer sobre todo o processo, todavia, sem registros, apenas uma conversa informal, mas que muito contribuiu para a pesquisa em questão.

Nesse contexto, considerou-se, que a “recusa”, não foi vista como um problema para desenvolver o estudo, ao contrário, o ocorrido demonstrou mais um entrave dos conflitos existentes, pois esses sujeitos “encurralados” que sofreram violência simbólica, sentem a pressão por parte dos órgãos ambientais ou da União, em relação a questão fundiária mal resolvida que decorre desde a década de 1970. Assim, contamos então, com 10 entrevistas gravadas, transcritas e interpretadas, ao lado da análise do conteúdo das mesmas. A partir da leitura preliminar, concentrou-se a atenção, na apreensão do modo como surgia nas falas dos sujeitos sociais a estrutura do vivido, da prática, no que concerne a sua relação com o Parque.

No conjunto das entrevistas, as diversas lembranças acenam para o grau de desenvolvimento do sentimento de pertença ao lugar. A busca pelo lugar de destino frente à necessidade de (re)ordenamento do viver se configura sempre como um processo de desterritorialização e que poderá ser acompanhado ou não pelo processo de construção de um novo território, as entrevistas permitem-nos apreender em que condições se manifestam tais processos para os moradores.

A recepção por parte das famílias foi sempre muito boa, mesmo àquelas que não puderam ser avisadas previamente. Cada entrevista era diferente, mesmo utilizando-se do mesmo roteiro. Logo de início, um fato que chamava atenção era a dificuldade de entrevistar isoladamente um sujeito social, não raramente outros membros da família se aproximavam e começavam a participar da “conversa”. Tal fato foi enriquecedor por dois motivos; primeiro,

por permitir a obtenção de uma diversidade maior de dados e, segundo, porque o entrevistado sentia-se mais seguro e confiante quando rodeado pelos seus.

Desse modo, a opção pela entrevista semiestruturada, ancora-se na flexibilidade permitida por essa modalidade de entrevistar, consistindo na combinação de um roteiro sistematizado, com perguntas abertas que permitem ao pesquisador se orientar ao elaborar as questões que pretende abordar. Não havendo necessidade de uma sequência rígida quanto aos assuntos a serem questionados, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações (MINAYO, 1994). Mas, ao mesmo tempo, utilizou-se a entrevista não estruturada, permitindo que o diálogo fluísse livremente.

Percebeu-se que esse momento foi uma oportunidade de os sujeitos refletirem sobre o seu modo de viver e as suas ações dentro deste ambiente. Neste sentido, no decorrer das entrevistas os sujeitos expressavam grande interesse pelos temas apresentados e, ao mesmo tempo, iam elaborando reflexões sobre estes temas. Isto contribuiu para que os entrevistados apontassem aspectos significativos referentes ao tema aqui estudado.

Favoreceu-nos, também, o acesso a relatórios de oficinas realizadas com agentes sociais expropriados pela criação do PARNA Serra do Cipó, pesquisas desenvolvidas pelo projeto Mapa dos Conflitos Ambientais do estado de Minas Gerais, desenvolvido pelo Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental - NINJA, em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. O Mapa dos Conflitos Ambientais apresenta relatos sistemáticos de casos de conflito ambiental, considerando todas as doze mesorregiões do estado, situadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os dados foram complementados, também, por meio do uso icnográfico ao longo do texto, como registro documental, dada sua relevância para a preservação da memória, além da valorização da cultura da região, como destaca Sanchez Filho (2006), citando Barthes (1980). Isso porque, como bem pontua Estrella (2006) a leitura de uma imagem fotográfica tem se tornado cada vez mais necessária para o entendimento de diferentes contextos, visto que, no mundo atual, a imagem tem sido uma das principais fontes de comunicação. Estrella (2006) escreve ainda que a observação atenta e paciente durante o processo da pesquisa traz importantes informações a respeito da dinâmica e do modo de vida da comunidade e das pessoas.

A articulação da fotografia com os dados coletados por meio das entrevistas com os moradores e com os servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, permitiu um expressivo volume de informações e conhecimentos para análise, que

contou também com a pesquisa da literatura científica sobre o tema. A análise dos dados se deu a partir desse conjunto de informações coletadas (fotografias, entrevistas, registros documentais e jurídicos, anotações das conversas informais com os agentes envolvidos com o PARNA Serra do Cipó em diário de campo, observações realizadas em campo), o que proporcionou um aprofundado estudo para obter um histórico do conflito socioambiental daquela região, com ênfase em seus aspectos histórico-culturais, turísticos, políticos e econômicos.

Dessa forma, Chizzotti (2001) versa que observar a vida cotidiana em seu contexto ecológico, escutar as narrativas, lembranças e biografias, e analisar documentos, obtém-se um volume qualitativo de dados inéditos e relevantes, não filtrados por conceitos operacionais, nem por índices quantitativos.

A utilização de documentos como atas de reuniões, matérias de jornais, *folders* de entidades e outros, também proporcionaram uma maior compreensão do objeto analisado. Esses documentos e as entrevistas realizadas foram trabalhados optando-se pela análise de conteúdo. Esta possui três etapas: a pré-análise, a exploração do material coletado e o tratamento dos dados, inferência e interpretação; essa última etapa visando tornar os dados válidos e significativos para o objeto estudado. (BARDIN, 2011).

Dessa forma, a observação de Lakatos e Marconi (2001) de que “a importância dos dados está não em si mesmos, mas em proporcionarem respostas às investigações” foi, em muitos momentos, motivo de reflexões no decorrer da pesquisa. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) contribuem com a questão salientando que não existem escolhas metodológicas “boas” ou “ruins” e, sim, metodologias adequadas ou inadequadas para o tratamento de um problema em estudo. Os autores acreditam que ao proceder um trabalho qualitativo, o pesquisador torna-se o principal instrumento de investigação.

Assim, na metodologia adotada nesta pesquisa, buscou adaptar-se aos percalços e sucessos da própria investigação e do novo que surgiu no percurso. As escolhas metodológicas relacionam-se, preliminarmente, às primeiras impressões da pesquisadora sobre o processo de (re)configuração da região da Serra do Cipó, principalmente àquelas relacionadas a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó. Tal pesquisa torna-se relevante, ainda, pela discussão inerente à temática dos conflitos socioambientais, que é trabalhada nos estudos das Ciências Sociais e internalizada também na Ciência Geográfica, indo ao encontro do alinhar a teoria com a prática, especialmente com aquelas voltadas para a interligação entre sociedade e natureza.

SEÇÃO 1

4. AS BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA PESQUISA

Pensar a história e a geografia num campo fortemente relacionados, ainda que a dissociabilidade tenha sombreado os estudos e interrompido um maior avanço entre as áreas nos últimos séculos, é essencial. Um campo onde os elos entre ambas alargaram, oriunda de uma indissociabilidade entre tempo e espaço. Um campo onde a adoção da leitura, quando realizada, é eficiente, objetivando uma junção racional entre esse binômio. Um campo onde os conceitos, em determinados casos, são considerados como basilares para a análise entre sociedade e natureza. É um campo, antes de tudo, resultante das ações humanas, ou seja, o homem compondo o espaço geográfico, o habitando, o produzindo e o transformando.

Assim sendo, nesta seção do trabalho, apresentar-se-á a região da Serra do Cipó, cenário de realização da pesquisa e local onde implantou-se as chamadas Áreas Naturais Protegidas, também identificadas como Unidades de Conservação - UC's. Objetiva-se analisar as modificações históricas e socioambientais ocorridas na região, paralelamente destacar-se-á vertentes do período dos séculos XVII, XVIII e XIX e, mais recentemente, dos séculos XX e XXI. Evidenciar-se-á as principais características do processo de ocupação territorial, as transformações socioespaciais, culturais, econômicas e a dinâmica de transição que moldaram a Serra do Cipó.

4.1 Pelos caminhos da Serra: Uma abordagem histórico-geográfica

A região da Serra do Cipó⁷, conhecida desde o período dos bandeiristas, por tropeiros e viajantes que iam em direção as regiões diamantíferas, apresenta características peculiares que atraem desde a visitação à especulação imobiliária. Caracterizada mundialmente por sua riqueza natural, pela imponente beleza cênica e sua biodiversidade endêmica, bem como por sua localização na porção sul do Maciço do Espinhaço possui sujeitos relevantes para a compreensão das relações que ali se estabelecem.

⁷ Entende-se como região da “Serra do Cipó” o território dos municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Itabira, Nova União, Taquaraçu de Minas, Conceição do Mato Dentro e Congonhas do Norte, conforme destacado por Madeira (2008).

São diversas as versões sobre a origem do nome Serra do Cipó, isso porque antes de tal distinção, conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade⁸ (2009c) a Serra foi designada como Serra da Vacaria, esse antigo nome deve-se a criação de gado nas campinas para abastecimento de charque às áreas de mineração e garimpo.

No entanto, em meados do século XIX, o termo Serra do Cipó foi cunhado, em função da localização da região as cabeceiras do rio Cipó, isso por ser o principal rio da região e, também, pela caracterização sinuosa do seu curso d'água que quando observado de cima dos morros indicaria um grande cipó, como explícito na foto 1. Por outro lado, o nome deve-se a uma mata fechada, nativa da região, com uma grande quantidade de cipós que predominavam como uma verdadeira barreira. (SANTOS e DAPIEVE, 1998).



Foto 1: Vista aérea do rio Cipó - Divisor de municípios, do lado esquerdo Jaboticatubas, e na margem direita, Santana do Riacho.
Autor: COLLET, H., /2010.

⁸ O principal mecanismo usado para descrever os fatores ambientais, de localização, bem como as características históricas da região, será o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2009.

O rio Cipó é um dos mais importantes afluentes do rio das Velhas, conforme artigo 4º da Lei Estadual 10.629, de janeiro de 1992, o Cipó é destacado como rio de preservação permanente, declaração conferida a cursos de água ou seus segmentos com qualidades excepcionais de beleza, ou de valores ecológicos, históricos ou turísticos em ambientes silvestres naturais ou pouco modificados. (CBH Rio das Velhas⁹, 2016).

Sendo o mais importante curso d'água de sua região, o Cipó destaca-se também pelo seu papel no contexto histórico da colonização da Serra, isso em decorrência da sua extensa várzea de inundação, a qual em diversos momentos deixava as tropas que transitavam entre o sul do Brasil e Minas Gerais, em meados dos séculos XVIII e XIX, retidas em virtude da inexistência de pontes. (ICMBio, 2009c).

Entretanto, cabe pontuar que as características históricas da colonização da região não são exatamente precisas. Mas, conforme introduzido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2009b), esse período pode ser dividido em três momentos, os quais tornam a região um importante campo para pesquisas arqueológicas, de identidade e memória de diferentes grupos, uma referência a biodiversidade, ao potencial turístico, entre outras pesquisas.

O *primeiro momento*, o pré-histórico, com início entre 20.000 e 12.000 anos. É possível destacar, em primeiro lugar, que eram sociedades basicamente nômades, integradas por caçadores, índios, que deixaram vestígios de seu modo de vida e de seu olhar em pinturas rupestres, em cavernas e lapas, em fogueiras pré-históricas, em sítios arqueológicos e em outros traços incluídos na paisagem. O passar dos anos conservou, de forma peculiar, essa primeira ocupação e a transformação da região, permitindo que os olhares de “pesquisadores contemporâneos”, de certa forma, cometessem uma leitura desse momento inicial de colonização da Serra do Cipó. (FERREIRA, 2010).

O *segundo momento*, o desbravamento na região pelos bandeirantes, em busca de metais preciosos, ouro e diamantes, iniciada ao findar do século XVII e ao iniciar o século XVIII, resultando assim nos primeiros povoados que deram origem nas cidades que compõem a região da Serra do Cipó. Por último, o *terceiro momento*, que teve início no final do século XX, período em que houve a constituição das atuais unidades administrativas (municípios) que compreendem as áreas do Parque Nacional da Serra do Cipó e da APA Morro da Pedreira. (ICMBio, 2009b).

⁹ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, criado pelo Decreto Estadual 39.692, de 29 de junho de 1998.

Se fizéssemos, então, um retrato da colonização da Serra com seus traços e curvas, a primeira grande transformação de fato a ser observada na região é a chegada dos primeiros desbravadores europeus em busca de metais preciosos.

Um olhar a serviço da Coroa Portuguesa, buscando riquezas, transformando paisagens e culturas, num certo sentido a descoberta de ouro em aluviões nos diversos rios que cortam a região, especialmente daqueles rios que escoavam das porções elevadas do alinhamento quartzito do Espinhaço Meridional foi o grande marco de ocupação da porção centro-sul de Minas Gerais (onde está localizada a região em estudo), conforme Gontijo (2003).

Ao traçar esse cenário, observa-se que o ciclo dos metais preciosos caracteriza-se como mais relevante para a história, no que diz respeito ao povoamento, como também a economia de Minas Gerais. Dessa forma fica caracterizado, segundo Ferreira (2010) que a descoberta do diamante nas regiões diamantíferas, sobretudo, no Arraial do Tejuco (hoje Diamantina) e no Arraial do Serro Frio (atual Serro), tornou-se o caminho de ligação mais importante do estado, contribuindo para o crescimento populacional e, conseqüentemente, para um aumento significativo das transformações socioespaciais e ambientais na Serra do Cipó.

O autor versa que esses caminhos originaram o que se conhece hoje como “Estrada Real”, que foi oficializada pela Coroa Portuguesa, em meados do século XVII, para o trânsito e escoamento das riquezas removidas das jazidas minerais localizadas, nomeadamente, na porção central de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro. Na Serra do Cipó, esse caminho ligava a antiga capital de Vila Rica à região dos diamantes, detrás do chamado “caminho do rio Doce”, na porção leste da serra. Conforme o Instituto da Estrada Real - IER (1999) esta é a maior rota turística do país, sendo mais de 1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Atualmente, resgata as tradições do caminho apreciando a identidade e as belezas da região. Os percursos que compõem a “Estrada Real”, eram, na verdade, compostos por múltiplos caminhos oficiais ou clandestinos, utilizados por comodidade ou para impedir o fisco, com diversos roteiros plantados, tanto ao leste como ao oeste. (ICMBIO, 2009a).

Ferreira (2010) prossegue, considerando que nesse momento da história, pode-se chegar à conclusão inicial de que, após o período pré-histórico (das sociedades nômades e posterior sedentarismo), passando pelo período dos índios até a chegada dos bandeirantes europeus, existiam três vetores de penetração de uso e ocupação da região que hoje conhecemos como Serra do Cipó. Esses vetores eram usados, principalmente como pontos de passagem para a região dos diamantes e também como indutores do surgimento dos primeiros núcleos urbanos espalhados pela serra. A partir da interpretação de alguns autores, pode-se destacar a porção

leste (caminhos da antiga Estrada Real) como o vetor mais importante do período bandeirantista, o principal no que tange à passagem e ao povoamento.

Consagra-se, por esta via, a peculiaridade da apresentação dessas ideias, até porque o enfoque serviu para pautar a inserção dos principais agentes ao longo desse processo, de modo a compreender melhor o percurso histórico em relação a situação atual, principalmente no que corresponde a colonização por meio do sistema de doação de terras na Serra do Cipó, a qual compreende um território abrangente e disperso.

A partir dessas considerações, tentou-se desvendar um pouco mais do processo de povoamento da região. Sobre a origem portuguesa, os principais apontamentos, segundo o ICMBio (2009b) são do século XVI, quando em busca de estratégias para originar recursos na Colônia em meio à crise da cana-de-açúcar, Portugal incentivou múltiplas expedições ao interior do Brasil em busca de metais e pedras preciosas, em virtude do acesso aos centros auríferos, a região veio a se destacar. O primeiro registro é de 1572, quando a bandeira de Sebastião Fernandes Tourinho teria passado pela borda leste da Serra do Cipó, desbravando-a, com cerca de 400 homens, ao fazer o trajeto vindo da Bahia, entre os territórios dos atuais municípios, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro, no entanto, não deixaram povoados ou edificações.

Informações apresentadas pelo ICMBio (2009b) apontam ainda que as primeiras bandeiras a agirem na região foram as de Fernão Dias Paes, entre 1673 e 1681, e a de Antônio Soares Ferreira com a participação de Gabriel Ponce de León, iniciada em 1701. A primeira, de Fernão Dias, passou pela região do Cerrado, na face oeste da serra, e a segunda pelas faces leste e novamente a oeste. A bandeira de Antônio Soares, por meio da Concessão de Sesmarias¹⁰, constituiu os povoados que deram origem a Conceição do Mato Dentro¹¹, na borda nordeste da Serra do Cipó, e Morro do Pilar¹², em plena serra, um pouco mais ao sul de Conceição, constituindo assim a frente pioneira de colonização da região.

Ao descobrirem ouro e diamante no Serro (na época Vila do Príncipe, posterior Serro Frio, na primeira metade do século XVIII), por conseguinte, em Diamantina (na época Tejuco)

¹⁰ Instrumento que orientou a política agrária durante o período colonial brasileiro, um regime de doações régias usado pela coroa portuguesa, que objetivava estimular a ocupação do território e estender o alcance da ação civilizatória estatal. O regime de Sesmarias perdurou entre 1530 a 1822, conforme Alves e Diniz (2008).

¹¹ Emancipado em 1851, a princípio, como Conceição do Serro. Após 74 anos, em 1925, teve seu nome alterado para Conceição e apenas em 1943 recebeu o atual nome. O ouro, descoberto sobre as margens do ribeirão Santo Antônio e seus afluentes, deu origem ao povoamento do município. (ICMBio, 2009b).

¹² O povoado que deu origem à atual cidade originou-se no entorno da capela dedicada à Nossa Senhora do Pilar, erguida em um morro no alto da Canga por Gaspar Soares, que participava de um grupo chefiado pelo Coronel Antônio Soares Ferreira, que seguiu para a região, nos primeiros anos do século XVIII, atraído por sinais auspiciosos de existência de ouro. (ICMBio, 2009b).

muitos outros viajantes e exploradores passaram pelos caminhos da Serra, porém os roteiros já se encontravam distribuídos. Nesse contexto, esses caminhos se consolidaram e a região pausadamente veio a se colonizar.

De acordo com documento do Arquivo Público de Minas Gerais, em 11 de maio de 1746, o Sr. José Ferreira recebeu a outorga de terras, na época a Sesmaria do Cipó, sendo o primeiro proprietário da região, que hoje é o distrito Serra do Cipó¹³, município de Santana do Riacho, poder-se-á falar, aqui, de uma extensa área territorial, compreendendo os municípios de Jaboticatubas¹⁴, Santana do Riacho¹⁵ e as nascentes e vertentes do rio Cipó. (CARDOSO, 2008).

Nesse contexto, o município de Santana do Riacho que abrange o distrito Serra do Cipó ficou a margem direita do rio e a Fazenda do Cipó e construções de outras famílias que trazem relação histórica com a Serra do Cipó na margem esquerda, pertencente ao município de Jaboticatubas. (CARDOSO, 2008; COSTA *et al.*, 2003).

Ao traçar esse cenário, nota-se que como sendo destino dos viajantes desde o século XVIII, quando se consolidou como caminho e entreposto entre Ouro Preto e Diamantina, a Serra do Cipó guarda nas suas paisagens fortes marcas desde processo de povoamento e de descobrimento em curso até os dias atuais, não só nela, mas na Cadeia do Espinhaço como um todo. (BRAGA, 2011).

De acordo com Goulart (2001) citado por Braga (2011), a Serra do Espinhaço serviu de marco de orientação para o desbravamento e a colonização dos Gerais. É a serra divisora do Sertão e do Mato-a-Dentro, ou seja, do Cerrado e da Mata Atlântica. A oeste, o sertão, com imensos tabuleiros dos Gerais, com suas árvores retorcidas e clima mais seco. A leste, a floresta atlântica, os grandes vazios demográficos.

Sendo assim, a Serra do Espinhaço é caracterizada como o refúgio das ricas lavras de diamante e de ouro que ampararam o Império Português nos séculos XVII e XVIII, nas regiões de Ouro preto, Diamantina e Chapada Diamantina e, que, ainda hoje, persistem nas tentativas

¹³ Convencionou-se chamar o distrito de Cardeal Mota, município de Santana do Riacho, como Serra do Cipó. Em 2003, a Câmara de Vereadores aprovou a mudança do nome para distrito Serra do Cipó.

¹⁴ Emancipado em 1938, o município de Jaboticatubas tem sua origem ligada ao poderio da Igreja católica e ao sistema de sesmarias, conseguidas entre 1716 e 1750. A partir da construção de uma Capela dedicada à Imaculada Conceição, onde aos poucos foi se formando um povoado, núcleo do atual município.

¹⁵ O distrito de Riacho Fundo, hoje atual município de Santana do Riacho originou-se em função da construção de uma capela local, em 1759. Enfrentando diversas reivindicações locais, em 1938, com a criação do município de Jaboticatubas, passou a fazer parte deste município. Tal distrito permaneceu sem identidade territorial durante 203 anos, desde a criação da capela. Um pouco mais tarde, precisamente em 1962, o distrito do Riacho Fundo emancipou-se do município de Jaboticatubas, passando a chamar-se Santana do Riacho. O novo município passou a contar com duas divisões administrativas, a sede e o distrito de Cardeal Mota, cujo nome foi alterado em 2003 pela câmara de vereadores para Serra do Cipó. (ICMBio, 2009b).

de garimpo. Na porção sul, na região do Quadrilátero Ferrífero, ainda há uma forte busca para exploração de minério de ferro e a siderurgia, por exemplo, no município de Itabira¹⁶. (ICMBio, 2009b). Em meados do século XVIII, a região teve sua primeira construção, a qual deu início à sua povoação, localizadas na Fazenda do Cipó, a margem esquerda do rio Cipó, como destacado por Filippo (2013).

Outro fato marcante e, também, uma das fundamentais fontes de informação já do século XIX na Serra, são os relatos dos naturalistas que passaram maravilhados pelas visões singulares da região. A partir de então, viajaram por várias partes do Brasil, impulsionados por Dom João VI, que patrocinou diversas expedições científicas com intuito de mapear e apreciar os recursos naturais que haviam no Brasil e que ainda não tinham sido observados e inventariados. (BRAGA, 2011).

Entretanto, não se pode esquecer, segundo Braga (2011) que ao findar do século XIX, aos poucos, ocorreu o declínio da mineração do ouro e diamante na região. A ausência de estradas transitáveis e/ou acessíveis da serra em função dos terrenos acidentados proporcionaram somente um atrativo para certos grupos de ex-escravos que, posterior a abolição da escravidão, migraram para a borda oeste da serra onde constituíram alguns povoados. Como o povoamento nessa vertente foi mais tardio, nela são localizados a maioria dos povoados de origem quilombola, se conferida com a vertente leste. Esse autor salienta, também, que o período entre os séculos XIX e XX foi marcado não só pela estagnação econômica desencadeada, mas ainda por constantes rearranjos territoriais dentre os municípios que compõem a região da Serra do Cipó. Assim, destaca-se que a estagnação foi mais marcante na borda oeste, onde o isolamento geográfico por falta de acessos assinalou tal período. Esse é um fato concreto na paisagem até hoje, e, que expõe, parte da grande dinâmica territorial pela qual a região passou.

Um outro ponto a se destacar nessa dinâmica territorial é que o distrito de Cardeal Mota, hoje atual Serra do Cipó, até o século XX fazia parte integralmente da Fazenda do Cipó, (primeira fazenda da região, adquirida do bandeirante Moraes) em 1920, teve início o seu desmembramento dando origem à instalação da Fazenda Alto Palácio, conforme Filippo (2013). A partir de então, até a década de 1980 o distrito era formado por grandes Fazendas, algumas propriedades de famílias conhecidas nos tempos atuais, a Fazenda do Cipó (tombada em nível municipal em 1996), conforme foto 2, pertencente à família de sobrenome Santos Ferreira, ao

¹⁶ Os primeiros registros da existência do povoado de Itabira são do início do século XVIII. Segundo a historiadora Jussara França, os Padres Manoel do Rosário e João Teixeira Ramos descobriram ouro de aluvião na região em 1705 e ali construíram uma pequena capela. (ICMBio, 2009b).

sul do distrito, compreendendo o atual território de Jaboticatubas, à norte do distrito, a Fazenda Alto Palácio da família de origem inglesa Davis. Na primeira metade do século XX, as casas arquitetadas na Serra do Cipó pertenciam ou a pessoas destas famílias ou aos seus funcionários, muitos deles receberam terrenos ou viviam em casas conferidas pelos donos das fazendas.



Foto 2: Fazenda do Cipó - Tricentenária fazenda do séc. XVIII
Fonte: Instituto Estrada Real – Caminho de Ouro e Diamantes, 1999.

Por sua vez, a região apresenta em seu histórico outros relevantes ciclos econômicos, destacando, principalmente o plantio de mamona para a extração do óleo e comercialização para a iluminação de vilas e cidades como Ouro Preto, Mariana, Sabará e Diamantina. Destaca-se também o cultivo do arroz, milho, algodão, feijão e criação de gado que a conduziram a uma organização produtiva e de vida social.

Todavia, é importante apresentar que o potencial agrícola de toda a região sempre foi muito baixo, porque os solos são extremamente ácidos, distróficos, por isso é uma área absolutamente inadequada para atividades agrícolas, isto é, a absoluta inadequação deste ambiente à exploração econômica precede e exclui a possibilidade legal de adotar-se um módulo rural para aquele sistema, predominando sua vocação natural para a preservação da fauna e flora. (ICMBio, 2009c). Com isso, desenvolveu-se uma pecuária extensiva associada aos campos nativos e a agricultura de subsistência. Ademais, considera-se, que a preservação da diversidade endêmica da região, deve-se, também, a falta do potencial minerário, tendo em

vista que na área onde está localizado o Parque, felizmente não foi encontrado ouro no passado. (ICMBio, 2009c).

Outro fato importante, sob o aspecto histórico-cultural da região é que a população cipoense possui hábitos e costumes enraizados na tradição rural e, ao mesmo tempo, interiorizando-os e promovendo sua manifestação de saudade constroem uma memória coletiva, ou seja, uma (re)construção da identidade local, e esses mecanismos de construção estão estreitamente relacionados com o processo de colonização.

A região da Serra do Cipó, segundo Ferreira (2010) tem passado por diversas transformações desde o período pré-histórico, e estas são entendidas nos vestígios deixados nas rochas que moldam a paisagem da região, no silêncio dos rios que percorrem e drenam em suas vertentes e na vegetação que, diversa, altera-se conforme os interesses do homem, assim como na história oral que os moradores descrevem a visitantes e jovens locais.

Cardoso (2008) segue acrescentando que com o rápido parcelamento do solo e todos os impactos decorrentes, as preocupações com a preservação do patrimônio ambiental se intensificaram, resultando em constante confronto entre alguns empreendedores imediatistas e aqueles com características conservacionistas. Nos tempos mais recentes, nomeadamente a partir da década de 1990, o processo de ocupação acelerou-se, a atividade pastoreia como a criação de gado bovino e equino, e a agricultura de perfil de subsistência persistem, porém em pequena proporção, não mais com excedente para venda. (FELIPPO, 2013). Desse modo, tal região passa a apresentar um novo quadro, onde as atividades supramencionadas foram sendo supridas por aquelas ligadas ao turismo.

Diante desse quadro, é possível e desejável destacar, então, um fator marcante nesse período, os diferentes processos de territorialização, por meio do asfaltamento do trecho da rodovia MG-010¹⁷ entre Lagoa Santa e a Serra do Cipó ao findar dos anos 1980 e, ainda, da implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó¹⁸, como também da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, em 1990, que contribuiram para que a região se tornasse disputada por interesses minerários, preservacionistas e turísticos.

Este processo territorial relaciona-se as Unidades de Conservação, como ambiente diverso, um lugar de luta e disputa, verifica-se elementos que contribuem para esta interpretação, para a compreensão das transformações nela presentes, analisando as características geográficas nesta região. Visto que tal território demarca as ações sociais,

¹⁷ Uma das principais vias de acesso a Serra do Cipó.

¹⁸ Criado em 1975, enquanto Parque Estadual, em 1984 foi recategorizado como Parque Nacional.

influencia os sujeitos e transforma a realidade local. As observações a respeito do Parque Nacional da Serra do Cipó, a cada passo, procuram pensar e entender o território.

Ferreira (2010) introduz ainda que essas transformações, ao longo desses anos, nos faz pensar e arquitetar não somente as mutações no processo organizacional dos primeiros habitantes na região, mas também, as transformações paisagísticas que o novo modo de vida trouxe à Serra do Cipó. Além disso, este autor destaca que:

Levando a imaginação para longe, podemos pensar que, no período nômade, tínhamos poucos vestígios claros de ocupação territorial, ficando a presença humana desenhada em lapas que registram caçadas e a presença de animais de outras regiões. A partir do momento em que os nômades passam a se “sedentarizar”, os vestígios/olhar se modificam, deixando rastros de fogueiras, desenhos que retratam a vida cotidiana e outras peculiaridades que uma sociedade em transformação começa a revelar. (FERREIRA, 2010, p. 70).

É possível desta maneira, com base no supracitado, ressaltar que essa nova (re)configuração que a região apresenta possui lógicas e realidades contrapostas, envolvendo diversos sujeitos sociais com modos distintos de se inter-relacionar, e, assim, firmaram-se conflitos sociais, impactos ambientais e culturais.

Desse modo, tal região passou a sediar pesquisas, estudos e a receber visitantes, turistas das diversas partes do país. Um período de ocupação que se estende atualmente, num contexto envolvendo disputa de território entre ambientalistas preservacionistas, empreendedores e moradores locais. Neste caso, fica caracterizado, a partir da cronologia de colonização da Serra do Cipó, bem como dos aspectos culturais, históricos e pré-históricos, os principais mecanismos que transformaram a paisagem da região e que cooperaram para o contexto atual, conforme apresentado na figura 01.

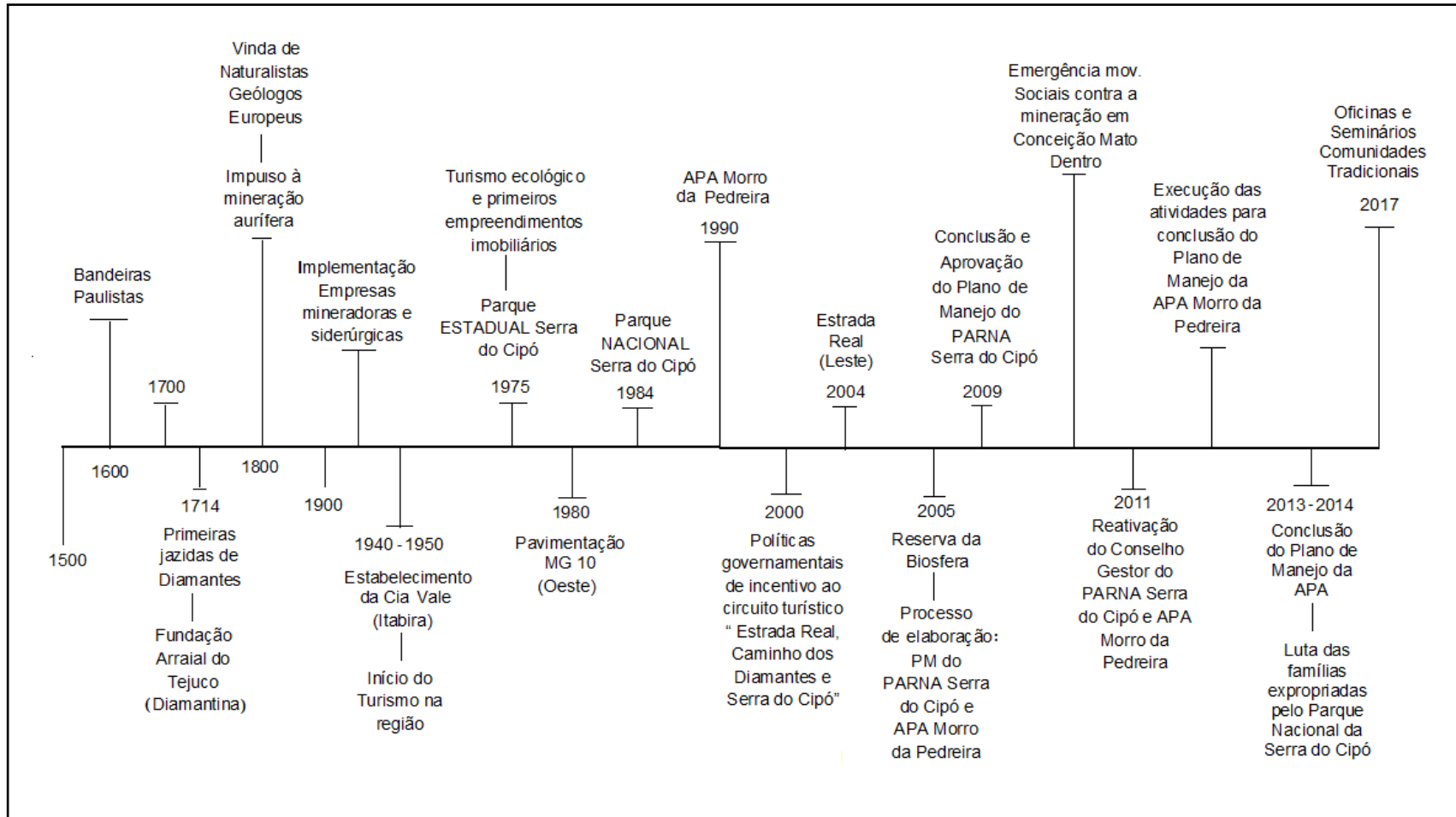


Figura 1: Temporalidade do percurso de uso e ocupação do território cipoense

Fontes: Adaptado do NIISA, 2013; ICMBio, 2009/2013.

Org.: MOURA, I. B.R.; 2017.

É a partir desses eventos que a região passa a apresentar um novo quadro social, ambiental e cultural, incrementada pela ocupação territorial, estreada nas últimas décadas. Por isso, torna-se importante dizer que esta (re)configuração provocou um intenso impacto ao modo de vida das comunidades que ali residem ou residiam. Um impacto considerado cruel pela forma como foi ocasionado, algo advindo de concepções, legislações ambientais e políticas públicas que ferem os direitos de comunidades tradicionais ou não.

A inexistência de modelos de gestão que amparem esses moradores que lutam por seus direitos, enquanto sujeitos sociais que possuem uma íntima relação com o lugar, coloca em risco a integridade humana dos mesmos. Assim, as transformações ocasionadas na região provocaram nesses grupos, de forma tolhida, um brutal descontentamento relacionado ao processo de expropriação e, além disso, uma violência simbólica, a partir da criação das UC's na região, essas questões serão abordadas mais adiante, nos capítulos que se seguem.

Contudo, a percepção ambiental presente na região passa por uma experimentação espacial dos sujeitos e, por conseguinte, dos grupos ali formados, buscando sentidos e significados que acontecem no espaço tornando-o lugar. Assim, para evitar uma interpretação contrária em relação aos objetivos, os conceitos de espaço, território, paisagem e lugar se fazem importantes para a apresentação das transformações e (re)construções na região da Serra do Cipó.

4.2 Território e lugar: conceitos básicos da pesquisa

Compreender e analisar as inter-relações socioespaciais na Serra do Cipó, em torno da sua história, da sua cultura, das experiências e significados conferidos pelos sujeitos que a vivenciam, sintetiza esse momento da pesquisa. Assim, a base principal para o entendimento dessas inter-relações é, primeiro, compreender as significações de território e de lugar. Nesse contexto, o território e o lugar, como duas categorias geográficas, a partir desse momento, elucidarão a acuidade para a Serra do Cipó. Atentando-se para esta precisão, a ideia é esclarecer cada conceito, para que a compreensão das questões apresentadas não seja interpretada de modo equivocado.

Nesse sentido, compreendendo que o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, caracteriza-se como mais abrangente, é importante endereçar, primeiramente, esta análise ao conceito de espaço. Entende-se o espaço como produto histórico e dinâmico da relação dos fatores naturais, sociais, culturais, econômicos e políticos. (FURLAN, 2000).

Considerando-se esta perspectiva, Gomes (2002) apresenta três pontos importantes que determinam o espaço geográfico, sendo o espaço como extensão fisicamente estabelecida, sólida, material e substantiva; o espaço composto pela dialética em meio à disposição dos fatos e das ações ou práticas sociais; o espaço como disposição das coisas materiais tendo uma lógica ou coesão.

Dentro dessa concepção, Corrêa (2006) assegura que o espaço geográfico ou meramente espaço, surge como uma expressão vaga, conexas a uma porção particular da Terra, por meio da natureza, pelo modo privado do homem imprimir suas marcas, expor sua construção, pela forma de referenciar uma localização ou pela sua (re)produção.

Assim, não se pode deixar de ponderar que Santos (2008) compreende o espaço como um “conjunto indissociável”, formado de objetos e sistemas de ações, junto a suas categorias analíticas, como a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, as rugosidades e as formas de conteúdo. Este autor, frente a estas considerações, pontua ainda que, o espaço é o resumo, sempre efêmero, entre o conteúdo social e as formas espaciais, sendo, portanto, um misto entre o social e o físico. O espaço é tempo, é momento, é histórico, é virtual, é real e irreal, pode-se entendê-lo como um autêntico campo de forças, com manifestações conjuntas das relações sociais, do passado e do presente, conforme descrito por Santos (1978).

Nessa perspectiva, o espaço é, então, o palco da vida, do cotidiano, de várias histórias, das inter-relações, em ocasiões diversas e em diferentes momentos, transforma seus sujeitos em guardiões de memória, entre si e com o espaço em si, também incluem a multiplicidade de sentimentos que resultam na interação de cada vivência, identificando e considerando a identidade que o lugar compreende no entreter das falas, nas visões que dão forma ao espaço habitado ou na relação homem/natureza. Nesse sentido, ao considerar a relevante importância do espaço para a ciência geográfica, é importante também enfatizar o território, pois a descrição dessa categoria opera de modo positivo para a reflexão aqui sistematizada.

Neste contexto, pode-se verificar que o território foi definido fundamentado nas concepções de Friedrich Ratzel, em meados do século XIX, ligado à Geografia e relacionado ao poder, envolvendo ainda os aspectos políticos, articulado e compreendido pela apropriação e dominação. Assim, o território configura-se uma área ou parcela da superfície da terra utilizada por um grupo humano. Ratzel, como um dos percursores do território, destacou a importância do “espaço vital” este seria o espaço que preencheria as precisões de um Estado, quanto ao acesso dos bens naturais e a própria dominação e identificação do espaço ocupado por uma sociedade, isto é, o território.

Utilizando-se das concepções de Raffestin (1993), pode-se destacar a diferença entre espaço e território, estabelecendo que o espaço é anterior ao território, nesse sentido o território se constitui a partir do espaço, decorre de uma ação direcionada por um “ator sintagmático”, em qualquer plano, aquele que delinea seus planos por meio do encaminhamento do trabalho, da energia e do conhecimento. Esse ator busca historiar a respeito do espaço, do seu plano de poder por diferentes caminhos, assim ao apossar-se, de forma concreta ou abstrata, o ator passa a territorializar o espaço. Em síntese, o território ampara-se no espaço, no entanto, não é espaço, mas sim uma produção do espaço, é a constituição de limites de ação estabelecida pelo “ator sintagmático” ou grupo social buscando desempenhar o poder.

Santos (2008) completa que para compreender o território, o mesmo precisa ser pensado e esclarecido a partir do processo histórico de formação, incluindo os fatores econômicos, políticos, culturais e sociais. Intitulando-o como uma propriedade de relações espaço-temporal. Considerando esta perspectiva, percebe-se que quando um grupo de sujeitos utilizam um espaço, desenvolvendo atividades de pesca, agricultura, pecuária etc.; este torna-se o território desse grupo, mas não somente pela propriedade, mas, também pelo seu uso.

Sobre estas configurações, Souza (1995) evidencia dois pontos relevantes, sendo: o fato dos territórios não possuírem uma extensão espacial e temporal fixa, já que alteram-se de tamanho e da mesma forma que existem num determinado momento, enquanto num outro pode permanecer oculto; outro ponto é que diversos territórios podem ser ocupados concomitantemente pelo mesmo ator no mesmo espaço ou em espaços distintos.

Nesse sentido, considera-se que o território persiste em decorrência de uma cultura, ou seja, é a base de uma cultura, englobando sempre e ao mesmo tempo uma extensão simbólica e cultural, por meio da identidade territorial conferida pelo grupo social, segundo Bonnemaïson e Haesbaert (2001; 2002).

A partir dessa inter-relação, do espaço e do território, tem-se o lugar, outra categoria de análise para a ciência geográfica, conexo aos discursos da Geografia Humana, a qual possui dois caminhos básicos: *a Geografia Fenomênica/Humanista e a Geografia Crítica*. Essas perspectivas teórico-metodológicas tratam o lugar com características distintas, mas, nem por isso, uma anula a outra, pelo contrário, se complementam, como aponta Ferreira (2000). A perspectiva humanista é pautada necessariamente na relação homem/meio ambiente, onde o lugar é fundamentado enquanto base da existência humana, contudo, uma experiência amparada no conhecimento pessoal.

Diante dessas considerações, Holzer (1997), frisa que para os humanistas a essência é uma das palavras-chave para entender o lugar, pois estes buscam apresentar uma percepção de

mundo de maneira holística, ou seja, apreender todos os elementos presentes na inter-relação do viver, do habitar, do lazer, do trabalho, dentre outros. O lugar, adquire, deste modo, para a Geografia Humanista, um papel central, visto que é através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço. (FERREIRA, 2000).

Na perspectiva geográfica crítica-radical, o lugar deixa de ser visto apenas como o espaço vivido, de tendência fenomenológica, sendo considerado uma construção social, ou seja, uma construção sócio-histórica. Carlos (1996; 2001), Harvey (1996), Santos (1994; 2004) e outros importantes expoentes abordam o lugar a partir do materialismo histórico e dialético, assim o lugar é um meio de acesso a funcionalidade do mundo.

O lugar é, então, o mundo vivido, o elo entre os procedimentos geográficos e fenomenológicos. Cada pessoa tem seu lugar natural, o ponto zero do seu sistema pessoal de referência. “Cada pessoa está rodeada por ‘camadas’ concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação.” (BUTTIMER, 1982, p. 178). Outra interpretação é dada por Harvey (1996), onde o lugar é uma construção social que precisa ser apreendida como uma localização e, também, como uma configuração de permanências relativas intrinsecamente, heterogêneas, dialéticas, presentes na dinâmica geral de espaço-tempo, de processos socioecológicos.

Nessa trajetória, o lugar seria a base da reprodução da vida, podendo ser analisado pela tríade habitante-lugar-identidade. Essa é a concepção de Carlos (1996), que tem como objetivo fomentar uma discussão teórica sobre o conceito de lugar no período contemporâneo, marcado pela globalização e complexidade da relação local-global. É fundamental considerar o lugar como palco dos acontecimentos pela sua dimensão real, prática, sensível e concreta. Além disso, torna-se fundamental considerá-lo como uma construção tecida por relações sociais no espaço vivido, garantindo uma rede de significações e sentido, tecidos pela história e cultura. O lugar tem usos e sentidos e, portanto, abarca a vida social, a identidade e o reconhecimento. (CARLOS, 1996).

Para Santos (1994), o lugar envolve uma permanente mudança, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre transformando o espaço geográfico. De acordo com o referido autor, a concepção de lugar está intimamente relacionada à própria definição de espaço, tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que determina o lugar é justamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e alcança todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que vão se internalizar. (SANTOS, 1994).

Desse modo, Tuan (1983), considera que o lugar é marcado por três palavras-chave: percepção, experiência e valores que os seres humanos possuem com os objetos, com os seres, com sua raça, seu ambiente, para tanto, ampara-se no espaço, onde os seres humanos moderam suas práticas fazendo-a lugar. Os lugares guardam e são núcleos de valor, por isso eles podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias (*insider*) e relações externas (*outsider*).

Os lugares tornam-se mais reais por meio da ação do homem, assim o espaço local se robustece enquanto lugar pelas aspirações humanas, pelas precisões, ritmos da vida pessoal e dos grupos. O lugar é onde preconizam-se as relações topofílicas, é o caminho para a compreensão do elo afetivo, envolvendo o indivíduo e o seu lugar. É saber dos lugares, e, ao mesmo tempo, como ocorre o sentido do lugar. (TUAN, 1983).

Dada essa caracterização, Relph (1979) pontua que os lugares só obtêm identidade e significado em meio a intenção humana e da relação vivente entre os desígnios e predicados objetivos do lugar, isto é, o cenário físico e as atividades ali realizadas. Assim, é importante a compreensão do método de constituição do sentimento topofílico na Serra do Cipó, pois este é fundamental para a reconstrução da memória e da identidade dos sujeitos sociais que ali se encontram. Desse modo, o lugar é o foco central nesse momento, sintetizando o resultado das experiências, simbologias, memórias, sentimentos e seus significados.

Em consonância com as categorias apresentadas, que a pesquisa se ampara, isso porque diante deste arcabouço teórico pode-se elencar que a discussão dessas categorias ligadas ao estudo das UCs apresenta várias possibilidades de análises, tanto no contexto natural, quanto nas questões sociais.

Na análise do estudo das comunidades tradicionais da Serra do Cipó a noção dessas categorias está influenciada pela experiência de vida, uma vez que sua base de (re)produção é oriunda da natureza/meio ambiente.

Contudo, essas comunidades tradicionais têm sido as principais prejudicadas, sendo excluídas dos territórios, tendo sua dignidade e sustentabilidade ameaçadas em função dos novos significados impressos nos territórios após a criação e implementação de UCs, sobretudo das de Proteção Integral, criadas com o discurso de natureza intocada.

4.3 A Serra como lugar de memória: percepções acerca das vivências da comunidade local

A historiografia da Serra guarda registros e vestígios diversos, datados desde o século XVI, que traduzem a identidade da região de hoje e que contribuem para o entender de suas

mutações. Com isso, as marcas impressas e duráveis no espaço arquitetado, constroem um imaginário de imagens e lembranças que persistem no tempo.

Quando se preserva a história local, intenciona-se conhecer esse espaço através da memória. Assim, respeitar as vivências, os laços afetivos que o sujeito tem com o lugar onde constitui consecutivamente seu cotidiano, suas lembranças, é eficaz para determinar o percurso desse espaço. A historiografia da Serra nos mostra o processo de transição e alteração ocorridas no local antes da colonização, registrada nas rochas, nas marcas e no tempo, mas, principalmente no vivenciar dos sujeitos sociais que fizeram parte do processo de transição das questões sociais, econômicas e políticas da região. Essas modificações intercalam com a reconfiguração de cada fase, do processo de povoamento, dos sujeitos que em um primeiro momento desbravaram a Serra, e dos que hoje a habitam.

Estas lembranças vêm de um conjunto de representações que os sujeitos guardam do lugar e, evocando-as, fala de sua origem, inserindo assim em um curso de pensamento do passado, no entanto, ocasiona apenas o que ainda está vivo ou que torna-se capaz de viver no interior de um grupo social. A narrativa que traz a memória do lugar, nos permite apresentar características, informações e atributos, que foram, importantes mecanismos para o entendimento das relações no espaço construído hoje.

Assim, ao afirmar que a Serra do Cipó é testemunha de histórias de vida, entende-se que os sujeitos, ao convívio com esse ambiente, associam-no com suas histórias, resgatando as lembranças e, encontrando, portanto, na Serra, um evocador de memórias, como também um lugar de memória. A identidade e a memória produzem um redesenho histórico da Serra, isso em função da simbologia, dos momentos de luta e prosperidade, assim as percepções e lembranças presentes estão vinculadas aos aspectos e modo de vida.

Discorrer sobre as memórias da população cipoense, reflete a importância de compreender o lugar, suas referências e os elementos que identificam a Serra do Cipó, sobre a memória, percebe-se que, divergindo da história, esta não se prende ao passado, isto é, segue o desenvolvimento da região e do seu povo, em conformidade com seus valores, sua cultura e com os espaços vivenciados, como se verá, mais adiante, por meio das narrativas dos sujeitos entrevistados.

Afora, da ideia de pertencimento, a identidade já introduz a noção do lugar, onde materializam-se as relações sociais que se constituem, se encontram e se entretenham, advinda da configuração da região, da relação entre o estabelecimento físico e da geografia em que insere, incide, ainda, pela percepção do pertencimento que os sujeitos revelam em afinidade ao espaço em que residem. Portanto, a identidade se configura a partir da identificação com

objetos, construções, com imagens, aspectos diversos que pertencem ao lugar. Desse modo, a memória e a identidade estão transmitidas no cotidiano do povo cipoense, nas relações diárias, na peculiaridade da região, bem como nas relações de uso.

A Serra do Cipó, a qual tem seu processo de ocupação caracterizado pela passagem dos bandeirantes que contribuíram para as modificações paisagísticas que pairam na região, refugia um enriquecedor repertório cultural, as tradições familiares, religiosas, econômicas, de trabalho, as quais estão impressas nas interfaces históricas da mesma, configuram o alicerce de vivência dos sujeitos, valorizando sua gente, sua história.

Como manifestação cultural, pode-se destacar o Candombe¹⁹ (expressão que nasceu em tempos de escravidão) da comunidade quilombola Açude Cipó, localizada na área rural do município de Jaboticatubas, a qual guarda com devoção suas práticas e rituais. A comunidade foi conferida com o certificado de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, e conta também com o título legal de posse das terras ocupadas, tendo assim seus direitos resguardados e as práticas ritualísticas do tambor Banto presente na cultura festiva do Candombe mineiro. (SILVA, 2017).

Destaca-se, também, um patrimônio ambiental que testemunha as histórias de vida de diferentes indivíduos, com olhares distintos para o mesmo objeto, mas que, enriquecem os valores da região. O lugar implica determinadas categorias que não são prontamente analisadas, destaca-se fundamentalmente por meio de uma analogia passando pela percepção, como também pela compreensão do ambiente arquitetado através da vivência. Desse modo, o lugar e o vivido surgem na paisagem, interagindo com esta.

Se descrevêssemos, este lugar, a partir de uma canção, usaríamos a “*Deus e Eu no Sertão*”, a qual tem sentimentos topofílicos, sendo carregada de referências locais, como se cada sujeito relatasse suas vivências, sustentando sua identidade local. É a mata, é o ribeirão, a casa simplesinha, a terra, as festas e um violão.

Os elementos elencados na canção caracterizam a paisagem da região, tornam-se um caminho para a percepção do sentimento ao lugar de vivência, demonstram que os traços da comunidade cipoense, foram, antes disso, imbricados em um cenário bucólico e rural, como se pode ver:

¹⁹ Candombe é o um termo em quimbundo – uma das línguas falada em Angola –referindo-se genericamente a diversos modos de dança praticado por negros e escravizados no período da colonização da América Latina. Posterior a isso, o termo passou a ser utilizado para se referir à um ritmo específico, caracterizando-se pelo uso de três tambores, sendo o tambor piano, tambor chico e tambor repique. Extraído a partir das informações apresentadas em <https://www.ufrgs.br/estudoslatinoamericanos/wp-content/uploads/2018/11/ELA8%C2%BA-Texto17.pdf>.

Nunca vi ninguém
 Viver tão feliz
 Como eu no sertão
 Perto de uma mata
 E de um ribeirão
 Deus e eu no sertão

Casa simplesinha
 Rede pra dormir
 De noite um show no céu
 Deito pra assistir
 Deus e eu no sertão
 Das horas não sei
 Mas vejo o clarão
 Lá vou eu cuidar do chão

Trabalho cantando
 A terra é a inspiração
 Deus e eu no sertão
 Não há solidão

Tem festa lá na vila
 Depois da missa vou
 Ver minha menina

De volta pra casa
 Queima a lenha no fogão
 E junto ao som da mata
 Vou eu e um violão
 Deus e eu no sertão

(CHAVES, Victor. Cd /Victor e Leo - Ao Vivo e em Cores, faixa 6, 2009).

A Serra é, então, conforme Tuan (1980), o centro de significados construído pela experiência, pelas referências afetivas desenvolvidas pelos sujeitos que a habitam ao longo de suas vidas, a partir da convivência com o lugar e com o outro.

Esse resgate, articulado as interfaces na Serra do Cipó, associa o sentimento de pertencimento às lembranças, produzindo o reconhecimento cada vez mais necessário do passado, com relatos dos sujeitos que construíram suas histórias e traços culturais. De tal modo, o lugar está associado a uma determinada área, possuindo características próprias, onde cada indivíduo que com ele coexiste, com ele se identifica.

O sentido do lugar, Serra do Cipó, surgiu observando cada símbolo, não existe somente um lugar de residência, existe também o espaço onde os sujeitos atuam, as plantações, os riachos, as matas, destaca-se também o espaço da crença, a forte tradição religiosa, a rica cultura da raiz folclórica, o legado deixado pelos negros e portugueses. Nesta direção, pode-se citar a representatividade de Juquinha, figura histórica da Serra. Gontijo (2003), versa que Juquinha foi um personagem folclórico eremita nas lapas da região, abordava os viajantes oferecendo

flores e pedindo fósforos, era uma espécie de guardião, essência de flor, Juquinha das flores, Juquinha da Serra, morreu em 1983, seu modo simples de viver, sua simpatia e apego, tornou-o um referencial popular e querido da região, tendo sua escultura como símbolo protetor da Serra, a qual está localizada na parte alta da APA Morro da Pedreira, que proporciona um cenário privilegiado da Serra do Cipó, foto 3.



Foto 3: Juquinha da Serra - figura popular e querida da Serra do Cipó
Foto: FALCI, S; 2017.

Desse modo, ainda que as linhas histórico-culturais tenham definido as relações com o meio, os sujeitos sociais entendem as novas estruturas impostas, mas, advertindo o desejo de que seu espaço de sobrevivência seja respeitado, isso se justifica porque o lugar comunidade, não refere unicamente aos fatores econômicos e ambientais, vai ao encontro também das simbologias, da cultura, das manifestações e práticas diárias de um povo que luta por seus modos de vida, pelos seus direitos e territórios. Isso ocorre em função da configuração do desenvolvimento e das modificações que estão inseridas num cenário que calha com o processo de implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó e da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, o local passou por um rearranjo, como mecanismo de transformação, a consolidação de sua condição agrária à turística.

A comunidade cipoense tirava da terra, da água, das matas o meio de sobrevivência, uma região de rica biodiversidade, mas que configura um território de disputa, lutas e resistência, acrescentada pela pressão ocasionada pelo turismo, a partir da abertura de pousadas, restaurantes, estabelecimentos comerciais, como também pela substituição da produção

agrícola, com perfil de subsistência (cultivo de milho, arroz, feijão, pastagens, etc.) para estas atividades turísticas.

As comunidades locais protegem a assiduidade do uso dos bens naturais contidos no interior e no entorno do PARNA Serra do Cipó. Já que compreendem todo um físico, geográfico, histórico e cultural, apresentando uma forte vinculação em relação à natureza ou uma temática da conservação. Para essas comunidades, a Serra do Cipó, antes de tudo, é o lugar onde vivem, o meio natural construído cotidianamente, é uma configuração dos pensamentos e sentimentos dos sujeitos, é uma referência aos hábitos, ao sentido de conexão e afinidade. A compreensão do lugar está presa ao ato do nascer, do criar raízes, das histórias ali construídas e, que, apesar de vivenciar mudanças intensas, esses sujeitos lutam por seus direitos de permanecer no lugar, expressando o desejo de dar continuidade, de manter a cultura e a essência de um povo. A Serra é ainda o espaço onde essas populações se organizam e se reproduzem socialmente, sendo assim, o seu território.

Na relação com a área do Parque, os sujeitos compreendem que é preciso resguardar o lugar de vivência, assim esse espaço com sua rica biodiversidade (água, florestas, montanhas etc.) é o espaço experimentado, entendido, vivenciado e, ainda, o espaço de conservação. No entanto, há uma distinção envolvendo o território formado do Parque e o lugar vivenciado pelas comunidades, é importante destacar que estes se estabelecem em sobreposições, sendo necessário arquitetar modos de gestão que amparem essas comunidades.

A Serra do Cipó, como espaço de vivência, cenário das ações e relações humanas transluz a cultura, os valores e modos de um povo, sendo, portanto, necessário a conservação desse espaço e de suas riquezas, pois, apreendida como um produto da história, apresenta predicados favoráveis para sua inserção no contexto mundial, isso porque a paisagem também a reproduz, de modo que as pessoas agem no espaço e o espaço age nas pessoas.

Percebe-se, portanto, que o território Parque e o lugar Serra do Cipó são importantes para esta análise, já que constituem as relações dos sujeitos que ali se estabelecem, das resistências como parte de uma ameaça socioespacial e de uma dinâmica territorial. Nesse contexto, o momento seguinte, aborda o processo de criação de áreas de preservação natural, com isso, destacar-se-á os mecanismos para a inserção dessas áreas, bem como as transformações socioespaciais advindas desse processo.

SEÇÃO II

5. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O modelo de criação de áreas naturais protegidas está relacionado ao mito da natureza intocada - impostas a restrições ao acesso e uso dos bens naturais, que ao longo do tempo, assumiu proporções significativas, estabelecendo concepções diversas de homem e de natureza, e a relação entre ambos. Assim, nesta parte do trabalho, as reflexões serão direcionadas à criação das unidades de conservação, destacando as políticas de criação e institucionalização, com um olhar atento aos parques nacionais, tendo em vista que foi a primeira categoria de área natural protegida para a conservação da natureza em grandes extensões territoriais.

Tecer-se-á um diálogo em relação a criação dessas áreas, intercalando com a dinâmica de uso e apropriação territorial, com intuito de compreender as diferentes visões acerca das populações humanas residentes nessas áreas, consideradas, muitas vezes, responsáveis pela manutenção da biodiversidade, busca-se compreender as estratégias e os instrumentos acionados pelos sujeitos sociais na materialização dessas áreas de proteção e, os conflitos socioambientais decorrentes.

5.1 A ideia de reservar áreas para a conservação da natureza

O estabelecimento de espaços especialmente protegidos têm sido um dos principais mecanismos para a conservação da natureza, objetiva-se separar determinadas porções do território e limitar ali o uso da terra e dos bens naturais. Esse mecanismo é visto como um importante caminho para a preservação, isso em decorrência da ocupação desenfreada da terra e do uso predatório da biodiversidade que a humanidade vem, há tempos, protagonizando. (BENSUSAN, 2006).

Nesse contexto, Morsello (2008) acrescenta que Civilizações do oriente já constituíam reservas naturais mesmo antes do nascimento de Cristo. Na Europa Medieval a palavra parque relacionava-se a um local delimitado do ambiente natural onde os animais viviam e permaneciam sob responsabilidade dos reis.

No entanto, a ideia de conservação da natureza nem sempre se fez presente, mas em virtude do contínuo questionamento da humanidade sobre as relações com a Terra, desenvolveu-se e transformou-se desde a Antiguidade, culminando, no Ocidente, em relações

de domínio e desprezo pela natureza e ultraconfiança na tecnologia como solução para todos os problemas ambientais. Desde então, diversas questões acerca das relações entre a cultura humana e o ambiente natural foram discutidas, dentre elas, a concepção da humanidade como agente transformador da paisagem, formulada apenas no século XVIII. Assim, a humanidade, admitindo seu impacto sobre a Terra, concebe a ideia de reservar determinados espaços no qual o planeta preserve “sua hipotética condição prístina”, pontua Bensusan (2006).

Nascia, assim, as relações de domínio sobre a natureza, principalmente no Ocidente, onde a reserva desses espaços possuía, pelo menos, dois motivos, a preservação de lugares sagrados (a criação de florestas sagradas na Rússia, onde o uso e mesmo a presença humana eram proibidas) e a manutenção de estoques de bens naturais (criação de reservas de madeira, caça e pesca). Muitas dessas áreas foram criadas ainda no século XIX, objetivando preservar paisagens belas para as futuras gerações, visto que o papel transformador da humanidade estava se tornando claro e a diminuição de áreas onde a Terra sustentava sua “hipotética condição prístina” também se tornava clara. No decorrer do século XX, esse mecanismo se popularizou e as altas taxas de extinção de espécies conduziram à criação da maioria das áreas protegidas, como uma tentativa de resposta à crise das extinções. (BENSUSAN, 2006).

Diante disso, cada país foi determinando seus próprios objetivos de conservação *in situ*, as peculiaridades de cada objetivo e os modos de alcançá-los propiciou a criação de diversas categorias de manejo de áreas naturais protegidas, as quais nem sempre foram definidas conforme as diretrizes estabelecidas pela União Internacional para Conservação da Natureza - IUCN²⁰, cada categoria possui objetivos próprios de manejo, mas coadunam quanto à função de proteger a natureza e são estes que determinam as especificidades de cada categoria. (VIANNA, 2008).

Esta autora pontua que nestas categorias são identificados os fins que serão atribuídos à área (pesquisa científica, proteção da vida selvagem, preservação das espécies e da diversidade genética, proteção de aspectos naturais, turismo, recreação, educação, uso sustentável, manutenção de atributos culturais e tradicionais, dentre outros.), o que determina o maior ou menor grau de intervenção humana admitida. A mesma autora apresenta ainda que:

Algumas categorias supõem o uso direto dos recursos naturais de forma sustentada e outras, o uso indireto, em que a intervenção humana é tolerada apenas no mínimo

²⁰ A União Internacional para Conservação da Natureza, aprovou, no ano de 1978, o sistema de 10 categorias de áreas naturais protegidas como referência para a criação dessas áreas no mundo e facilitar a compreensão das diferentes terminologias utilizadas em cada país, sendo: reserva natural estrita, parque nacional, monumento natural, reserva manejada, paisagem protegida, reserva de recursos, reserva antropológica, área de uso múltiplo, reserva da biosfera e sítio de patrimônio mundial.

necessário para o cumprimento de seus objetivos. Estas últimas são consideradas de proteção integral, uso indireto ou uso restrito - são palco dos conflitos com populações locais durante sua implantação. (VIANNA, 2008, p.132 - grifo nosso).

Somado a esse quadro, Antônio Carlos Diegues (2001) aponta duas linhas de orientação para compreensão da inserção de áreas naturais protegidas, sendo o *preservacionismo* e o *conservacionismo*. Esse padrão de preservação atualmente é marcado pelo princípio de que a natureza para ser preservada, precisa ser dissociada dos seres humanos. (BRITO, 2000).

E partindo dessa concepção, a política de criação de áreas naturais protegidas difundiu-se, e o marco referencial nesse momento foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, sendo este o primeiro parque nacional do mundo, adotando os princípios preservacionistas, o objetivo da institucionalização do Yellowstone amparava-se na ideia de preservar as áreas não habitadas, suas belas paisagens “virgens” para as gerações futuras. Assim, o ser humano ali seria um visitante, nunca um morador. (BENSUSAN, 2006).

Como observa Diegues (1994) ao criar o Yellowstone, o Congresso dos Estados Unidos determinou que a região teria de ser reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida, bem como dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo, e que toda pessoa que se situe ou ocupe este Parque ou qualquer de suas partes (com exceção das estipuladas) seria considerada infratora e, assim, desalojada. (DIEGUES, 1994).

Nessa trajetória, Vianna (2008, p. 146) versa que “a política em relação às áreas naturais protegidas é a de separar do desenvolvimento moderno as áreas naturais selvagens, consideradas virgens.”

Essa prática baseia-se no entendimento de que, na medida em que a natureza é finita, espaços naturais devem ser separados e isolados do processo de desenvolvimento das sociedades modernas, tornando-se “ilhas de antítese do desenvolvimento”. de fato, a concepção subjacente entronizada no poder público sobre a formação de áreas naturais protegidas resulta de uma atuação notória de conservacionistas mais moderados, que, inseridos no mundo moderno, não eram capazes de ver os povos selvagens e, assim, viam o que não existia - terras desabitadas, onde na realidade havia seres humanos. (VIANNA, 2008, p. 146).

Somadas a essas restrições das leis ambientais e as transformações no modo de vida, Diegues (2004) destaca, assim, uma questão que nasceu nesse período, a retirada de moradores, em determinados casos de modo forçado, dos locais onde viviam tradicionalmente, com ideário de criar áreas desabitadas para serem “parques nacionais”.

Esse modelo foi seguido por diversos países do mundo e, em muitos deles, ainda vigora esta corrente. O Canadá, no ano de 1885, criou seu primeiro parque nacional, seguido pela Nova Zelândia em 1894; a África do Sul e a Austrália, no ano de 1898. Na América Latina, o México foi o primeiro a seguir o modelo de parque nacional sem a interferência humana, e instituiu sua primeira área protegida em 1894; a Argentina, em 1903; o Chile em 1926; e no Brasil em 1937. (BENSUSAN, 2006).

A autora descreve que, na década de 1930, a implantação de parques nacionais já percorria diversas partes do mundo, no entanto não havia uma significação precisa sobre os objetivos dos mesmos. Com isso, diversos acordos internacionais foram realizados, sendo o primeiro deles a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres, no ano de 1933, nesse momento três características sobre os parques nacionais foram determinadas: áreas controladas pelo poder público; áreas para a preservação da fauna e flora; objetivos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça é proibida; e as áreas de visitação pública.

Ainda, segundo essa autora, no ano de 1948, a Unesco, o governo francês e uma organização conservacionista suíça convocaram um congresso para estreitar um projeto de colaboração internacional entre as organizações conservacionistas. Na ocasião, criou-se a União Internacional para Proteção da Natureza - UIPN, e que posteriormente, em 1965, transformou-se em União Internacional para Conservação da Natureza que envolvia agências governamentais e não governamentais, com objetivos de sistematizar e aferir diretrizes para a conservação da biodiversidade e, também, organizar encontros mundiais para os debates acerca das questões relativas à proteção da natureza.

Juntamente a esta, a Organização das Nações Unidas - ONU, contribuiu de modo positivo para as alterações em torno da temática conservação. Entre as mais importantes está o Congresso Mundial de Parques Nacionais e de Áreas Protegidas, que ocorre a cada dez anos, cuja temática principal são as áreas protegidas. Em 1959, a ONU organizou a primeira lista dos parques nacionais e reservas equivalente, como discorrem Castro Júnior *et al.*; (2009). Com isso, em 1960, por meio da UIPN, foi criada a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas - CPNAP, com desígnio de promover, monitorar os parques nacionais e demais áreas protegidas, bem como orientar seu manejo e manutenção. (BENSUSAN, 2006; VIANNA, 2008).

Consequentemente, no ano de 1962, teve lugar a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle, nos Estados Unidos, nesse momento determinou-se quais os tipos de parques nacionais precisariam ser considerados, através do que se chamou de “princípio geral”, a enunciação de tal princípio destacou pela primeira vez, com o consentimento de exceções,

quais as probabilidades de exploração dos bens naturais nas áreas naturais protegidas, introduz Vianna (2008).

A autora pontua, também, que em 1968, com o acréscimo de áreas naturais protegidas no mundo, realiza-se a Conferência da Biosfera. Na ocasião discutiu-se o uso e a conservação da biodiversidade, o impacto sobre esta, a dimensão política, econômica e social, bem como a necessidade das nações do Terceiro Mundo conservarem suas áreas naturais. Enfatizou-se, ainda, o caráter inter-relacionado do meio ambiente e, por conseguinte, ampliou o conceito de conservação. Brito (1995) citado por Vianna (2008) enfatiza que a IUCN levou diversos países a compreender o que seria as áreas naturais protegidas, cumprindo assim o seu objetivo “de contribuir para a conservação da sua biodiversidade”.

No ano seguinte, na X Assembleia Geral da IUCN, realizada na Índia, estabeleceu-se uma definição-padrão de parque nacional, determinaram a área, o uso, as normas de visitação e a proibição de qualquer tipo de exploração ou ocupação, fixando ainda que as áreas que não se enquadrassem na definição de parque nacional deveriam ser reclassificadas conforme novas categorias como reserva científica, natural ou espacial. Essas categorias diferenciam em função do uso e em função da responsabilidade administrativa. A área natural protegida de uso mais restrito seria a reserva científica que só poderia ser visitada com permissão especial. No entanto, nenhuma delas permitia a ocupação humana ou uso dos recursos, revelando ter como base a mesma concepção consagrada dos parques. Assim, a década de 1970 é caracterizada pela preocupação mundial sobre os conflitos entre populações locais e áreas naturais protegidas, embora não tenha sido acompanhada por ações práticas, discorre Vianna (2008).

Considerando-se essa temática, Bensusan (2006) destaca que no ano de 1972, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. Considerada um divisor de águas, foi de fundamental importância para o ambientalismo global, pela primeira vez, discutiram os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente em um fórum intergovernamental, em busca de ações corretivas.

Na década seguinte, ampliaram-se as discussões em torno das relações entre populações locais e áreas naturais protegidas. Nessa década, assiste-se, ainda, o III Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Bali, em 1982, a partir do qual a Comissão de Parques da IUCN passou a enfatizar políticas que considerassem a criação e manejo dos parques nacionais e de outras categorias de áreas naturais protegidas relacionadas ao desenvolvimento regional e estadual, as populações, os bens naturais e o meio ambiente. Essa consideração formaliza a mudança na percepção sobre os usuários tradicionais das áreas naturais protegidas, passando a considerá-los como manejadores dos bens naturais. (BENSUSAN, 2006).

Em 1992, com a realização do IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, na Venezuela, as discussões permearam a questão da relação da população humana no interior dos parques nacionais. No momento, constatou-se que 80% dos parques nacionais da América do Sul possuíam populações humanas. Assim, foi recomendado mais respeito a estas populações, a rejeição do modelo de reassentamento, bem como a inserção, sempre que possível, destas nas áreas do parque, afirma Bensusan (2008). Contudo, apesar desses intentos de solução, o núcleo duro da cosmografia preservacionista - Unidades de Conservação de Proteção Integral não permitem a presença humana - persistiu com as provocações de choques por todo o continente, de modo específico, no Brasil. (LITTLE, 2002).

Outro momento importante no processo de criação de áreas naturais protegidas foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92, as discussões voltaram-se a ideia de desenvolvimento sustentável para apresentar outro paradigma de desenvolvimento, por meio da pressuposição de satisfação das precisões das gerações presentes e futuras sem comprometê-las.

Diante dessa nova Conferência, diversos projetos de conservação de desenvolvimento começaram a ser implantados em unidades de conservação, com o apoio de ONGs ambientalistas. A discussão em volta da relação existente entre desenvolvimento e conservação, fortificada na Rio-92, incidiu nas normas para a implantação de unidade de conservação sob a perspectiva de uso sustentável dos bens naturais, afirma Teixeira (2005).

Em síntese, o final do século XIX e o transcorrer de todo o século XX foram marcados pelas designações de várias áreas para a criação de espaços naturais protegidos, principalmente nos países do Norte realizavam-se convenções e conferências com intuito de debater as estratégias de conservação da biodiversidade, agregar conceitos, como também impulsionar e coagir os países do Sul a instalar áreas naturais protegidas, segundo estas convenções, estes espaços deveriam ser restritos a ocupação humana e ao uso dos bens naturais, assim diversas foram as comunidades obrigadas a deixarem suas atividades e seus espaços. (BRITO, 2000).

Percebe-se, então, que o contexto histórico das áreas protegidas tem trilhado um extenso caminho, com início na Idade Média, visto como áreas sagradas ou de contemplação humana, por meio da corrente preservacionista, e aceito como mecanismo de conservação de certas espécies da fauna e flora, como também de paisagens, como consequência os olhares têm sido feitos de modo diferente, primando pela conservação dos processos geradores e sustentadores da biodiversidade desde as concepções conservacionistas. (BENSUSAN, 2006).

A partir disso, a criação de áreas para preservação dos bens naturais foram desencadeando-se, principalmente aquelas entendidas pelos críticos preservacionistas como

sendo “natureza intocada”, restritas a interferência humana. Todavia, os expoentes que seguem a linha de conservação não apoiavam este ideal. Tal fato ocorre porque esses expoentes pensam sobre as práticas de proteção e dos modelos mais apropriados ao contexto econômico, como também cultural dos países, para esses estudiosos os parques nacionais institucionalizados em países subdesenvolvidos não estão operando como mecanismos ativos para a proteção da natureza, isso em função de dois fatores, sendo a forma de proteção que encontra-se com dimensões sociais e culturais conflitantes, visto que a inserção de parques, na maioria da vezes, não considera a participação de populações humanas e, também, porque extingue a exploração dos bens naturais, evitando o desenvolvimento ambiental, destacam Castro Júnior *et al.*, (2009).

Assim sendo, foi necessário debater novas categorias de áreas protegidas que abrangessem a participação humana. No decorrer dos anos apareceram as áreas protegidas categorizadas como “unidades de conservação”, estas foram denominadas conforme as particularidades de cada país. (MORSELLO, 2008). No entanto, observa-se que o estabelecimento dessas áreas compreende conflitos regulares que alteram-se em função da magnitude, em meio aos vínculos que as populações estabelecem com os espaços, ocasionando as reivindicações dos seus direitos de uso a apropriação social dos bens naturais neles contidos, ressalta Santos (2009).

5.2 As unidades de conservação no Brasil

O crescimento e a consolidação do movimento ambientalista são fatores que modificaram a dinâmica territorial no Brasil nas últimas décadas, tendo seu impacto maior na região amazônica. Embora tenha sua origem no século XIX, ganha expressão mundial apenas em meados do século XX, momento em que sente um intenso crescimento em todos os continentes. (LITTLE, 2002).

Esse processo de expansão da fronteira desenvolvimentista agenciada pelos governos militares, desde a década de 1970, registrou-se um elevado crescimento no estabelecimento de novas áreas protegidas - uma frente preservacionista-, responsável por um amplo impacto fundiário nos países, em decorrência do alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas.

Entende-se, então, que as áreas protegidas representam uma tipologia específica de território que caberia na ideia de razão instrumental do Estado, considerando que as áreas protegidas são criadas pelo Estado por meio de decretos e leis e compreendem parte das terras

da União, sendo assim, terras públicas; a criação dessas áreas envolve pesquisas científicas com uma série de especialistas, evidenciando o alto grau de conhecimento humano implicado nestas; as áreas protegidas constituem planos de manejo que apontam com minuciosos detalhes as atividades aceitas e proscritas dentro desses territórios. Por fim, as áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista fundamentada nas noções de controle e planejamento, pontua Little (2002).

Desse modo, o estabelecimento de áreas protegidas desde 1872, como a criação do Parque Nacional de Yellowstone, proporcionaram a esta vertente do ambientalismo uma clara dimensão territorial, com isso o valor da apreciação da natureza no seu estado “intocado” foi consagrado, impondo diversos desafios em relação ao uso e ocupação dos territórios destinados a este fim.

No Brasil, as questões que envolvem a criação de unidades de conservação advêm do modelo de áreas protegidas norte-americano. A primeira sugestão para criação de parques, foi em 1876, quando o engenheiro André Rebouças, ponderando sobre as decorrências da criação do Yellowstone, considerou a possibilidade de seguir o modelo, criando no Brasil dois Parques Nacionais - em Sete Quedas, no Paraná e Ilha do Bananal, em Araguaia. Entretanto, a princípio, a ideia que propunha André Rebouças não foi efetivada, contudo, abriu caminhos para debates e mobilizações que, nos anos seguintes, foram positivamente aceitos para a inserção das primeiras áreas protegidas do país, como bem destacam, Medeiros *et al* (2004).

Neste contexto, em 1934, como enfatizam Rylands e Brandon (2005), coube ao Código Florestal, por meio do decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 estabelecer o marco legal dos parques nacionais, introduzindo na legislação o papel da unidade de conservação, subdividindo-a em três categorias: duas de natureza inalienável e conservação perene, sendo as florestas protetoras em domínios privados, e as florestas remanescentes em terras públicas; já a terceira as florestas de rendimento. (BENSUSAN, *et al* 2008).

Com isso, no ano de 1937, cria-se no Brasil o primeiro parque nacional, sendo o Parque Nacional de Itatiaia, localizado no estado do Rio de Janeiro. No ano de 1939, outros dois parques foram criados - Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Já em 1940, criou-se a Floresta Nacional Araripe-Apodi, sendo a primeira área protegida de uso direto (categoria uso sustentável) estas áreas configuraram a política de criação de unidades de conservação no Brasil. (CASTRO JÚNIOR *et al.*, 2009). Assim, em 1944, por meio do Decreto Federal nº16.677, foi atribuído à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os parques nacionais, bem como evidenciar os objetivos dos

parques, de conservar para fins científicos, educativos, recreativos sob sua jurisdição, promover estudos de flora, fauna, geologia das respectivas regiões. (BENSUSAN, 2008).

Nos anos seguintes, embora, com as intensas alterações no sistema político brasileiro em decorrência da ascensão do regime militar, o país realizou investimentos na instituição de mecanismos de proteção ambiental por meio de leis, decretos e convenções. No ano de 1965 instituiu-se, uma nova versão do Código Florestal e, com isso, novas tipologias de áreas protegidas foram empregadas. Afora disso, ações para a criação de novos órgãos com objetivos peculiares para implemento, gerência e fiscalização das áreas protegidas no território nacional, assim, criou-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal²¹ - IBDF, em 1967; ficando este responsável pela implantação, administração, fiscalização e gerenciamento das áreas protegidas em território nacional. E, em 1973, como desdobramento da Conferência da ONU, em Estocolmo, em 1972, foi instituída a Secretaria Especial do Meio Ambiente²² - SEMA, representando um ponto focal para a legislação ambiental do país, coube a esta o desígnio de elaborar, organizar, agregar e direcionar um importante projeto político nacional de meio ambiente. (MEDEIROS, 2006).

Por conseguinte, utilizando-se do expressivo aumento de áreas naturais protegidas (atualmente, cerca de 20% de todo o território nacional está protegido por unidades federais, estaduais e municipais, mais de 70 milhões de hectares, destas, cerca de 10% está contemplada por UC's federais²³), frente à gestão das Unidades de Conservação no Brasil, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 1979, propôs junto a Fundação Pró-Natureza - FUNATURA, a criação de um sistema de gestão para as UC's do país, o "Plano do Sistema de Unidades de Conservação no Brasil", cujo objetivo seria estabelecer uma lei sobre o assunto, a qual determinaria os mecanismos para criação e gestão dessas áreas.

Nesse contexto, tendo em vista a valorização da questão ambiental, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, sobre o meio ambiente, destaca a precisão de criação e manutenção de unidades de conservação, assegurando que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, um dos instrumentos que a Constituição destaca é determinar em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas

²¹ Decreto nº 289, de 28 de janeiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal - IBDF.

²² Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973: Cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA.

²³ Fonte: <www.icmbio.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2017.

somente por meio de lei, vedada qualquer uso que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, em 1989, criou-se o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis²⁴ - IBAMA, tornando, assim, o único órgão responsável pela gestão das áreas protegidas federais, e contribuindo para a política e arcabouço de gestão da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. Nesse mesmo ano, o Plano do Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, foi conferido ao IBAMA (que substituíra o IBDF a partir de então).

A partir disso, iniciou-se um extenso debate a respeito do projeto de Lei do SNUC, incluindo análises de experiências concretas de conservação submergindo populações consideradas tradicionais ou simplesmente rurais, a presença humana em UC's e a proposta de criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN. No longo período em que o projeto passou pela tramitação no Congresso, diversas foram as polêmicas em relação sua aprovação, mas, destacou-se como mais polêmico debate, a questão das comunidades tradicionais, bem como sua participação no processo de criação, implantação e gestão das áreas protegidas, isto é, nas unidades de conservação.

As discussões mais polêmicas em volta do projeto de Lei foram travadas pelas vertentes preservacionistas e conservacionistas do movimento ambientalista, assim uma das cláusulas mais debatidas foi a definição da categoria de “população tradicional”. Porém, as partes interessadas não chegaram a um acordo, sendo vetada a cláusula do texto final da Lei.

Por fim, após anos tramitando no Congresso e com distintas discussões envolvendo os caminhos do ambientalismo brasileiro (cerca de dez anos de tramites no Congresso) em 19 de julho de 2000, o então vice-presidente da República Marco Maciel, aprovou com vetos a Lei nº 9.985, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

A criação do SNUC objetiva solucionar os problemas sociais, ambientais e técnicos existentes em múltiplas áreas protegidas do Brasil, e também a regulamentação do artigo 225 da Constituição Federal e estabelecer critérios e normas para a criação, institucionalização e

²⁴ Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Até então, havia várias instituições no governo federal com diferentes visões, muitas vezes contraditórias, para tratar sobre o tema. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. A Sema teve papel de articulação muito importante na elaboração da Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em vigor até hoje. A lei estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), único com poder de legislar. A PNMA foi um grande avanço. Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, essa lei foi a única a ser recepcionada na íntegra. Por outro lado, sua efetivação foi construída aos poucos. (IBAMA, 2018).

gestão de determinadas áreas protegidas às esferas governamentais federais, estaduais e municipais.

Conforme disposto na referida legislação, em seu art. 2º do capítulo I, entende-se como Unidade de Conservação o espaço territorial e seus recursos naturais ambientais, abrangendo as águas jurisdicionais, com características naturais acentuadas, legalmente instituído pelo Poder Público, sob regime especial de administração, ao qual se apõem garantias apropriadas de proteção. (BRASIL, 2000).

Um dos principais mecanismos do SNUC, foi a sua divisão em dois grupos, sendo as áreas de: Proteção Integral, tendo por objetivo a preservação da natureza, aceitando somente o uso indireto dos bens naturais, e as áreas de Uso Sustentável, objetivando a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus bens naturais. O grupo das Unidades de Proteção Integral, não admite a permanência humana em seu interior, fato que ocasiona diversos conflitos socioambientais, envolvendo comunidades tradicionais ou não (consideradas degradadoras dos bens naturais), órgãos gestores/fiscalização. O primeiro grupo é composto pelas modalidades de:

- Estação Ecológica;
- Reserva Biológica;
- Parque Nacional;
- Monumento Natural e;
- Refúgio de Vida Silvestre.

Estas áreas, como descrito no SNUC, dependem de audiências públicas para serem implantadas, exceto as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas, isso porque são modalidades mais restritivas de unidade de conservação. Cabe pontuar, ainda, que essas modalidades são de posse e domínio público, assim, quando institucionalizadas pode haver, se preciso, desapropriações em caso de limites da unidade em terras particulares. O segundo grupo é composto pelas modalidades de:

- Área de Proteção Ambiental;
- Área de Relevante Interesse Ecológico;
- Floresta Nacional;
- Reserva Extrativista;
- Reserva da Fauna;

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável e;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Sobre esse grupo, Morsello (2001), pontua que são áreas prioritárias para o IBAMA, em função das dificuldades de uma eficaz inserção de unidade de conservação na esfera pública, como também por ter menor orçamento. Para as áreas de posse e domínio públicos, a autora destaca que tem por objetivo compensar usos impróprios nas áreas particulares adjacentes, isto é, estas são empregadas para funcionarem de modo alternativo às atividades econômicas desempenhadas em outras áreas.

Por sua vez, o art. 6º do SNUC assegura que o referido Sistema tem de ser gerido por órgãos consultivo e deliberativo, representado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA; órgão central, correspondente ao Ministério do Meio Ambiente, que coordena o Sistema; órgãos executores, incluindo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em caráter supletivo, e órgãos estaduais e municipais, que têm as funções de implementar o SNUC, e auxiliar nas propostas de criação e administração de unidades em níveis federal, estadual e municipal. (BRASIL, 2000).

A categoria parque nacional, conforme o art. 11 do SNUC tem como finalidade a preservação dos ecossistemas naturais que apresentem relevância ecológica e beleza cênica. É permitida a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades no âmbito da educação e da interpretação ambiental, da recreação e do turismo ecológico. O § 4º do SNUC assegura que, quando criados pelo Estado ou Município, os parques serão chamados de Parque Estadual e Parque Natural Municipal, concomitantemente. (BRASIL, 2000).

O capítulo IV, art. 22 § 2º do SNUC destaca que a criação de uma unidade de conservação precisa ser realizada a partir de estudos técnicos e de consulta pública, contendo a identificação do local, a dimensão e os limites apropriados para a criação da UC, conforme o regulamento. (BRASIL, 2000).

Outro ponto importante é a realização de um plano de manejo, de acordo com o § 1º do art. 27 o plano de manejo tem de compreender a área da UC, a zona de amortecimento e corredores ecológicos, quando criados. O § 1º compreende, também, as medidas que visam requerer a integração da vida econômica e social de comunidades vizinhas. O § 4º do referido artigo, determina que esse plano de manejo precisa ser realizado no prazo de cinco anos após a data de criação da unidade de conservação. (BRASIL, 2000). Desse modo, as atividades e obras

realizadas nas unidades de conservação de proteção integral deverão ser limitadas a garantir a integridade dos bens naturais inclusos nesta até a conclusão do plano de manejo.

Por último, advoga-se que o SNUC, mesmo com o reconhecimento internacional em função do estabelecimento de categorias de Uso Sustentável, garantindo a participação popular no processo de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, a criação do modelo de Proteção Integral apresenta conjunturas complicadas pelo surgimento dos conflitos socioambientais, isso decorre, em alguns casos, pela realocação das populações locais e pelo impedimento de acesso e uso aos bens naturais ali presentes.

Nesse contexto, Brito (2000) e Bensusan (2006) usando a categoria parque, e amparando-se nas deliberações das convenções internacionais, constataam que grande parte dessas áreas foram criados em espaços habitadas por populações humanas, em função disso diversas famílias precisaram ser realocadas, tendo que deixar seus espaços tradicionais, parte de suas histórias e vivências. O modelo parque, com suas restrições de uso, ocupação e acesso ao espaço, ocorre sem muitos esclarecimentos e compensações, e os gestores dessas áreas não consideram os conflitos sociais e culturais advindos deste processo.

5.3 Os atores centrais dos conflitos em áreas de proteção: as comunidades residentes

No Brasil, prevalece hegemonicamente a corrente preservacionista denominada por Diegues como -natureza intocada-, caracterizada pela “reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*), esta busca proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 2008, p. 31 - 32).

Costa *et al* (2002) abordam que durante um longo período, o discurso ambiental alimentou o mito da natureza intocada pelo homem, como alternativa única de preservá-la. Nesta perspectiva, toda “intervenção” do homem no meio físico certamente provocaria um impacto ambiental. Colocando numa extremidade o homem e em outra o meio físico (geralmente considerado como natureza).

A corrente preservacionista tem nos parques principal mecanismo de proteção da natureza, assim não considera a existência das comunidades tradicionais em áreas naturais protegidas e defende a incompatibilidade entre a presença dessas populações e a proteção da biodiversidade. Os parques com característica preservacionista “encurrala”, não considera a existência e o modo de vida das populações humanas que até então desconheciam esta política ambiental. São expulsos da terra, e encaminhados às cidades no entorno, deflagrando o conflito ambiental. De um lado, temos os moradores, na busca de permanecerem em seus territórios e

prossequirem com as atividades específicas e o manejo da terra. De outro, os ambientalistas *wilderness* que defendem a ideia da natureza intocada, pois a introdução de uma unidade proteção integral, um parque nacional, ocasiona resistência e conflitos entre os envolvidos, tendo como resultado diversos problemas em decorrência das sanções impostas ao uso e ocupação do solo.

O modelo de áreas protegidas que admite o uso indireto dos recursos naturais, como os parques, ampara-se na visão de que toda relação entre homem e natureza é degradante e destruidora da biodiversidade. Desse modo, o que falta aos defensores da preservação é entender que têm sociedades de perfis desiguais e de práticas diferentes, com singularidades sociais que precisam ser respeitadas antes de separar as comunidades tradicionais e a natureza. (DIEGUES, 2000a).

Autores como Arruda (1999) Brito (2000) Bensusan (2006) e Diegues (1993) destacam que a retirada dos sujeitos sociais, na maioria das vezes, de modo forçado, cujo objetivo é a criação de áreas desabitadas, intocadas, para tonarem-se parques nacionais provocou muitos problemas de cunho social, ambiental, econômico e cultural, resultando ao longo dos anos expressivas proporções.

Estas populações vivenciam um processo de “criminalização”, dos atos mais comuns e essenciais para a reprodução sociocultural, por exemplo, a caça, a pesca, o uso dos bens naturais para manufatura, o cultivo das roças, a criação de galinhas, de porcos, a lenha para cozinhar e aquecer. (ARRUDA, 1999). A criação e institucionalização de parques nacionais pelo Poder Público acarretam na existência de sujeitos sociais que pela multiplicidade de interesses podem enfrentar vários conflitos socioambientais, os quais podem ser acentuados e, com isso, ocasionar a perda de valores simbólicos através da superposição de territórios de vida. (COELHO *et al*, 2009).

As unidades de conservação de uso indireto (parque nacional) não admitem a presença de populações humanas no interior de seus territórios, significando em uma de suas regras cosmográficas mais fundamentadas, assim a solução primeiramente proposta pelos preservacionistas foi a expulsão dos habitantes de seus territórios, seja por indenização ou por reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento, acrescenta Little (2002).

Diegues (1996) afirma que desalojar as pessoas que sempre viveram em uma terra e a povoaram com seus mitos e seu imaginário, constitui em um corte de elos que se arraigaram à terra no decorrer da história de suas vidas. O mesmo autor elucidava, ainda, a relação homem/natureza através dos mitos e simbologias e como eles surgem nas sociedades modernas,

coloca que há uma busca pela aproximação com o mundo natural para afastar a ameaça da perda da “vida selvagem” pela civilização urbano-industrial. (DIEGUES, 1996). Ao contrário de serem expulsas de suas terras para a institucionalização de um parque, essas comunidades tinham de ser valorizadas e de certo modo recompensadas por todo o conhecimento e forma de manejo racional conhecida e cometida. (DIEGUES, 2001).

Nesse sentido, Oliveira (2011) pontua que não se pode considerar como uma unidade de conservação uma área apenas por suas belezas cênicas ou pela sua importância aos habitantes do mundo urbano-industrial, excluindo toda história e conhecimento tradicional ali presente, é, no mínimo, ir contra os direitos humanos daquelas sociedades tradicionais.

As comunidades tradicionais são aquelas articuladas a um tipo de organização econômica e social com acúmulo de capital limitado. Não há trabalho assalariado, e sim, produtores independentes envolvidos com atividades econômicas de pequena escala, que se baseiam no uso dos bens naturais, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. (DIEGUES, 2000b).

Este autor referencia as comunidades tradicionais a grupos culturalmente diferentes que reportam de modo histórico seu modo de vida, com restrito grau de isolamento e que possuem por base a colaboração social e maneiras específicas de se relacionar com o meio ambiente e com os bens naturais nele contido, por meio de um manejo sustentável e tradicional. Os sujeitos que integram as comunidades tradicionais referem-se aos povos indígenas, e as populações nacionais que se desenvolveram em meio as técnicas tradicionais de existência, são formados por comunidades caiçaras, sítiantes, roceiros tradicionais, comunidade quilombolas, comunidades ribeirinhas, pescadores artesanais e grupos extrativistas.

São grupos sociais que compreendem a dinâmica do ambiente, os recursos bióticos e abióticos e seus ciclos biológicos, isso por meio das vivências no meio ecológico, sendo capazes de construir o saber tradicional e de repassá-lo de geração em geração, sustentando a conservação da biodiversidade, pontuam Diegues e Nogara (2005). Segundo Diegues (2000) a política de conservação tem ganhado espaço e os antagonistas à corrente preservacionista defendem o relevante papel cumprido pelas comunidades tradicionais na manutenção da biodiversidade. O argumento usado pelos defensores da conservação fundamenta-se na proposição da perturbação intermediária. (BENSUSAN, 2006).

Mas, mesmo que a corrente preservacionista defenda a exclusão de populações humanas dos processos de proteção da biodiversidade, os conservacionistas destacam que a presença humana é essencial para a manutenção e manejo da diversidade biológica, os defensores da conservação versam que o uso dos bens naturais pelas populações alcança um

nível de distúrbio intermediário de grande importância à manutenção das espécies. Um exemplo, são os Parques Africanos, que após seguir o modelo preservacionista - natureza intocada - evidenciaram na prática que a falta da população humana obrigou os gestores reproduzirem o manejo da área que antes fora realizado pelos sujeitos tradicionais. (BENSUSAN, 2006).

A autora completa enfatizando que o manejo desenvolvido por comunidades caso suprido por práticas tecnológicas pode causar um nível de distúrbio superior ao distúrbio intermediário, isso porque, se há um lado em que áreas sem a presença humana garantem a proteção da biodiversidade, há um outro lado, onde as áreas usadas preservam práticas tradicionais de manejo, conhecem alternativas de uso sustentável e abrem possibilidades de conservação, não somente no espaço, como também no tempo. Diegues (2000b) assegura que a biodiversidade cabe ao domínio do natural e do cultural. O cultural é aceito como conhecimento que admite apreender a biodiversidade, representá-la mentalmente, manuseá-la e cooperar para a ininterrupção dos processos naturais.

No entanto, coadunam diversos preservacionistas que a gestão compartilhada dos bens naturais perde seu efeito quando afrontado com os direitos de propriedade ou uso costumeiro da terra. Assim, Milano (2002) versa que as medidas de exclusão ou restrição de populações humanas no interior de determinadas categorias de manejo, como os parques são eficazes para afiançar a proteção da biodiversidade. Para tal autor, a essência da conservação da natureza é a defesa desta em relação às atitudes humanas, majoritariamente destrutivas.

Advogam, ainda, que as populações humanas que vivem no interior ou no entorno das áreas protegidas não têm de envolver-se nas decisões feitas no que concerne a política de preservação, as comunidades locais são tidas como inaptas para manejar sabidamente os bens naturais e de proteger a natureza em seu estado de equilíbrio natural, o que pode ocasionar diversos conflitos socioambientais. (ARRUDA, 2000).

Nesta direção, Diegues e Nogara (2005) discorrem que a biodiversidade é um bem valioso a humanidade, assim a sobrevivência dos membros de uma comunidade está diretamente relacionada a diversidade dos ecossistemas, bem como as formas de uso e adaptação que são dadas aos sistemas biológicos. Desse modo, as comunidades admitem alterações aos ecossistemas, no entanto são elas que proporcionam a sobrevivência dos sistemas e sua manutenção. Isso porque a essência dos saberes tradicionais está articulada ao reconhecimento de que as populações tradicionais compõem indivíduos históricos, detentores de um conhecimento particular que, por seu lado, precisa ser elemento fundamental dos

processos de conhecimento e, principalmente, da gestão e manejo das áreas naturais. (DIEGUES; NOGARA, 2005).

Ademais, para Diegues (2000b), a criação e institucionalização de Unidades de Proteção Integral interessam aos governos por dois motivos: a constituição de reservas naturais dotadas de beleza cênica anunciadas para fins turísticos, e o favorecimento do controle de negociações de acordos para utilização da biodiversidade no espaço da unidade de conservação em que há o domínio do governo, o que não aconteceria caso o espaço estivesse sob a autoridade das comunidades tradicionais.

5.4 A natureza dos conflitos socioambientais em unidades de conservação

O processo de criação e institucionalização de áreas naturais de proteção no mundo é um exemplo claro do panorama conflituoso que pode se desenvolver em meio a exclusão de comunidades tradicionais das unidades de conservação, um exemplo dos conflitos socioambientais é o Yellowstone que compõe a história das UC's. (DIEGUES, 1995).

A criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, provocou inúmeros conflitos com as populações indígenas (*Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-bannok*) que habitavam a área, pois estes foram retirados do local. O processo de desalojamento, a princípio, foi tranquilo, no entanto, em pouco tempo mostrou sua face complexa, após cinco anos de implantação do Yellowstone, os povos *Shoshone* iniciaram um confronto com as autoridades do Parque, o resultado foi a morte de 300 pessoas. Considera-se, então, esse acontecimento como o marco inicial dos casos de conflitos a partir da história de institucionalização de unidades de conservação.

Os conflitos socioambientais, surgem, assim, por meio da inserção de áreas protegidas que não admitem o uso e ocupação de população humana. Isso deixa evidente que grande parte das áreas destinadas a este fim eram e continuam sendo habitadas por essas populações, isso evidencia também o modelo urbano-industrial que estes sujeitos sociais são submetidos, seguindo essa lógica preservacionista, é importante destacar que no processo de criação dessas áreas, os mais afetados são, povos e comunidades tradicionais que sempre ocuparam esses espaços, que sempre possuíram um modelo de desenvolvimento singular ao uso e apropriação dos bens naturais.

Dessa forma, Platiau *et al* (2005) destacam que os conflitos nascem em decorrência das múltiplas percepções e ações relacionadas ao uso dos bens naturais e adotam desde o caráter local ao caráter global características econômicas, sociais, culturais e políticas diferenciadas.

Estes autores pontuam ainda que para a abordagem dos conflitos socioambientais é necessário ponderar sobre quatro elementos importantes: sujeitos dos conflitos ocasionados por diferentes interesses; a natureza do conflito, sendo ela de ordem econômica, política, ambiental, doméstica, internacional, dentre outros; objetos do conflito, os quais podem ser de natureza material ou simbólica, pública ou privada; por último, as dinâmicas do conflito, que dependem da natureza e tem história bastante particular.

Entende-se, o conflito como socioambiental, quando este está articulado às interações ambientais. Segundo Little (2001) os conflitos socioambientais estabelecem-se em encontros entre grupos sociais decorrentes de seus diferentes modos de se relacionar com os patrimônios naturais, ou seja, com seu meio social e natural. Com isso, nota-se a presença de diversos grupos sociais em ação entre si e em ação com seu meio biofísico.

Ainda de acordo com esse autor, os conflitos possuem diversas extensões e qualidades, assim podem ser ocasionados pela influência sobre certos bens naturais (hídricos, florestais etc.). Podem ser ocasionados também através de impactos socioambientais provocados pela ação humana, por exemplo, desmatamento, queimadas, contaminação dos rios, do ar ou implantação de grandes empreendimentos. E, ainda, em meio a valores e modificações de modos de vida, que vão afora das colisões políticas, econômicas, agrupamento cosmológicos, rituais, éticos e identitários. (LITTLE, 2006). Os conflitos socioambientais constituem um campo de estudo e de ação política, as políticas públicas nascem no contexto da lógica de vários conflitos de interesses que dificultam estratégias de desenvolvimento sustentável. (LITTLE, 2004).

Assim, as políticas públicas como resolvíveis de conflitos socioambientais que envolvem a criação e institucionalização de unidades de conservação, estão diretamente conexas aos desígnios do desenvolvimento sustentável, já que interligam o conhecimento de conceitos de sistemas físico, biológico e socioeconômico e acopla ciência e política a favor da sustentabilidade. No Brasil, a história dos conflitos socioambientais foi marcada pela luta da população de Porto Alegre, em meados da década de 1970, em benefício da defesa do meio ambiente, através da Associação Gaúcha de Defesa do Meio Ambiente - AGAPAM, que era contra as ações impostas pela indústria de celulose de Boreggard e caminhava em direção a manifestação de inúmeros movimentos que trabalhariam em prol das causas ambientais e sociais. (BURSZTYN, 2001).

Portanto, Little (2001) considera que o conflito socioambiental está relacionado às lutas sociais entre vários grupos que têm diferentes modos de relacionamento, tanto com o meio social, quanto com o meio natural. Para o autor, ao passo que o termo “conflito” gira em função

do contato envolvendo diversos grupos do meio social e do ecológico, o termo “socioambiental” submerge três extensões indispensáveis: mundo biofísico com seus diversos e dinâmicos ciclos naturais, o mundo humano e suas construções sociais e, por último, a relação dinâmica e independente entre aquelas duas extensões.

Essa situação de conflitos é tratada por Zhouri e Laschefski (2010), como conflitos que envolvem a relação entre poder e meio ambiente no terreno. Nesse caso, “os conflitos socioambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010. p.7). Ou seja, é uma porção do espaço onde uma sociedade reivindica, objetivando garantir a todos os membros as condições e os meios materiais de sua existência, tendo em vista que no seio dessa sociedade tradicional as espécies e territorialidades são indispensáveis para a persistência e permanência de muitas outras.

Ainda nessa perspectiva, Zhouri e Laschefski (2010) discorrem que os conflitos socioambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço.

Acserald (2004), coaduna com os autores supramencionados, conceituando a terminologia “conflitos ambientais”, como conflitos que abrange grupos com modos distintos de apropriação, uso e significação dos bens naturais, acarretando-se quando ao menos, um dos grupos possui a assiduidade das maneiras sociais de apropriação do meio, advertidas por impactos indesejáveis, sendo no solo, na água, no ar ou nos sistemas vivos, consequência do exercício das práticas e de outros grupos que começam a interagir no território.

Nessa ordem de ideias, Platiau *et al* (2005) versam que o estudo dos conflitos socioambientais se torna possível por intermédio da análise dos sujeitos sociais e da apreensão das distintas formas de interesses. Os autores pontuam que a compreensão do conflito é válida e confiável somente a partir da identificação das posições e dos objetivos que cada sujeito possui. Pierre Bourdieu (2004) citado por Acserald (2004) assegura que os sujeitos sociais ocupam o espaço e dividem-se baseando nas diversas esferas de poder. Desse modo, os espaços caracterizam-se em dois tipos: sendo a distribuição do capital, o qual apresenta a diferença entre os indivíduos e fomenta lutas sociais, econômicas e políticas; e a luta simbólica, que representa o confronto dos aspectos, valores, esquemas de percepção e ideias que estabelecem as visões do universo e legitimam as formas de distribuição de poder determinados no primeiro espaço.

Nesse intento, Acserald (2004) considera este fator como principal responsável pela apropriação do mundo material, isso porque o mesmo possui resultado em processos de distinção social dos indivíduos mediante estruturas desiguais de classificação, acesso, posse, controle de territórios e de recursos materiais. Assim sendo, destaca-se, também, neste processo de conflito o conceito de violência simbólica, Bourdieu (2002) versa que esta violência descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados.

Não obstante a estas colocações, ainda na década de 1970, a comunidade internacional, atentando, principalmente aos conflitos socioambientais pelo desalojamento de populações na África, direcionou um olhar para os crescentes conflitos pela inserção de áreas protegidas, lançando assim, em 1971, o *Man and the Biosphere -MaB* (o Homem e a Biosfera) da Unesco, objetivando encorajar o desenvolvimento com equilíbrio, nas relações entre homem e o seu meio, na ocasião o MaB criou uma categoria internacional de área natural protegida que pressupõe ocupação humana, a reserva da biosfera. No Brasil, este conceito foi formulado em 1974 e, em 1976, criaram-se as primeiras reservas da biosfera²⁵. (BRITO, 2000).

Na realização do II Congresso Mundial de Parque Nacionais em Yellowstone, em 1972, em meio às discussões sobre as áreas de proteção e as populações humanas, reconheceu-se que as populações que viviam no interior dessas áreas tinham características culturais peculiares que integravam parte desses ecossistemas. Iniciava-se, então, a incorporação da realidade da ocupação humana no interior das áreas naturais protegidas. (BRITO, 2000).

Diegues (1993) pontua que, nessa mesma década, as comunidades iniciaram uma organização pela luta de seus direitos e, em certos episódios, resistir à expulsão ou à transferência de seus territórios ancestrais. Isso, também, porque as precisões em explorar os bens naturais intrínsecos ao seu modo de vida e sobrevivência eram desconsideradas.

Desse modo, percebe-se que o estudo dos conflitos ambientais abrange a discussão territorial sob diferentes abordagens, um exemplo é o processo de desterritorialização, tão importante no contexto histórico e contemporâneo, afirma Haesbaert (2002). Porto-Gonçalves (2004) completa tal afirmação, ponderando que:

Ao privar pequenas comunidades tradicionais do direito à terra e à utilização dos recursos ambientais ali presentes, ocorre a expropriação desterritorializando homens e mulheres, que ao serem “separados das condições naturais essenciais para sua reprodução se tornarão vendedores da sua capacidade de trabalho e compradores de mercadoria”. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.67).

²⁵ As reservas da biosfera são um instrumento de proteção que privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim designadas. A relevância desse tipo de área natural protegida é prever definitivamente um zoneamento que inclui a ocupação humana, com um novo conceito de conservação. (UNESCO, 1971).

Ademais, os conflitos socioambientais só serão resolvidos quando solucionadas as discrepâncias de interesses que permanecem em torno dos variáveis objetos de disputa. Na perspectiva dos conflitos socioambientais, o homem limita de forma injusta seus espaços e cria uma relação entre sociedade e natureza contida aos processos de desenvolvimento econômico vigente. (LITTLE, 2004).

Fato que pode ser observado a partir das investigações de Martinez-Alier (2007) que tem se dedicado aos estudos dos conflitos ambientais através da ecologia política, onde estuda os conflitos ecológicos distributivos. Entende-se por distribuição ecológica os padrões sociais, espaciais e temporais de promoção as benfeitorias adquiridas dos bens naturais e aos serviços causados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida.

Nessa ordem de ideias, pode-se compreender a distribuição ecológica como um dos caminhos da justiça ambiental. De acordo com Bullard (2005) a justiça ambiental caracteriza-se como um conjunto de princípios que procura afiançar que nenhum grupo de pessoas, compreendendo grupos étnicos, raciais ou de classe, sustente uma parcela desproporcional das implicações ambientais negativas derivadas do desenvolvimento. Deste modo, a expressão injustiça ambiental tem sido usada para assinalar o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e expostas às condições de vulnerabilidade.

Contudo, tanto a pesquisa ecológica, quanto a averiguação da participação da sociedade nos métodos de conservação da biodiversidade são categóricos para a formulação de estratégias direcionadas a solução de problemas ambientais e sociais no campo da criação de unidades de conservação. (BURSZTYN, 2001). Viegas (2009) versa que o “meio ambiente” pode ser pensado como um campo de disputa constituído essencialmente no plano simbólico e o “conflito ambiental” como luta ainda de significações, como sendo uma classe particular de conflito social que abrange distintas percepções de meio ambiente no debate entre outros modos de uso a apropriação material e simbólica, de territórios.

No desenvolver dos conflitos, entra em questão categorias e formas de reprodução social de indivíduos e de grupos sociais, bem como suas relações quanto ao poder dos diferentes grupos e classes sociais em um determinado território. A temática, formas e contextualização dos conflitos socioambientais desabrolha quando o sentido e utilização de um espaço ambiental por um grupo específico incide em detrimento dos sentidos e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território para com isso, garantir a reprodução do seu modo de vida.

Assim, Zhouri (2010), pontua que o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo. A

luta então não consiste apenas em um lugar de sobrevivência, mas mais do que isto, um lugar para se existir. Um lugar não simplesmente para viver, mas para ser. Este território disputado então, diz muito mais do que um pedaço de terra, diz algo intrínseco aos atores do conflito.

Nessa toada, Costa *et al* (2002, p.4) advertem que na região da Serra do Cipó, vários conflitos se manifestam, associados tanto a interesses divergentes em termos de uso do espaço, quanto a diferenças entre modos de vida mais tradicionais e outros que compõem um enorme espectro, mais típicos das grandes áreas urbanas.”

Os autores expõem alguns desses conflitos:

Conflitos fundiários: em torno da criação do parque, visto pela população tradicional como uma invasão de seus direitos, visto pelos ecologistas e por parte desta mesma comunidade como uma garantia de preservação de um importante patrimônio coletivo, ao mesmo tempo que é um indutor de um determinado tipo de turismo, o ecoturismo, que se quer manter e incentivar, com um mínimo de controle. *Conflitos em torno de obras de pavimentação da MG-10*, que corta e estrutura a localidade, gerando ampla mobilização da comunidade e várias entidades e instituições, que culminou em recente audiência pública para discussão da questão. *Conflitos mais abrangentes e difusos em torno do recente processo de urbanização dentro da APA*, caracterizado, principalmente, por loteamentos para recreio e expansão urbana. (COSTA *et al*, 2002, p. 4-5).

Assim, a população cipoense encontra-se em uma área de conflito, do ponto de vista socioambiental, visto que a região tem vivenciado um processo de redefinição de uso, onde o uso agrário deu lugar ao residencial, ainda que sob a forma de segunda residência ou casa/sítio para fins de semana. É partindo dessas considerações que o próximo capítulo será estruturado.

SEÇÃO III

6. OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO DO TERRITÓRIO CIPOENSE

Busca-se, neste último momento, apresentar os resultados da pesquisa realizada na região da Serra do Cipó, para tanto, evidenciar-se-á o processo de criação e institucionalização do PARNA Serra do Cipó. Os olhares serão direcionados as transformações estabelecidas na região, sob a influência dessa unidade de conservação. Desse modo, esta seção será composta pela análise e interpretação das narrativas dos sujeitos entrevistados.

Destacar-se-á, aqui, os conflitos socioambientais envolvendo o PARNA Serra do Cipó, as famílias que foram expropriadas para sua criação, bem como aquelas que ainda se encontram no interior do Parque, mas que são restritas ao uso e manejo do espaço. Dessa forma, esta seção será norteadada por três questões - o processo de criação da unidade de conservação, o acesso e manejo do espaço pelos sujeitos sociais e a regularização fundiária que perdura desde a implantação do Parque.

Discutir-se-á cada uma das causas propulsoras dos conflitos apontados pelos sujeitos desta pesquisa, caracterizando-os junto às percepções das populações locais. Por fim, este momento será essencial para a compreensão das passagens tecidas nos capítulos anteriores e das percepções sobrepostas aos conflitos pelo uso do espaço e acesso aos bens naturais nele presente.

6.1 O processo de criação - desapropriação do PARNA Serra do Cipó

As primeiras ideias sobre o processo de proteção ambiental na região da Serra do Cipó nasceram da pressão de cientistas e ambientalistas, tendo como principal marco legal a Lei Estadual nº 6.605, do ano de 1975. Lei esta, que autorizava a criação do Parque Estadual da Serra do Cipó, com área de 27.600 hectares, que seria contemplada por partes dos municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho e Itambé do Mato Dentro.

A proposta de criação desta UC foi apresentada pelo Governador do Estado, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em 1976, evidenciando a importância das pressões realizadas por cientistas na época. Na ocasião, o Governador autorizou a realização dos estudos que

objetivavam o mapeamento científico da Serra do Cipó, os quais fundamentariam a criação da Unidade de Conservação.

Em 1978, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, por meio dos recursos advindos do acordo estabilizado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, iniciaram as ações para delimitação da área a ser transformada em parque, entre estas ações, estava, também, o levantamento da estrutura fundiária e das benfeitorias existentes para realizar as desapropriações. Um ano mais tarde, foi firmado um convênio entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Agricultura, onde o Governo Federal repassaria ao Estado a quantia de trinta milhões de cruzeiros (Cr\$ 30.000.000,00) para a inserção da UC. (ICMBio, 2009c).

A fim de uma recategorização, em outubro de 1981, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, (órgão extinto em 1989 onde as jurisdições são de ordem do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio), por meio da Delegacia Estadual em Minas Gerais, organizou uma Comissão para estudar a viabilidade de transformar o Parque Estadual - PE em Parque Nacional - PN. As justificativas que tiveram papel de destaque para o processo de federalização da unidade de conservação foram - a proteção da fauna e da flora, em função do alto grau de endemismo de suas espécies; a proteção da bacia de captação do rio Cipó, importante pelas cachoeiras e águas límpidas; e a preservação das belezas cênicas da região. (ICMBio, 2009c).

Após a federalização da unidade, o IBDF, com apoio desta Comissão, ficou responsável pela identificação dos moradores do interior da área que comporiam o Parque Nacional e, por conseguinte, pela obtenção amigavelmente do maior número possível de terras. Em 25 de setembro de 1984, por meio do decreto nº 90.223, criou-se o Parque Nacional da Serra do Cipó, com área de 33.800ha (ampliado em 22%, considerando à área do antigo Parque Estadual), dos quais 14.400 hectares, cerca de 40% da área, foram adquiridos de forma amigável. Após três anos, foi publicado o Decreto de Desapropriação nº 94.984 de 30 de setembro de 1987, para regularização fundiária das áreas não adquiridas diretamente no processo anterior, fato que provocou diversos conflitos com determinados moradores da região. Assim, os outros 19.400 hectares que compõem a área, foram adquiridos por meio desse processo. (ICMBio, 2009).

As entrevistas com servidor do PARNA Serra do Cipó/ICMBio, afirmam que, atualmente, a desapropriação²⁶ não se completou, todavia, o número de moradores no interior da unidade é pequeno, restando apenas quatro famílias, em uma região conhecida como Retiro.

6.2 O PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira

No início desse trabalho, destacou-se que a região da Serra do Cipó, além de sua historiografia cultural, social e econômica, é uma região de grande diversidade biológica, a qual abriga duas grandes Unidades de Conservação, a primeira e, também, objeto do estudo aqui realizado é o Parque Nacional da Serra do Cipó. Situado na porção central do estado de Minas Gerais, entre as coordenadas 19° 12' e 19° 34' latitude sul e 43° 27' e 43° 38' longitude oeste, possui uma área de 31.617,8 ha (antes estimada em 33.800ha), perímetro de 119.978,5 m (antes estimado em 130.000m), compreende partes dos municípios de Jaboticatubas (20.764ha - 65,6%), Morro do Pilar (5.934ha - 18,8%), Santana do Riacho (2.615ha - 8,3%) e Itambé do Mato Dentro (2.304ha - 7,3%), destaca-se por suas peculiaridades e singularidades.(ICMBio, 2009).

A “porta de entrada” para a região e/ou PARNA Serra Cipó é o distrito Serra do Cipó²⁷, o principal acesso é feito pela rodovia MG-010, partindo da capital mineira em direção a cidade de Lagoa Santa. O distrito oferece uma excelente infraestrutura para o turismo da região, são centenas de pousadas, casas para temporadas e campings, várias opções de restaurantes e bares, é a partir desse distrito, que se tem acesso aos principais atrativos da região.

O PARNA Serra do Cipó possui duas portarias de acesso, a portaria Areias, conforme as fotos 04 e 05, localizada no limite oeste do mesmo, onde tem início uma estrada de terra (em frente ao hotel Cipó Veraneio²⁸) precisamente no Km 94 da MG-010 (cerca de 6km do distrito Serra do Cipó), percorre-se aproximadamente a 4 Km até a sede do Parque.

²⁶ De acordo com o ICMBio, a regularização fundiária no processo de institucionalização de Unidades de Conservação, torna-se uma tarefa difícil, em relação a precisão da posse e domínio público nas principais categorias. São diversos os Parques Nacionais que ainda não estão completamente institucionalizados, conforme determina a Lei, isso porque a União ainda não possui o domínio de todas as áreas inseridas nos limites de cada unidade, um exemplo, é o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937 (cerca de 80 anos), o primeiro dos parques nacionais no Brasil. São muitos os conflitos de uso e ocupação no espaço protegido, de acordo com um gestor do PARNA Itatiaia, a regularização fundiária é uma questão histórica da Unidade, mas que está caminhando, no entanto, apenas 52% do território do Parque está regularizado.

²⁷ Município de Santana do Riacho.

²⁸ O hotel Cipó Veraneio surgiu na primeira metade do século passado, em meados da década de 1940, e hospedava, principalmente caçadores de perdizes, pescadores. Localiza-se às margens do rio Cipó, em local privilegiado, reforçado pela beleza cênica do lugar, foi o primeiro hotel criado na região, segundo as narrativas. (FERREIRA, 2010).



Foto 4: Portaria Areias - acesso ao PARNA Cipó
Autora: MOURA, I. B. R., 2013.



Foto 5: Portaria de acesso ao PARNA Cipó
Autora: MOURA, I. B. R., 2016.

Com isso, percebe-se que a criação da Unidade de Conservação na região não partiu da comunidade local, mas, sim, de pesquisadores e ambientalistas, destaca-se que o período de criação, coincide com o período de fortalecimento do movimento ambientalista no mundo e no Brasil, como também com o período em que a região começava a receber maior fluxo de pessoas devido a relativa facilidade de acesso, destaca Ferreira (2010).

Diante dos fatos, pode-se destacar, ainda, amparando-se em Ferreira (2010) que a institucionalização do PNSCi não foi um momento isolado no tempo, sua inserção ocorreu em um período que a região se destacava, ganhando cada vez mais visibilidade no cenário regional e nacional e a porção leste, no que lhe diz respeito, estava esquecida sob o ponto de vista socioeconômico, fato que justifica, também, um dos motivos pela portaria Areias ser instalada próximo ao distrito Serra do Cipó (porção oeste).

Já a Portaria do Retiro foi construída em 2014, é outro ponto estratégico de acesso aos atrativos turísticos do PARNA Serra do Cipó, fotos 06 e 07. Esta é facilmente acessível por meio da rua do Engenho (rua da padaria) no distrito da Serra do Cipó.



Foto 6: Portaria do Retiro - acesso ao PARNA Cipó
Autor: ELIO JUNIOR., 2015.



Foto 7: Portaria do Retiro
Autor: ELIO JUNIOR., (2015).

Outra Unidade de Conservação é a Área de Proteção Ambiental - APA, em que o PARNA Serra do Cipó está envolto em toda sua extensão, esta área teve sua criação a partir de um movimento contrário a mineração de mármore na década de 1980, esse movimento buscava evitar a destruição de um maciço de calcário conhecido como “Morro da Pedreira”, por uma antiga Mineradora que retomara suas atividades na região no intento de garantir o direito de lavra, que por uma medida governamental da época, seria perdida se o titular não provasse que a exploração estava ativa. (ICMBio, 2014).

O movimento foi liderado por escaladores que descobriram o imenso potencial da área para a prática de esportes. O objetivo dos líderes desse movimento era a incorporação da área ao Parque Nacional da Serra do Cipó, mas, no decorrer desse processo, criou-se uma unidade de conservação, através do Decreto nº 98.891 de 26 de janeiro de 1990, que acabou, em termos de limites, indo além do que propunha o movimento, tornando-se a APA Morro da Pedreira-APAMP, o nome da Unidade acabou prestigiando o maciço de calcário que estava sob ameaça de destruição. A APA compreende uma área de 97.168 hectares, circundando inteiramente o

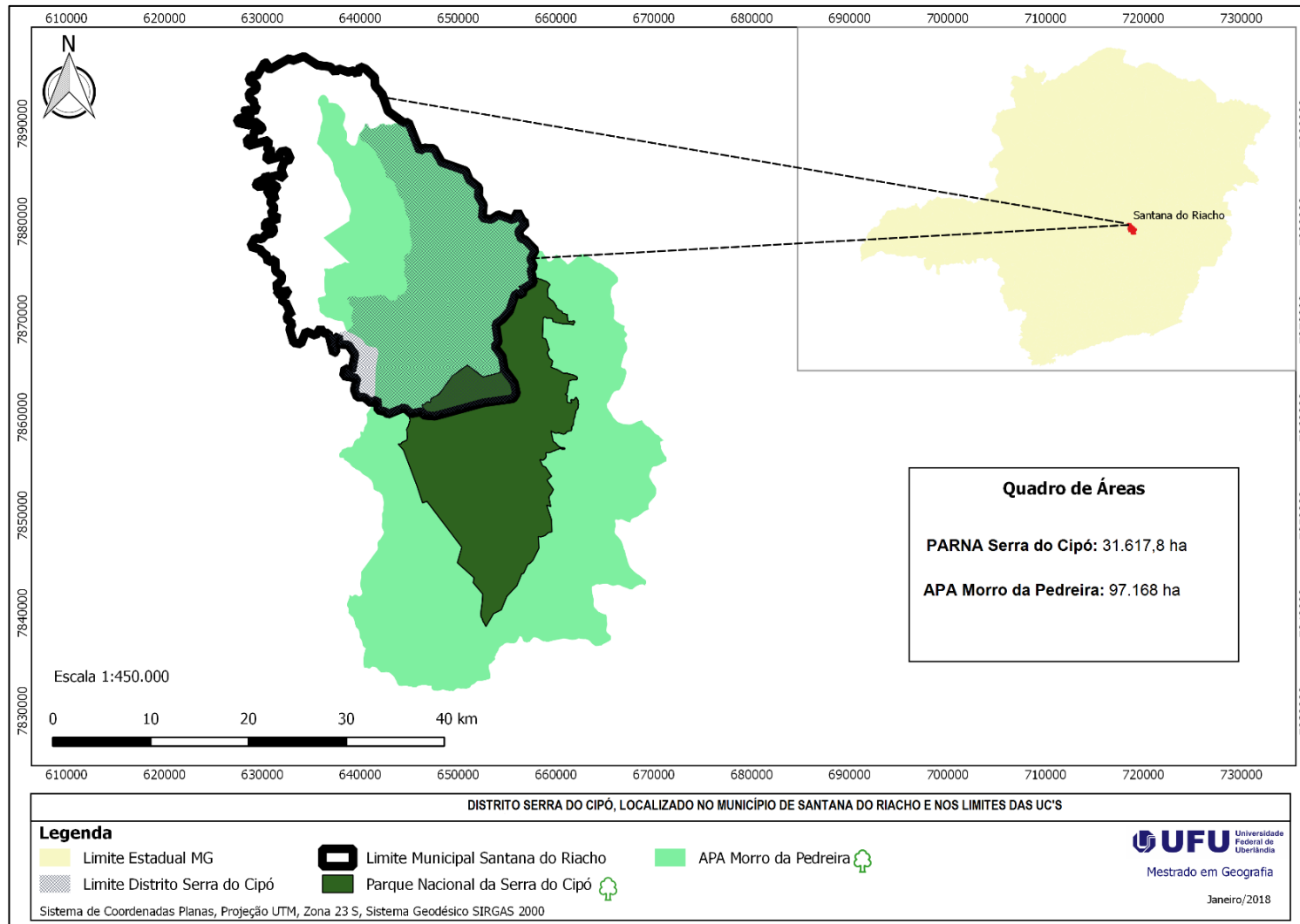
Parque Nacional da Serra do Cipó, como uma zona de amortecimento²⁹ (antecipando-se à figura jurídica da Zona de Amortecimento, que só se oficializou dez anos depois, Lei 9.985/2000 – SNUC). (ICMBio, 2009c), conforme mapa 2.

A APA Morro da Pedreira, abrange sete municípios, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Jaboticatubas, Itabira, Nova União e Taquaraçu de Minas. (ICMBio, 2009c). Justificam a criação dessa Unidade de Conservação, conforme art. 2 do referido Decreto, a proteção do Parque, a preservação do conjunto paisagístico de parte do Maciço do Espinhaço, e a proteção do Morro da Pedreira, (sítios arqueológicos, a cobertura vegetal, a fauna silvestre e os mananciais, cuja preservação é de fundamental importância para o ecossistema da região).

Considerando esta ligação entre as duas Unidades de Conservação, cabe pontuar que ambas se encontram na transição entre dois biomas mais ameaçados do país, o Cerrado e a Mata Atlântica, são também divisoras de águas entre duas bacias hidrográficas de grande importância, o rio São Francisco e rio Doce. O PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira são conhecidas nacional e internacionalmente por suas grandiosas belezas paisagísticas e ecoturísticas. (ICMBio, 2009c).

Ademais, na região da Serra do Cipó, essas UC's se complementam, a importância e singularidade de ambas ocasionou, em 25 de junho de 2005, o reconhecimento pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera, o mais importante ato declaratório internacional que distingue a região, reconhecendo a Serra do Espinhaço como “berçário das águas”. (ICMBio, 2014).

²⁹ A resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, nº13 de 06 de dezembro de 1990 estabelece uma “área circundante” correspondente a uma faixa de 10 km ao redor dos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res90/res1390.html>



Mapa 2: Localização do PARNA Serra do Cipó, da APAMP e do distrito Serra do Cipó / Santana do Riacho

Fonte: ICMBio, 2009

Org.: MOURA, I. B. R., 2018.

Sobre estas Unidades de Conservação, é importante destacar que o PARNA Serra do Cipó é uma das categorias de UC's de proteção integral, tendo como objetivo “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (BRASIL, 2000). Não admite a permanência humana, assim, atinge, portanto, comunidades tradicionais socialmente exclusas ao longo do tempo.

Já a APA Morro da Pedreira pertence ao grupo das UC's de uso sustentável, cujo objetivo é “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos bens naturais.” Admite um determinado grau de ocupação humana. (BRASIL, 2000).

O PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira estão sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade³⁰ - ICMBio. O Instituto é uma autarquia em regime especial, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, atua na implantação, gestão, proteção, fiscalização, monitoração das UC's instituídas pela União, fomenta e executa programas de pesquisa e exerce o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.

6.3 As dinâmicas socioespaciais da Serra do Cipó

Posterior à caracterização do processo de criação e institucionalização do Parque Nacional da Serra do Cipó é importante apresentar as interfaces que a Unidade de Conservação ocasionou na região. Pois, assim como em outras Unidades de Conservação de Proteção Integral, a criação do Parque produziu diversas expectativas e reações, positivas e negativas, ao longo desses 30 anos, desde sua criação várias reações foram solucionadas, no entanto, outras se agravaram. (ICMBio, 2009b). São atribuídas à estas expectativas e reações, as principais interfaces na área.

- *Década de 1970: Criação do Parque Estadual da Serra do Cipó;*
- *Os primeiros conflitos fundiários no ato de desapropriação;*
- *“Descoberta” da Serra do Cipó - turismo e empreendimentos imobiliários;*

³⁰ Criado pela Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007.

- *Valoração da terra no entorno no Parque – urbanização;*
- *Década de 1980: Criação do Parque Nacional da Serra do Cipó;*
- *Pavimentação da MG-010 – Lagoa Santa e Distrito Serra do Cipó (antigo Cardeal Mota);*
- *Década de 1990: Criação da APA Morro da Pedreira;*
- *Anos 2000: Luta das famílias expropriadas pelo Parque Nacional da Serra do Cipó.*

Os fatores supramencionados, decorrem, assim, por meio da existência de diferentes modos de representação e apropriação do ambiente, o que é evidenciado não somente por meio das narrativas e da observação realizada junto aos sujeitos entrevistados, mas, também, na legislação ambiental brasileira.

6.3.1 Os sujeitos sociais e a criação do PARNA Cipó

O contexto histórico da criação de áreas naturais protegidas no Brasil, como já discutido, foi marcado pela autocracia governamental e, muitas dessas áreas, foram criadas durante o período militar (1964/1985), sem a ação participativa das comunidades tradicionais, que são os mais interessados e, certamente, os mais atingidos por tal política pública.

Nesse contexto, cabe pontuar que o processo de criação e institucionalização do PARNA Serra do Cipó, foi marcado por controvérsias, havendo assim diversas violações aos direitos das populações locais, destaca-se que nesse período a administração do Parque era de responsabilidade do IBDF autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, mas que fora extinta pela Lei nº 7.732/89.

De acordo com Diegues (2001) muitas vezes esse processo ocorre sem que haja a consulta precedente às comunidades que serão afetadas. Em determinados casos, as populações só têm conhecimento no momento que são obrigadas a deixarem suas propriedades pelo poder público, o que ocorre com embates, muitos deles, de forma violenta. A conflitualidade tem início, então, a partir da não participação da comunidade local no processo de criação dessas áreas, a partir das narrativas que serão apresentadas, ver-se-á que a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, não difere desse modelo que desconsideram as populações humanas ali presentes.

Durante as entrevistas realizadas com a comunidade cipoense, esses sujeitos disseram não ter tido informações precisas sobre o processo de criação do Parque. ***Vocês participaram desse processo de criação, como que foi? C1: “Não, não... eles só chegaram e falaram que ia***

criar um parque, e já têm muitos anos. Depois veio o IBDF (refere-se ao órgão gestor à época da criação) e ficou rodando aí. Antigamente eles rodava com arma, revolver pra todo lado, com a Polícia Militar...” (depoimento de ex-morador, colhido em 14/08/2017).

A criação do Parque teve, assim, uma repercussão negativa aos olhos das comunidades tradicionais da região, conforme relato do morador C2: *“Aí foi chegando o IBAMA (refere-se ao órgão que subsistiu o IBDF) fez tudo da forma deles, sem respeitar, sem buscar informação da comunidade sobre o que era bom, o que não era bom, o que a comunidade pensava em prol do projeto, do crescimento na Serra.” (depoimento de ex-morador, colhido em 18/08/2017).*

O próprio histórico de criação do PARNA Cipó aponta a presença de problemas legislativos, uma ameaça que afeta a viabilidade de uma unidade de conservação, visto como um modo autoritário, conforme narrativa, C3: *“Chega esse povo do Parque, todo mundo armado, ah, cês vão ter que sair daqui, vão ter que sair daqui. Chegou todo mundo de cavalo, de surpresa, medindo os terrenos e mandando sair. Minha mãe (refere-se a mãe, já falecida), eu não saio, eu não saio daqui...” (depoimento de ex-morador, colhido em 13/08/2017).*

Não houve diálogo e, tampouco, informações sobre a categoria a qual se integrava a UC, para salvaguardar o modo de vida daquelas populações presentes no território. **Sobre a criação do Parque, vocês foram avisados?** C4: *“Não, chegaram aí, falo que era área de preservação, ia desapropriar o pessoal, chegou e disse que era uma área do Governo, que ia desapropriar, fez um levantamento, e já têm 34 anos. Começou a proibir, aí sem recurso de vida, o pessoal foi saindo ... tinha muito morador lá dentro, aí foi mudando...” (depoimento de ex-morador, colhido em 17/08/2017).*

Vocês tiveram conhecimento da criação do Parque? C5: *“Tivemos quando eles foram lá na Serra, avisou que ia criar, e depois que criasse não podia pegar flor mais, não podia fazer roçado, plantar...” (depoimento de ex-morador, colhido em 14/08/2017).*

Em uma pesquisa realizada no ano de 2013³¹, uma Analista Ambiental do ICMBio, lotada no PARNA Serra do Cipó, declarou que o diálogo com a população local antes da criação da Unidade de Conservação, foi pequeno, visto que ainda não existia o SNUC, relacionando ao fato de que, naquela época, as legislações vigentes não estabeleciam diretrizes para a participação das populações. Somente, após a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº 9.985/2000, que esse modelo “mudou”, isso em decorrência da unificação

³¹ MOURA, I.B.R. **O processo de institucionalização do Parque Nacional da Serra do Cipó**. 2013. 90p. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. 2013.

de todas as categorias de áreas naturais protegidas e/ou regulamentação dos objetivos nacionais de preservação da natureza e, ainda, a importância da conexão da diversidade cultural/biológica.

Na ocasião, o chefe da APA Morro da Pedreira também foi indagado sobre a participação da comunidade local na gestão das Unidades de Conservação, este, destacou que: *“Na região, a sociedade local é bastante participativa em relação a outras regiões do Brasil, onde os gestores das Unidades de Conservação encontram dificuldades para que as pessoas se envolvam.”*

No entanto, é interessante destacar que, em novembro de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em parceria com o Projeto para Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros - PROECOS - PNUD/ BRA 00/009, realizou uma Oficina Participativa, com segmentos organizados da sociedade e entidades representativas, para colaborar na elaboração do Plano de Manejo - PM³² do PARNA Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira. (CARDOSO, 2008).

Em contraste, mesmo estando presentes as entidades, participaram cerca de vinte pessoas, número inexpressivo para duas Unidades de Conservação de grande relevância e que compreendem sete municípios. Não realizou uma consulta popular eficaz, tanto que grande parte da comunidade local não teve conhecimento da ocorrência da Oficina de Planejamento Participativo. Assim, a participação, resumiu-se, uma vez mais, ao mesmo grupo, como pontua Cardoso (2008).

O Planejamento, conforme destaca esta autora, teve um resultado positivo, todavia, a comunidade participou de modo incipiente. Para a elaboração de um documento de tanta relevância, seria necessária uma consulta popular, por meio de fórum ou audiência pública, mas, esse mecanismo de participação não foi usado e a maioria das pessoas não foi informado sobre o evento. Essa questão pode ser observada a partir da lista³³ de participantes da referida Oficina.

É relevante destacar, também, que nesse momento o SNUC já havia sido aprovado, isso nos leva, assim, a conclusão que, de fato, no processo de criação e gestão do Parque, não houve a participação da população local, visto que, nem mesmo nas oficinas, estas pessoas estiveram presentes, fato contrário ao que propõe o SNUC, de que as populações tradicionais

³² Vale lembrar, conforme Art. 27 § 3º do SNUC, que o Plano de Manejo - PM de uma UC deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. No entanto, o PM de PARNA Cipó, só foi concluído em meados de 2009. Apesar de ter iniciado em 1989, através de um convênio entre IBAMA/MG, FUNATURA, empresa White Martins, Fundação Pró-Natura e, mais tarde, Fundação Biodiversitas, mas várias complicações técnicas e jurídicas inviabilizaram o projeto, sendo submetido a investigações. (FERREIRA, 2010).

³³ Oficina de Planejamento Participativo. Disponível: <http://www.icmbio.gov.br>

têm de ter seu modo de vida e cultura resguardados e valorizados, de forma que a institucionalização e gestão de uma Unidade de Conservação, seja realizada de maneira democrática, por meio de consultas populares. (BRASIL, 2000).

Dentro dessa concepção, Zhouri (2005) corrobora, e pontua que os conflitos ambientais acontecem, assim, quando há uma discordância no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade, região ou país, a continuidade de um determinado tipo de ocupação do território vê-se ameaçada pela maneira como outras atividades, espacialmente conexas, são realizadas. Portanto, a existência dos conflitos ambientais na região, entre outros motivos, tem a sua base inicial na não participação social da comunidade na criação e, posterior gestão das Unidades de Conservação.

6.3.2 Os sujeitos sociais frente à institucionalização do PARNA Cipó

O processo de criação do Parque Nacional na Serra do Cipó, em 1984, deflagrou os conflitos socioambientais na região. De acordo com o Plano de Manejo da Unidade, naquele momento, fatores econômicos (que transformou os pagamentos em valores irrisórios), documentação de determinadas propriedades e os desacordos familiares complicaram a regularização fundiária da Unidade.

Assim, surgem diversas reações por parte dos moradores impactados. Isto porque, as restrições impostas a estes sujeitos interferiram de maneira expressiva nas práticas cotidianas, pois, para os moradores, as comunidades tradicionais possuem conhecimentos para realizarem o manejo e a gestão dos bens naturais ligados às práticas simbólicas existentes no ambiente e que sustentam a permanência do sistema natural. Com isso, a população passou a ter uma relação emaranhada pela desconfiança junto ao órgão ambiental, todavia, cabe ressaltar que, embora, o período de fortes tensões tenha sido amenizado, a população tradicional ainda sofre injustiças.

Posto isso, o processo de institucionalização da Unidade de Conservação gerou dúvidas, principalmente para os moradores locais, isso porque os mecanismos para as desapropriações até então previstos, foram pouco esclarecidos. O Ministério Público Federal - MPF declara que teve irregularidades na menção de proprietários de terras no processo de regularização fundiária do PARNA Serra do Cipó, e alguns deles não estavam cientes da ação até o IBAMA os notificarem para se retirar da área. Isso já impõe como nula a imissão de posse pelo órgão ambiental. (MPF, 2013).

Para a comunidade local, o PARNA Serra do Cipó é considerado como a extensão do Estado que, em favor da preservação ambiental, favorece injustiças sociais. Embora a Unidade seja considerada uma instituição importante para a Serra do Cipó, tanto para a promoção da economia, quanto para a organização do turismo local, o sentimento de indignação está presente em muitas dessas pessoas. Estas estão indignadas de quão obsoletas foram suas identidades, o desprezo pelo Estado e sua crença de que sua situação nunca será resolvida. (SOUZA, 2014). As narrativas ouvidas dos moradores tradicionais em relação a esta questão evidencia: C5: *“Não pagou, eu acho que não sai mais não, eu acho que vai ser muito difícil, o advogado tá tomando conta. Se sair, tá muito bom, mais se não, o que podemos fazer...”* (depoimento de ex-morador, colhido em 14/08/2017).

Isso ocorre, quando a lógica de proteção do Estado entra em conflito com os modos de vida dos sujeitos sociais presentes no interior ou no entorno dos territórios delimitados parques, provocando mudanças nas estruturas sociais, fazendo surgir os conflitos territoriais. Tendo, assim, como já destacado, uma sobreposição de reivindicações de diferentes segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais distintas, sobre o mesmo recorte espacial. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Nessa toada, Merleau-Ponty (1999, p.55), versa que “cada lugar, cada sujeito, percebe de maneira diferente o outro e a vida que o rodeia, e nesta percepção ele imprime suas concepções.”

Desse modo, os conflitos envolvendo a comunidade local e o IBAMA (hoje ICMBio), originou tanto pelos distintos modos de representação e apropriação do espaço, quanto pelos posicionamentos divergentes, tendo, então, os descontentamentos em relação as promessas feitas, que, segundo esses moradores, teriam terras para a continuidade das práticas agrícolas, a garantia das indenizações e, também, empregos. Conforme relato do morador C6: *“Eles fez tantas promessas, as pessoas carente, ia dar lugar pra eles morar, inclusive, o pessoal da área do parque, indenizar e dar moradia, nada disso aconteceu.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017). Ferreira (2010) completa, destacando que, o desgaste na relação entre a comunidade e o IBAMA, naquela época, na porção oeste, atenuou a credibilidade do Instituto ocasionando uma situação de conflito constante.

Porto-Gonçalves (2008) destaca que a procura de algo que confirme que o homem não é natureza, estabelece-se em uma verdadeira obsessão do pensamento transmitido do Ocidente. O Parque Nacional da Serra do Cipó é pensado, assim, como uma natureza sem a interferência humana, sendo somente apreciado e reverenciado. Existindo, portanto, uma exclusão social / territorial dos moradores em relação ao uso e manejo do solo. Assim, a sobreposição do PARNA Serra do Cipó às territorialidades das comunidades locais ocasiona a conflitualidade.

A despeito da criação do Parque, as narrativas dos entrevistados denotam sua compreensão pela implantação da área de conservação, mas discordam do modelo preservacionista, das restrições impostas: C5 *“Antes do Parque era bão, podia plantar de tudo, tinha muitas criação, porco, boi, galinha. Nós fazia muita rapadura, farinha. Eu gostava muito de lá. Tinha engenho, barrica de coloca café, nos coia muito café lá, muito arroz, lá ficou barrica de café e foi tudo queimado.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 14/08/2017). Os moradores ressaltam, que as comunidades tradicionais, possuem uma íntima relação com a natureza, e que estes podem contribuir de modo efetivamente positivo para sua manutenção e preservação, para os moradores, o PARNA Serra do Cipó trouxe problemas ao desconsiderar sua existência no ambiente.

Um morador afirma que antes da criação do Parque a comunidade tinha autonomia para exercer diversas atividades na Serra do Cipó, após a criação da UC, as leis aprovadas, na visão do morador, foram desnecessárias, visto que a população local vive uma relação harmoniosa com a natureza/meio ambiente.

Os sujeitos identificados nesse trabalho possuem inter-relações que fortalecem suas atitudes junto ao campo de conflitos. Estas inter-relações constituíram-se de sujeitos que têm objetivos comuns ou parecidos. Assim, ao investigar o processo de criação e implantação do PARNA Serra do Cipó e a simbologia dos sujeitos sociais em relação ao lugar, nota-se a presença do sentimento de pertencimento em suas relações com o território, como destacado pelo morador C3: *“Mas lá tinha muita coisa boa, até hoje eu tenho saudade de lá. Fazia reza direto, cada semana na casa de uma pessoa. Fazia novena e fazia reza. Nossa Senhora do Rosário, Divino Espirito Santo, Nossa senhora Aparecida, São Sebastião, Santo Expedito.”* (depoimento de morador, colhido em 13/08/2017).

Os moradores destacam os impedimentos em desenvolver suas atividades locais, plantar, criar gado etc.; durante e após a instalação da Unidade de Conservação, todavia, ressaltam que existem diversos empreendimentos e outras práticas econômicas que impactam o meio ambiente e/ou entorno do Parque, mas que são admitidas, o morador C2, relata: *“Você tirar uma pessoa do lugar, que era seu próprio sustento, eles viviam da terra, sem prejudicar ninguém e cuidavam muito bem da natureza, das nascentes. A comunidade não pode estar lá, mas aqui na Serra há condomínios às margens de todos os rios.”* (depoimento de morador, colhido em 18/08/2017).

Essas limitações inviabilizam determinadas práticas de reprodução social e cultural desses moradores, conforme o morador C4 *“aqui antigamente a gente plantava de tudo, tinha vaca de leite, plantava feijão, arroz, plantava de tudo, toda semente que cê imaginar a gente*

tinha, o Parque chegou, depois a gente não podia mexer mais.” (depoimento de ex-morador, colhido em 17/08/2017).

Nesse contexto, relata Cruz (2013) que é um direito desses moradores, a luta por seu território, o qual é essencial para a reprodução de seus modos de vida, o meio de subsistência, de trabalho, de produção, sendo, por fim, um abrigo, fonte de recursos materiais ou de produção, e também elemento essencial de identificação ou simbolização de cada grupo por meio de referências espaciais.

O morador C6, narra que *“Todo mundo plantava, na época não tinha dinheiro, então o pessoal trocava os dias. Eu ia e trabalhava pra ele, ele ia e trabalhava pra mim. E o pessoal colhia tudo também, cê só comprava sal e macarrão, o resto... cê precisasse de uma carne, tinha um porco, tinha uma galinha, aí matava, tinha ovo. Depois que veio o Parque, as área de plantação mesmo, que é onde dava mantimento, foi onde que eles pegaram, ficou tudo na área do Parque. Aí atrapalhou.” (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).*

A partir das narrativas, percebe-se que, grande parte da origem dos conflitos na Serra decorre pelo modo de uso e apropriação do território, ocasionado ora pela dominação, ora pela resistência. Pode-se afirmar que há um conjunto de elementos que cooperam para que haja uma dominação dos territórios, com isso e com uma força detentora de poder desencadeia-se em uma série de conflitos.

Nesse contexto, pode-se destacar a carta endereçada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ao Ministério Público Federal, em 19 de outubro de 2013, onde os participantes do Reencontro³⁴ dos povos e comunidades do Cipó, realizado nos dias 18 e 19 de outubro de 2013, relataram sobre a violência física e simbólica que marcaram o processo de criação do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Os antigos moradores da área do Parque destacaram a forma extremamente violenta e humilhante como ocorreu o deslocamento forçado da população, inclusive mediante ameaças exercidas com emprego de arma de fogo por servidores públicos, tendo ocorrido também o confisco de pertences da população despejada da área, sem prévia indenização, nem tampouco disponibilizada alguma moradia alternativa. Os pequenos proprietários foram removidos de seus locais de moradia e privados das atividades socioeconômicas e espirituais que tradicionalmente realizavam. Sem qualquer indenização prévia, foram-lhes retiradas suas moradias, fontes de renda e vida em comunidade. (MPF, 2016, p.2).

³⁴ Participaram desse Reencontro, os Moradores do Retiro; os expropriados pelo Parque Nacional da Serra do Cipó; comunidade Quilombo do Açude; Apanhadores (as) de Flor sempre-viva e Quilombolas atingidos pelo PARNA Sempre Viva-Diamantina; Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA/UNIMONTES; Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA/UFMG; Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC/UFVJM; Laboratório de Estudos Bioculturais - Fundação Helena Antipoff e demais participantes.

Segundo Cardoso (2008) o PARNA Serra do Cipó trouxe problemas, decorrentes das sanções impostas ao uso e ocupação do solo, afora dos entraves para desapropriação e da lentidão do processo indenizatório dos quais o IBAMA foi tido como vilão, durante muito tempo, pela comunidade local, o morador C3 relata “*Nós sofreu demais com esse povo do Parque, sofreu demais e ninguém recebeu nada.*” (depoimento de ex-morador, colhido em 13/08/17), o morador, C2 diz: “*O Parque prejudicou muito, muito mesmo, o desapropriamento mesmo, dentro do Parque, uma coisa que aconteceu de forma muito brutal, porque eles aproveitaram do pessoal analfabeto, sem conhecimento de lei, então eles fizeram o que quiseram com a Serra do Cipó.*” (depoimento de ex-morador, colhido em 18/08/2017).

O ICMBio reconhece os conflitos relatados pelos moradores no processo de criação do Parque, conforme se pode ver:

Visto que é a categoria parque, a partir de seus objetivos, têm-se implicações e restrições. Da forma que foi criada houve o impacto social, que era uma forma meio que bruta mesmo, porque era do interesse do Governo transformar em área de utilidade pública, para fins sociais. As pessoas não interessam em fazer desapropriação direta. Assim, cria os conflitos. O início é realmente dolorido, mas hoje não, os conflitos estão tranquilos, a maioria das terras está adquiridas, menos de 10% para regular definitivamente. (depoimento do técnico ambiental do ICMBio, colhido em 18/08/2017).

Todavia, notou-se, que mesmo havendo uma ligação direta entre Parque e comunidade, os moradores da Serra, estão distantes das discussões de gestão e planejamento promovidos pela Unidade. Seguindo o modelo preservacionista, a UC contribui para as injustiças ambientais, isso em função do modelo de gestão que limita o acesso e uso aos grupos sociais que habitam esse espaço, enquanto outros grupos usufruem desses ambientes, ou seja, passam a frequentar estes novos territórios e tendo acesso aos recursos antes acessíveis às comunidades tradicionais.

Somando a esse quadro, percebe-se que os conflitos abarcam relações de poder diferentes, tratando, deste modo, de conflitos desiguais que acontecem entre os sujeitos centrados em posições diversas de poder (Comunidade local x PARNA Serra do Cipó), em um jogo ininterrupto de dominação e submissão, de controle *do* e *no* espaço geográfico, de sujeitos, no processo de apropriação e domínio social, diariamente, pontua Saquet, (2007, p.129), o que ocasiona perda da propriedade, situações traumáticas, desentendimentos e agressividade, conforme narrativa:

Esse povo foi fazendo ameaça com minha mãe, cê tem que sair daqui, tem que sair, cê tem que sair desse lugar. Esse lugar não é de você, e minha mãe (refere-se a mãe, já falecida), é sim. Se era do meu marido, por que não é meu? É meu sim, e eu vou sair não, aqui é o lugar dos meus meninos, lugar dos meus meninos ficar. Minha mãe ficou com aquilo na cabeça, eu não posso sair, pra onde que eu vou com cinco filhos, não tem lugar pra ficar. Mas eles falava, cê tem que sair, o dia que eu voltar, cê tiver

aqui, cê vai ver... fazendo ameaça mesmo, com tiro, com revolver, com arma mesmo. O dia que eu voltar cê vai ver, quando eu voltar, tiro cês daqui tudo no tiro. (depoimento de ex-morador, colhido em 13/08/2017).

A partir dos estudos de Bourdieu (1996) percebe-se, nesse momento, dois espaços sociais de disputas: o primeiro relacionado a apropriação dos bens naturais, como capital material, em segundo aquele caracterizado por disputas e resistências entre as diferentes configurações sociais de definição da natureza (espaço das representações ou capital simbólico).

Desse modo, pode-se destacar que não se deve desconhecer a existência de um poder simbólico, o qual intercala com essas relações, um poder de constituição da realidade, definido em uma relação estabelecida dentre aqueles que executam o poder e os que lhes são sujeitos. Nessa busca constante pelo poder, os sistemas simbólicos obtêm uma função política no tempo em que instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que colaboram para garantir a dominação de uma classe sobre outra - violência simbólica - oferecem o reforço da sua própria força às relações de força que as estabelecem, havendo, então, uma reprodução das relações de poder (Estado) e das relações simbólicas (sujeitos sociais), destaca Bourdieu (2002).

Nessa ordem de ideias, Bourdieu (1997) considera, ainda, que a capacidade de dominar o espaço, principalmente apoderando-se (forma material ou simbólica) de bens raros (públicos ou privados) que estão espalhados, resulta do capital que se tem. Para este autor, o capital permite manter a distância as pessoas e as coisas indesejáveis e, ao mesmo tempo, aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis. Contrariamente, os que não têm capital são mantidos a distância, sendo ela física ou simbolicamente dos bens naturais e sociais mais raros.

Haesbaert (2007) enfatiza que, para estudar o território, é preciso considerar que os aspectos funcionais e também os simbólicos nunca aparecem em um estado puro, isto é, dizer que cada território funcional sempre possui uma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e qualquer território “simbólico” sempre tem um caráter funcional, por mais reduzido que pareça (HAESBAERT, 2007, p.23). Assim, tanto as relações “funcionais” como as “identidades simbólicas” se fundem em um *continuum* (HAESBAERT, 2004), que é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia os processos de territorialização dos diversos sujeitos sociais.

Nesse contexto, a criação de unidades de conservação de proteção integral acarreta na desorganização dos valores simbólicos e culturais de uma determinada comunidade. Deste modo, Porto-Gonçalves (2006) destaca que “tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo

conserva suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81).

Foucault (2004) enfatiza, portanto, a importância de salvar o espaço enquanto uma extensão básica das compreensões socio-históricas. Nesta perspectiva, a compreensão da dinâmica dos conflitos socioambientais, do lugar, do território em que se constituem, não é impraticável, pelo contrário, é essencial. Os conflitos fazem, portanto, parte da natureza do território, o qual é um espaço político por excelência, tendo sua criação articulada às relações de poder, domínio de controles políticos. Os territórios não são caracterizados somente como espaços físicos, mas, também, como espaços sociais, espaços culturais, onde há a manifestação das relações e ideias, transformando em território inclusive as palavras. (FERNANDES, 2004).

Assim, o território teria, então, o papel central, já que o controle do território é fundamental para assegurar o suprimento da demanda sempre em ascensão por bens naturais, mesmo com os avanços dos novos materiais. E, também, a acessibilidade a estes, bem como seu deslocamento, que destacará a natureza das relações sociais de poder, entre os do lugar e os de fora do lugar onde se encontram. (PORTO-GONÇALVES, 2004).

As relações de poder são, neste sentido, um elemento central na eficácia de um território, uma vez que o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações. (RAFFESTIN, 1980, p.53). Foucault (1995), destaca que para entender quais são as relações de poder, talvez precisássemos estudar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações.

As relações sociais vigentes, neste sentido, regem não apenas as relações entre os diferentes grupos e indivíduos de uma sociedade, mas também as relações que estes, enquanto sociedade organizada estabelecem com a natureza (originária ou transformada pela própria ação humana). Entender o sentido e a natureza da organização territorial de nossa sociedade pressupõe, pois, desvendar os modos historicamente determinados, através dos quais esta sociedade produz e se reproduz. (PORTO-GONÇALVES, 1995).

Desta forma, seres e ambientes naturais integram a vida cultural na conformação de territórios. É necessário que os nomes dos lugares representem os homens que vivem e que os homens consigam nesses lugares da natureza refletir sua identidade, projetada, em forma de uma geografia que integra natureza e cultura, sem opor, termos e relacionamentos. Estes territórios revelam uma trama única que se conjungam e sobrepõem várias vezes nos espaços. (MARTINS, 2011). Nesse sentido, as práticas territoriais e o senso de territorialidade evoluem através da nova organização social.

Nessa perspectiva, a territorialidade, de acordo com Raffestin (1993), é o conjunto de relações estabelecidas em um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, a fim de alcançar a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. É no cenário de produção, mudança e consumo que a territorialidade é estabelecida, mas, também, articulada as relações formadas em meio aos vários sujeitos que compõem o espaço. (RAFFESTIN, 1993).

Nesse contexto o território é um devir, porque é um produto da ação humana. E todo devir se torna um processo de produção, ele é pensado e depois materializado. Nem sempre quando o homem está territorializado o espaço tem a noção disso, a territorialização é na verdade uma ação efetiva através da qual uma rede de sociabilidades pode ser criada para satisfazer as necessidades básicas da sobrevivência humana, social, cultural e econômica. A territorialização é formada a partir de uma relação concreta com um determinado espaço-tempo. (MARTINS, 2011).

Portanto, cada grupo ou indivíduo constrói um contexto de relações históricas e geográficas que são essenciais para apoiar o processo de territorialização. A territorialização pode ser entendida como a historicidade das relações humanas na apropriação do espaço geográfico, buscando a criação de sistemas de controle, acesso e senso espacial. O que determina o território não é o que ele entende ou produz, mas a intensidade e a qualidade das relações emaranhadas em sua elaboração, ou seja, quão eficaz é a historicidade do processo de territorialização, pontua Martins (2011).

Para Porto-Gonçalves (1995) os processos de territorialização, bem como de desterritorialização são típicos da relação estabelecida entre sociedade e natureza, produzida pelas práticas sociais presentes, e o território remete a um conjunto de relações materiais e simbólicas. Isso porque, a sociedade faz muito mais do que apenas ocupar seu território, isto é, esta produz, assim como projeta significados resultantes de processos complexos no território. Desse modo, a ideia de território atualiza a problemática entre natureza e sociedade, isto porque ao se estabelecer territorialmente, cada sociedade cria padrões de ocupação do solo e uso dos bens e espaços, mesmo quando decorrentes das ações transformadoras do homem, lhe aparecem como dados.

A ideia de uma unidade de conservação está ligada a uma parcela territorial, uma área geográfica em que há influência ou controle sobre pessoas, fenômenos e relacionamentos. (HAESBAERT, 2006). Desse modo, Zhouri e Laschefski (2010) versam que a nova lógica de organização socioespacial, leva a desterritorialização de populações presentes nos territórios das áreas delimitadas parque e a inserção de restrições de manejo em sua zona de amortecimento, originando conflitos e disputas territoriais, comprometendo assim as

territorialidades, o agir social, a base de reprodução material e simbólica. C5: *“Depois que o Parque chegou, a gente desceu, porque não podia mais fazer roçado, não podia plantar, a gente mexia com flor seca também, aí descemos para cá.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 14/08/17). O morador, C7 diz: *“Esse negócio de área de parque é uma coisa que, se a gente acha bom ou não acha, eles tão fazendo do mesmo jeito, se a gente gostar ou se não gostar, eles implanta assim mesmo. Então pro meio ambiente não deixa de ser bom, né. Porque tá preservando e protegendo.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).

Em resposta à reorganização territorial imposta pela criação de parques, muitos grupos sociais, tradicionais e não tradicionais, organizam-se reivindicando o direito de permanecer no seu território e continuar a exercer suas atividades produtivas, a saber: reprodução material e simbólica, configurando assim, identidades de resistência. (CASTELLS, 1996). Para Acserald (2004), temos o grande desafio de entender a complexa rede de processos socioecológicos que se sobrepõem aos conflitos socioambientais, enfatizando que, inevitavelmente, a natureza está no campo do conflito social. (ACSERALD, 2004).

Dessa forma, Zhouri e Laschefski (2010), pontuam que os conflitos socioambientais denunciam as contradições do chamado desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2004) onde trabalhadores, camponeses, nativos, quilombolas ou comunidades extrativistas, experimentam diferentes situações de exploração que ameaçam a existência coletiva.

Nota-se, que as políticas ambientais, particularmente as que visam à criação e gestão de unidades de conservação, são autoritárias e conservadoras. Com isso, serve os interesses de grupos específicos e instituições internacionais, os interesses das populações que estão realmente envolvidas na conservação da natureza são deixados de lado. (MARTINS, 2011). Para o morador, C2: *“Antes de criar um parque, antes de institucionalizar uma unidade de conservação, é preciso considerar as comunidades que habitam aquele território, preservar os valores do povo, a cultura, a identidade, e os costumes.”* (depoimento de morador, colhido em 18/08/2017).

Nesse contexto, as unidades de conservação, quando analisadas em termos de direitos, provocam uma tensão pela diminuição dos meios de sobrevivência para as populações locais e a criminalização de atividades extrativas, criando, assim, um “embate” de dois direitos: *o direito natural e o direito cultural*. (PEREIRA, 2007). Essas áreas ao serem estabelecidas não consideram as populações que ali a habitam, com isso, os sujeitos são obrigados a deixarem seus espaços de vivência e/ou modificar seus hábitos de vida. Como pontua o morador, C3: *“Chega como se fosse assim, tipo tá a guerra hoje, sabe? Todo mundo morrendo sem saber o porquê morria. Eles falaram, cês têm 30 dias pra sair daqui, os homens tudo armado, a gente*

tudo pequeno, morria de medo, cês têm que sair, se nós voltar, cês vão ver. Ficou quase um ano fazendo essa ameaça com minha mãe. Minha mãe tinha tanta coisa, era uma chácara, tinha café, frutas, tanta coisa...ela fazia doce pra vender.” (depoimento de morador, colhido em 13/08/2017).

De acordo com Zhouri e Lachefski (2010), citando Escobar (2005) o direito de escolha e os modos de vida dessas populações não são levados em consideração na criação de parques, comprometendo assim seu direito de autonomia para decidir seu próprio destino, apresentando propostas de modernidades alternativas. C6: *“Nesse ponto foi ruim, porque tirou os moradores ali de dentro, nossos avós, tios de idade que tava lá, tudo morreram, um cado morreram assim com depressão, porque foi criado ali, criou a família toda ali dentro, eles chegaram assim, tirando o pessoal de qualquer maneira, trazendo eles aqui pra baixo, e o umbigo deles enterrado ali, como se diz, né. Ai eles desgostaram e acabaram tudo morrendo, tava com seus 70, 80 anos.” (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).*

As políticas ambientais no Brasil são baseadas no contexto da conservação da natureza *stricto sensu*. Isso significa que, antes de qualquer coisa, os seres humanos são degradadores da natureza. Portanto, para que a conservação seja efetiva, a presença humana nos territórios não é permitida. É dessa linha de pensamento que aparecem parques nacionais, um modelo importado dos Estados Unidos com quase nenhuma análise crítica. (MARTINS, 2011, p.167).

Com isso, as populações passam de uma condição de trabalhadores da terra, para a qualidade de “moradores” de áreas naturais protegidas. A criação do Parque, segundo as narrativas, ignorou as múltiplas territorialidades presentes ali.

As narrativas colhidas pelos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, na elaboração do relatório *“Parques e outro lados da conservação ambiental: populações locais, projetos de ‘desenvolvimento’ e o turismo ecológico”*, destacam um caso que representa o modo autoritário do processo de criação e institucionalização do PARNA Serra do Cipó, bem como a desterritorialização. Os irmãos da família Minéia foram retirados de suas terras forçadamente pela Polícia Federal, sem indenizações e tampouco local para morar, sendo deixados às margens da rodovia MG-010, em um posto policial abandonado, próximo à entrada do distrito Serra do Cipó, como relata o morador: C2: *“Uma coisa que chateou muito foi a tirada das comunidades tradicionais de dentro do Parque, a família Minéia mesmo, os irmãos foram tirados a força pela Polícia Federal, tirou e jogou na rua, como se eles não fossem nada, você nasceu no meio da natureza, para ser jogado às margens de um asfalto.” (depoimento de morador, colhido em 18/08/2017).*

Para o morador C6: *“Tem família lá que tiraram eles com a Polícia Federal, a família Minéia. Então nesse ponto aí não foi legal a chegada do Parque não, eles não agiram certo com os nativos do lugar não.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017). O morador C5 relata, *“Alguns que ficou lá, pôs pra fora, não deixou morar lá, o pessoal dos Minéia é um deles, ficou morando pra qui, pra ali, sem ter lugar pra ficar, mas agora acho que já controlou. Tirou eles a força, sem ter outro lugar pra ficar. Os irmãos Minéia saíram com a Polícia Federal, tiraram eles e derrubaram a casa.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 14/08/2017).

Os irmãos permaneceram cerca de três anos neste local, vivendo de modo precário, por doações, sem acesso a água, sem trabalho e perspectiva do mesmo, à mercê dos perigos que o local apresentava, restritos as atividades de subsistências antes desenvolvidas. (GESTA, 2014). Para o entrevistado C2: *“Os Minéia só conseguiram um canto pra poder morar com muita ajuda da comunidade, a gente começou ajudando na beira do asfalto. Eles não tinham água, nem lugar pra cozinhar, pegaram os objetos deles e jogaram lá, e não cabia nada. Aí a comunidade acolheu, teve uma ação que partiu de um pessoal e doaram um canto pra poder morar. Sofreram muito na beira do asfalto. Eles moraram cerca de 3 anos lá.”* (depoimento de morador, colhido em 18/08/2017).

Assim, tem-se uma violência simbólica onde os grupos sociais passam a ter seus direitos violados, isto é fruto da desterritorialização configurada e pela transformação dos costumes e modos de vida em função de novas práticas sociais e econômicas.

A partir disso configura-se a reterritorialização no entorno da UC, constituindo um novo processo de territorialização, distinto do antigo território, considerando os aspectos econômicos, socioculturais, políticos e outros. Após essa perda territorial, os grupos sociais encontram diversas restrições de uso e acesso e manejo do solo, já que suas atividades são tidas como ameaça a biodiversidade, considerando a corrente preservacionista, junto a isso, esses grupos passam por um período de intervenção nos processos identitários, tendo a autonomia afetada, tanto pela desterritorialização sofrida pelas transformações em curso, quanto no modo de vida, nos costumes e acesso ao território.

Nesse sentido, pode-se destacar uma denúncia publicada no Jornal Estado de Minas, em 01/06/2014, o caso de uma multa aplicada aos ex-moradores que construíram um barracão em seu terreno, D. Deusdita que sempre viveu ali com a família, nascida e criada na região, sendo considerada parte da população tradicional do lugar, mas após a transformação da área em unidade de conservação integral, com a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, viu sua vida passando por inúmeras mudanças, para ela, mudou para pior. (ESTADO DE MINAS, 1º jun., 2014, p. 1).

No relatório³⁵ parcial “Parques e outros lados da conservação ambiental: populações locais, projetos de ‘desenvolvimento’ e o turismo ecológico”, Deusdita relata sobre o processo de criação do PARNA Serra do Cipó e como era o lugar antes do “Parque”.

“Nós viveu sofrendo demais da conta mesmo e viveu naquele lugar [Retiro] a vida inteira: nasceu, criou, foi até morrer, num acomodou, sempre dentro do terreno e a gente cultivando o terreno, plantando, tudo as coisas que a gente tirava era do terreno, plantava as coisas tudo, colhia de lá de dentro do terreno e assim nós foi vivendo. (...) A vida inteira nós planta. Nós plantava todos os mantimentos, plantava arroz, plantava milho, plantava cana, plantava feijão o terreiro era todo limpinho todo cheio de planta, quando era esse tempo assim que não era tempo das águas, nós fazia aquelas vasilhas de barro, essas panelas, essas vasilhas de barro, nós fazia aquilo tudo, nós fazia telha. Ai depois que entrou esse IBAMA, esse parque aí, aí foi só não podia plantar, não podia criar um bicho, a gente tinha que ficar ali como se tivesse presa, não podia fazer nada. (...) Ai nisso meu pai morreu, ficou minha mãe e meus irmãos, aí eles foram saindo também, um saiu, o outro saiu e eu tinha, eu morava lá nessa época eu morava lá perto, em torno, do Jorge [irmão], eu era vizinha dele lá, morava ali pertinho, e com cinco meninos pequenos, construí uma casinha no sofrimento, só Deus é que sabe o sofrimento que foi pra mim construir uma casinha lá com esses meninos pequenos, de menor. Ai, aí bom, um dia chegou lá era o Albino [chefe do parque à época] ainda, o Albino e um moço chegou lá e disse, olha quarenta dias pra desocupar a área do parque, quarenta dias, e eu fiquei doida, pra onde eu ia com esse tanto de menino, não tinha pra onde eu ir com a meninada toda pequena. Ai falei Meu Deus do céu, o que eu vou arrumar? (...) A gente sem saber o que fazia com essa meninada pequena e falou [com o Prefeito] se conseguir um lote pra mim já é uma boa. Ai ficou esperando, esperando quando foi na ocasião de, ai eles [funcionários do parque] só apertando pra sair, quando foi na ocasião de repartir o lote, aí eu voltei lá, aí o prefeito já tinha passado pro vice prefeito, que ele já tinha saído e disse: que assim a lista tem os nomes das pessoas que tá desapropriada da área do parque, que é pra dar o lotinho pra eles, o lote pra eles. Ai o moço começou, aí eu fui lá: “ah não, eu não vou dar o lote, porque o lote é só pro povo que mora de aluguel”, eu falei “uai, mas eu tô lá dentro sem lugar de ir, eu tenho o terreno porque o terreno é da gente é, o terreno é da gente. Ele falou: “ah não, eu vou ver”. Ai vou ver, vou ver, tira pra um, tira pra outro, tira pra um, tira pra outro e o meu ele não me deu. Ai ficou lá naquele sofrimento não tinha jeito de trabalhar lá mais eu com os meninos pequenos: deixava eles lá e descia e trabalhava lá perto do Açude [região relativamente distante]. A pé, deixava os meninos pequenos em casa e trabalhava lá porque tinha arrumado um serviço de faxina lá e fazia faxina, pegava meu dinheiro pra comprar as coisas pros meninos e por aí eu fui. Por aí fui.” (Depoimento colhido pela pesquisadora Ana Beatriz Vianna Mendes, em 19/01/2014, págs.21-22 do Relatório “Parques e outros lados da conservação ambiental”).

Os moradores mantinham um modo de vida tradicional de conservação e manutenção da terra. No entanto, foram impactados pela criação do Parque, em certos casos, de modo truculento, sem conhecer os direitos e as leis que os amparavam, e em função das restrições de acesso, uso e manejo do solo, muitos acabaram por abandonar a área, deslocando-se para o distrito de Serra do Cipó.

Deusdita, narra que:

³⁵ Relatório organizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, no ano de 2014.

“(...) nas terras da gente, que já era da gente plantar, você não podia limpar pra plantar uma coisa que eles chegavam e diziam que não podia e a gente deixava. Ia pegar um pau de lenha seco, que a gente nem conhecia fogão de gás, nós tinha fogão de lenha, nós tava de um jeito que não podia pegar nem um pau de lenha pra acender o fogão que eles não deixavam, eles não estavam deixando, você tinha que pegar escondido lenha seca no mato, podre assim, cê tinha que catar escondido deles, eles não deixavam. Ai foi assim, foi assim, aí falei: eu não tô aguentando mais esse trem não, vivendo desse jeito, aí eu falei com o João [marido] que é esse que tava quando você chegou: falei vê se a gente arruma um lugarzinho e compra, vê o que a gente faz. Arruma um pedacinho em um lugar lá embaixo e sai daqui, porque aqui não tá tendo jeito de ficar mais não, porque não pode mexer com nada. Sai dessa distância pra trabalhar e vinha comprar as coisas os mantimentos, tinha que ser aqui embaixo, buscar na cabeça. Ai que ele conversou com o patrão dele, aí o patrão dele falou: não, tem um pedaço de terra ali, cê vai lá e faz uma casa lá, constrói uma casinha lá pro cês ir morando até vê no que vai dá. Ai onde nós veio parar aqui; e o Retiro nem o dinheiro, nem a terra, e eu tinha, tá até marcado, quer ver, minha casinha aqui de adobe. Tá até no papel que eles mandou, eles mandou esse papel pra cá, quer ver? Tá aqui, pode ler que você vai ver que eu tinha uma casinha separada de adobe e não sei o que mais, até uma eguinha preta eu tinha, aí eu desfiz dela porque eu não tinha lugar pra pôr ela, o prazo tava só vencendo, só chegando e eu falei: uai tem que caçar jeito de sair daqui e assim a gente tá até hoje, não recebeu nem a terra nem dinheiro e nem nada.” (Depoimento colhido pela pesquisadora Ana Beatriz Vianna Mendes, em 19/01/2014, pág. 22 do Relatório “Parques e outros lados da conservação ambiental”).

De acordo com o relatório parcial “*Parques e outros lados da conservação ambiental: populações locais, projetos de desenvolvimento e o turismo ecológico*”, passados aproximadamente trinta anos, os moradores não foram indenizados, seja pela terra, pelas benfeitorias, pelas criações ou ainda pelos danos morais, em meio a isso, e com o estabelecimento de novos usos para o território, bem como novas normas (a realização das obras para a construção do estacionamento e nova portaria no Retiro) estabelecidas, em parte, nas terras desses moradores, fizeram com que, Deusdita construísse um barraco de 29,14 metros quadrados para guardar as ferramentas para cultivo das poucas roças que conseguiu cultivar, precariamente, no decorrer de todos esses anos. Um barracão de alvenaria, construído em sete dias, precisamente em cima da fundação de sua casa antiga (a casa erguida com muito sofrimento, quando os filhos eram pequenos, e que foi deixada entre as décadas de 80 e 90) com o perímetro inferior ao da casa antiga cujo alicerce mantinha-se preservado.

No entanto, conforme descrito no mencionado relatório, a construção do barracão, em local onde outrora tinha sua casa de morada, acarretou para Deusdita um auto de infração, determinando que a obra fosse interdita e demolida, conforme consta no relatório a própria moradora que demoliu, pois, caso contrário, deveria arcar com os custos da demolição e limpeza do local, segundo instrução do servidor do ICMBio, e, afora disso, foi notificada com uma multa no valor de mil e duzentos reais.

Destaca-se, ainda, que a moradora foi intimada a comparecer no Ministério Público Federal, em Belo Horizonte, “para prestar esclarecimentos pessoais e se manifestar sobre a parecer de realização de um Termo de Ajustamento de Conduta”; e, também à Polícia Federal, em Belo Horizonte, “a fim de prestar esclarecimento do interesse da Justiça” e responder ao crime motivado por danos ao meio ambiente, conforme destacado no relatório parcial “*Parques e outros lados da conservação ambiental: populações locais, projetos de desenvolvimento e o turismo ecológico*”, produzido em 2014 pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Nesse contexto, Fernandes (2000) versa que o território é espaço de vida e morte, carregando a identidade que demonstra territorialidade e a relação de poder. Este autor entende que a modificação do espaço em território ocorre através da conflitualidade, acentuada pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que buscam cunhar, apoderar-se e controlar seus territórios.

Assim, um morador relata que a criação do PARNA Cipó, tem um efeito contrário ao seu objetivo de proteção, isso porque a Serra não está conservada, em função da substituição do modo de manejo tradicional antes praticado. C2: “*O Parque não protege nada, porque só de você tirar a comunidade que dá manutenção a natureza, que dá vida a fauna, que tá acostumado a viver com a natureza, com os animais. Só de tirar a comunidade eles não estão querendo proteger nada. E a Serra do Cipó é um exemplo disso.*” (depoimento de ex-morador, colhido em 18/08/2017).

Ademais, é importante pontuar que, quando da elaboração do Plano de Manejo do PARNA Serra do Cipó, foi destacado a presença de cinco famílias no interior da Unidade, quatro delas possui moradia fixa, uma área de 2 hectares destinadas à permanência dessas famílias, a delimitação dessa área foi a forma encontrada para o órgão ambiental se relacionar com estas famílias, todavia o uso do território por elas é extremamente limitado, em função das normas e restrições determinadas no Plano de Manejo. (ICMBio, 2009b, p. 40) estas famílias residem em casa de adobe, com piso grosso e janelas de madeira, conforme fotos 1, 2, 3, e 4.



Foto 8: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó/Retiro – Casa centenária
Autora: MOURA, I.B.R.; 2017



Foto 9: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó
Autora: MOURA, I.B.R.; 2017



Foto 10: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó
Autora: MOURA, I.B.R.; 2017



Foto 11: Casa localizada no interior do PARNA Serra do Cipó
Autora: MOURA, I.B.R.; 2017

Isso decorre, dentre outros fatores pela situação fundiária do PARNA Serra do Cipó permanecer irregular causando atritos entre população local e Estado, sendo consenso entre os servidores do ICMBio a existência de conflito. A solução encontrada para lidar com essas famílias foi a criação, em 2009, da ZOT, criada em caráter vitalício contendo normas de ocupação a serem seguidas pela população residente (composta por idosos e adultos sem filhos) até que lhes sejam pagas as indenizações devidas, mas sem estender tal direito a seus sucessores. Ou seja, o Estado sinaliza que prefere tolerar a presença ilegal dos residentes ao invés de gerar maiores discórdias com a população local, aguardando que o problema seja resolvido pelo tempo, pois, uma vez que os residentes venham a falecer, a ocupação irregular do PARNA Cipó estará resolvida. (SOUZA, 2014). Entre as restrições estão:

- ✓ A proibição de ampliação e abertura de novas áreas de cultivo nesta zona;
- ✓ Não são permitidas novas construções ou ampliação das estruturas existentes;
- ✓ É proibida a utilização da queimada como técnica agrícola para preparação de terrenos para cultivo ou a qualquer título;
- ✓ As águas residuais de agricultura e efluentes domésticos deverão receber tratamento antes do despejo em corpos d'água;
- ✓ A permanência vitalícia dos moradores idosos ou com problemas mentais, respaldada em laudo médico e da assistência social, não deve interferir no processo de desapropriação, de modo que terão direito à indenização e seus eventuais herdeiros não poderão requerer o uso ou posse das áreas após o falecimento dos moradores em questão;
- ✓ Aos moradores admitidos no interior do Parque, seja por ainda não terem recebido toda a indenização devida, seja por ter sido aceita sua permanência vitalícia, não será permitida a exploração comercial da área na forma de aluguel de espaços em suas residências ou em seus terrenos para a montagem de barracas de camping;
- ✓ Na hipótese de se confirmar a permanência vitalícia de alguns moradores, suas residências deverão ser equipadas com instalações sanitárias com fossa séptica, a serem custeadas pelo Poder Público.

De acordo com o relatório, *“Parques e outros lados da conservação ambiental: populações locais, projetos de desenvolvimento e o turismo ecológico”*, mesmo que determinado o direito à habitação desses moradores, a ZOT não coopera para a resolução do conflito, visto que o problema encarado por essas famílias não é um problema financeiro, mas sim, o desejo desses moradores que não pretendem abandonar seu território, tendo algumas de suas práticas ameaçadas pelo novo significado dado ao território, neste caso, a conservação

ambiental restritiva. (RPOLCA, 2014). Considerando, também, o fato relatado por eles de que não foram indenizados pelo título de terra e, desse modo, vivem segundo as regras impostas pelo órgão ambiental.

Ademais, a área direcionada a estas famílias, fere os direitos desses moradores, tendo em vista que os coloca em um processo de “exclusão” territorial, terminologia classificada por Rogério Haesbaert, como uma reclusão “ao contrário”, realizada de fora para dentro. Nesta perspectiva, Haesbaert (2004) versa que, apesar, de muito polêmico o termo “exclusão” territorial trata-se, efetivamente, de “exclusão” de territórios da atividade ou da ocupação/habitação humana.

É como se tivéssemos não tanto os grupos sociais sendo excluídos do (ou precariamente incluídos no) território, mas o próprio “território”, definido “de fora para dentro” (uma espécie de “natureza territorializada”), sendo “excluído” da sociedade, no sentido de que cada vez mais são criadas áreas completamente vedadas à habitação/circulação humana, especialmente aquelas destinadas a uma alegada “proteção da natureza”, com diversas modalidades de reservas naturais criadas ao redor do mundo. (HAESBAERT, 2004. p.48).

Haesbaert (2004) completa ainda, afirmando que o termo “‘exclusão’ territorial” é somente para territórios total ou em sua maior parte “bloqueados” ao uso social, podendo estar inteiramente vedada a ocupação como também a própria circulação humana. Nesse contexto, apesar disso, estes não estão restritos às chamadas “reservas naturais”. Este autor pontua ainda que, pode-se destacar ao menos três processos relacionados à “exclusão” territorial, entre eles, à definição de grandes espaços naturais protegidos e totalmente vedados ao usufruto social, em sentido direto, está regulado numa prática que corrobora com o discurso dualista de uma “natureza sem sociedade”, com a chamada “preservação natural”.

Percebe-se no contexto do PARNA Serra do Cipó a ocorrência de um processo autoritário e intolerante de criação, implementação, implantação e gestão da UC, o que pode ser associado ao “engessamento da unidade regulatória em contraposição à diversidade de situações” (PIMENTEL *et al.*, 2011) que se apresentam localmente. Existe um cenário político de ressentimentos (LOBÃO, 2006) por parte dos moradores, que se sentem prejudicados pela chegada do Parque, o que pode resultar na rejeição dessas famílias a quaisquer práticas conservacionistas adotadas pelo poder público, o que é evidenciado pela fala morador C7: *“Quando nós estávamos lá, nós tentávamos conservar a natureza lá, olhar, dar notícia e tudo. Mas tiraram as pessoas! Agora não tem nada disso não. (morador do Retiro. Depoimento colhido em 17/08/2017).*

Para o morador C8: *descendente de família atingida pelo PARNA Cipó, a questão está centrada “sobre o modelo de parque que a gente tem. Poderia aceitar as pessoas sim dentro do Parque” (depoimento colhido em 17/08/2017).*

Embora percebam que a concepção de UCs de Proteção Integral gere conflitos territoriais, os discursos de alguns dos servidores do PARNA Cipó exprimem sua crença na premissa de que a eficaz conservação da biodiversidade, inclusive para sua utilização pelas populações humanas, só pode ser alcançada com uma baixa atividade de exploração humana nos territórios conservados, o que nos remete a um discurso de segregação entre humanidade e natureza. Contudo, um desses servidores alega que “a humanidade está em todo lugar. Então, essa história de que tem terra sem gente não existe mais. *“Botar uma cerquinha, pegar uma carabina e falar que é só não deixar ninguém entrar que isso aqui está protegido é uma ilusão”* (servidor do PARNA Serra do Cipó. Depoimento colhido em 17/08/2017), o que realça certa contraposição entre as subjetividades desses gestores no que tange a suas concepções sobre a relação homem/natureza.

Existem mecanismos que podem assegurar uma melhor convivência dos moradores no Parque enquanto suas indenizações não são sanadas, dando-lhes inclusive a garantia legal do direito de morar dentro da UC. Um deles seria a adoção de um Termo de Compromisso -TC entre o órgão ambiental e as famílias residentes. Esse TC constitui um instrumento de caráter transitório para a mediação de conflitos em UCs (ICMBio, 2012), que, segundo Ribeiro e Drumond (2013), também consiste em um mecanismo legal de promoção do diálogo entre população e Estado. As autoras também ressaltam o potencial desses Termos para diminuir restrições da população local e melhor garantir a consolidação dos objetivos de conservação previstos para a UC, sendo, portanto, um mecanismo de implicações positivas tanto para a conservação ambiental, quanto para a manutenção do patrimônio cultural representado por essas famílias e seus modos diferenciados de vida. Para servidores entrevistados, o TC pode solucionar o conflito existente no PARNA Cipó já que traria maior segurança para os processos de gestão da unidade, formalizando a condição de moradia e definindo as atividades que podem, ou não, ser realizadas pelos moradores.

Um ex-chefe do PARNA Cipó conta que tentou criar um TC com os moradores do Retiro, mas a proposta foi barrada pelo escritório central do ICMBio, pois, à época, não havia uma diretriz que definia os critérios para se redigir tal Termo. A Instrução Normativa Nº 26 do ICMBio foi criada em 2012, contudo, os servidores afirmam que criá-la não basta, sendo necessário capacitar a equipe para redigir e aplicar os TCs, aplicabilidade essa que também é dificultada pela negação da população em participar de sua elaboração, conforme é previsto na

Instrução Normativa. Os servidores alegam que isso ocorre devido à população desconfiar dos agentes ambientais. “Desconfia com razão? Sim, desconfia com razão. Nós temos um histórico de relação de conflito com essas populações”. Enquanto os moradores não passarem a confiar no órgão ambiental e em seus funcionários, redigir um Termo desses será impossível, já que ideal e normativamente é preciso a participação da comunidade para a redação do TC. (SOUZA, 2014).

Contudo, “a solução jurídica não resolve o problema histórico cultural” (*servidor do PARNA Cipó, depoimento colhido em 15/08/2017*). O desejo de se manter no território (ou mesmo de retornar, como foi afirmado por alguns ex-moradores) não vem sozinho, sendo também almejada a liberdade para manterem práticas que lhes foram transmitidas por seus pais e avós, que sustentaram o modo de vida das famílias da região por gerações e que agora são postas na ilegalidade.

É preciso reforçar que esses TC só são previstos para o caso de residentes enquadrados como populações tradicionais, contudo o reconhecimento dessa tradicionalidade não é tão simples (RIBEIRO e DRUMOND, 2013). A legislação que garante o direito dessas populações exige, além de seu auto reconhecimento como tradicionais, um laudo antropológico que ateste sua tradicionalidade, mas esses traços de tradicionalidade permanecem como difíceis de serem julgados/comprovados, pontuam os autores. Essa dificuldade se reflete nas falas dos servidores que não entendem totalmente os procedimentos para que as famílias sejam enquadradas como populações tradicionais e tenham direito a firmarem um TC.

Esse distanciamento dos agentes ambientais com relação às questões socioculturais é um dos questionamentos que se faz ao modelo de proteção integral adotado no Brasil, já que os órgãos ambientais parecem não incluir outras legislações que não aquelas atribuídas aos órgãos ambientais no processo de gestão do patrimônio ambiental. Percebe-se que esses servidores são direcionados a cumprir apenas um certo contingente legal, não recebendo formação a respeito desse outro campo que envolve os aspectos culturais dos territórios. A dificuldade em lidar com as diversas formas de conflito envolvendo populações diferenciadas, que ainda residem e resistem dentro do território do PARNA Cipó, aparece constantemente durante as conversas com os servidores. O próprio ICMBio admite que os problemas de relacionamento existentes entre Parque e população são devidos, entre outros fatores, à falta de treinamento adequado dos servidores (ICMBio, 2009d:2). Esses servidores demonstram, em diversos momentos, compreender que as populações residentes do Parque “*querem continuar fazendo o que faziam, inclusive em grande parte em nome da sua sobrevivência*” (*servidor do PARNA Cipó, depoimento colhido em 18/08/2017*). Contudo, eles alegam que a inclusão desse novo universo

legislativo no contexto de quem trabalha com conservação é muito recente, algo que eles estão aprendendo agora e ainda têm muitas dúvidas.

Nesse sentido, associa-se o conflito na Serra do Cipó entre ICMBio e população local a outro conflito que se dá no campo das ideias sobre o que é parque e o que é proteção integral. Percebe-se que a categoria parque é compreendida, hegemonicamente, por esses servidores como um território destinado a dois usos somente: conservação e uso público. Contudo, boa parte da equipe gestora também encara o PARNA Cipó como um território de conflito que envolve interesses conservacionistas, turismológicos, econômicos, de moradia, de adoção de práticas tidas como tradicionais.

Para os servidores do PARNA Cipó entrevistados, o TC pode solucionar o conflito existente já que traria maior segurança para os processos de gestão da unidade, formalizando a condição de moradia e de usuários, definindo as atividades que podem, ou não, ser realizadas por essas famílias. Apesar da Justiça já ter dado a imissão de posse do território ao órgão ambiental, o MPF contesta o processo e solicita sua anulação. Dentro desse contexto, um TC poderia impedir que novas ordens (administrativas ou judiciais) para a desapropriação dos moradores tivessem que ser cumpridas antes que se chegasse a uma conclusão entre a legalidade ou não do processo fundiário.

Nesse sentido, os TC são vistos como instrumentos de mediação de conflitos que possibilitam romper com o paradigma da expulsão compulsória de comunidades tradicionais em Unidades de Conservação - UCs de Proteção Integral. Uma vez que a gestão do PARNA Serra do Cipó não consegue fazer valer mecanismos que promovam melhores condições de vida a suas populações atingidas, como o Termo de Compromisso, o Parque torna-se replicador de uma política conservacionista que é no mínimo utópica já que não consegue conciliar-se com as realidades locais. É preciso construir outras possibilidades de conservação para o PARNA Serra do Cipó, valorizando as tentativas de resolução dos conflitos fundiários e culturais existentes, sem deixar de cobrar mais empenho para que um TC seja celebrado entre as partes envolvidas. Mesmo servindo como paliativo, os TCs podem satisfazer as necessidades e desejos da população que aguarda as indenizações por suas terras, assegurando-lhes mais qualidade de vida e segurança jurídica. Ressalta-se que a adoção de um TC, ou mesmo da ZOT, não constitui benefício, mas sim direito legitimamente assegurado à população e estabelecidos como dever do Estado.

6.3.3 O turismo e os conflitos na produção do espaço

As áreas protegidas contemplam cada vez mais as necessidades do turismo, principalmente no aspecto do contato direto com a natureza. (SILVA e SOUZA, 2011, p. 30).

O turismo tornou-se, então, o passaporte para acesso a Serra do Cipó, impondo mecanismos de (re)produção, ou seja, novas estruturas, comercialização dos atrativos turísticos, etc. Em pesquisa realizada no ano de 2013, os moradores destacaram que as belezas da região, bem como a proximidade com a capital atraem muitos visitantes a Serra. Os dados refletem o contexto atual. Para o morador C6: *“Os turistas vêm, vem porque é bonito, é um lugar muito conhecido, é perto de Belo Horizonte, de Lagoa Santa, hoje já vêm muitos estrangeiros aqui já, já tá é precisando do pessoal se informar mais, estudar mais, falar outras línguas, pra receber os gringos que tá chegando. Aqui hoje em um feriado de quinta, sexta, sábado e domingo, nós recebemos uma faixa de 10 mil turistas.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).

No entanto, há uma complexidade nesse sentido, já que o território é uma referência identitária dos sujeitos sociais ali presentes. As populações sofrem um impacto com a chegada de novos moradores, com características identitárias distintas, como hábitos e exigências diversas.

Após o asfaltamento da rodovia MG-010, entre o distrito de Serra do Cipó (na época Cardeal Mota) e o município de Conceição do Mato Dentro, ao findar da década de 1990, o fluxo turístico intensificou-se em toda vertente oeste do PARNA Serra do Cipó. Todavia, é sabido que o turismo na porção oeste do Parque teve seus primeiros traçados em meados da década de 1980, momento em que a Região Metropolitana de Belo Horizonte se expandiu, contribuindo para a busca pela natureza, no intuito de distanciar-se do estresse gerado pela cidade. (FERREIRA, 2010).

Os turistas ocuparam, também, a região leste, mirando não somente desviar da multidão que ano após ano tomava a porção localizada a oeste do Parque Nacional (tendo a rodovia de penetração), mas a descoberta de outras cachoeiras e lugares menos conhecidos e frequentados, aponta Ferreira (2010). De acordo com Cardoso (2008, p.104) *“exatamente três anos após a criação do Parque Nacional, o chamado ‘desenvolvimento’ deu lugar, abrindo caminho para a chegada do asfalto em 1987, facilitando o acesso e aumentando o fluxo de visitantes.”*

Conforme relatos dos entrevistados, o principal fator que tem reconfigurado a paisagem é a ocupação exacerbada e sem ordenamento territorial, o que impacta de modo negativo a região, isso decorre desde a década de 1980, em função da criação das unidades de

conservação e na pavimentação da rodovia MG-010. Com a pavimentação desta rodovia o processo de ocupação na região intensificou-se, sobretudo pelo turismo, que ganhou força.

Segundo os moradores, o Parque contribuiu para o turismo da Serra, nesse sentido tornaram-se dependentes deste, já que não podem mais desenvolver as mesmas atividades para a condição de sobrevivência antes exercidas, principalmente pelas restrições impostas na região. Nesse cenário, os sujeitos sociais passaram de produtores que tinham nas atividades de subsistência o mecanismo para sobrevivência, para produtores do turismo, enfrentando os impactos de uma sociedade urbana que reconfiguraram seu espaço, com isso acabam por perder seus traços identitários.

Ao mesmo tempo, com o turismo, as atividades usuais de cultura e produção são substituídas por atividades modernas, como casas de aluguel para turistas, guias, serviços de alimentação e transporte. ***O turismo que movimenta a economia da região?*** De acordo com o morador C5: *“Sim, hoje é o turismo. Hoje o pessoal da Serra vive através do turismo. Porque acabou, né... hoje não tem mais fazenda, então é o turismo.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).

Nos últimos anos, diversas formas de apropriação do território, dentre elas, as instalações de empreendimentos e condomínios, com fins puramente econômicos, foram responsáveis pelas transformações na Serra do Cipó, inclusive, dentro na APA, isso porque a mesma insere-se na categoria de uso direto ou sustentável. Nessa região, as transformações socioespaciais concentram-se, mais ainda, pela ascensão do turismo e pela especulação imobiliária, que relacionam a valorização das terras no entorno do Parque, isso em decorrência da diversidade biológica, e também das questões histórico-culturais (Estrada Real). Para C5: *A especulação imobiliária aumentou muito, valorizou os terrenos, hoje o nativo não tem condição de comprar um pedacinho de terra, há trinta anos atrás, você comprava um lote de terra por cinco mil cruzeiro, hoje um lote de 500 m² é 80, 90, 100 mil e um lote de 1000 m² é 160 mil, lá onde vocês foram hoje, e eu tava saindo, naquele condomínio, um lote é 160 mil. Qual morador tem condição de comprar um lote desse?”* (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).

Considerando este cenário, pode-se dizer que a demanda turística ocasionou uma superpopulação nos finais de semana e feriados, esse processo de transição ocasionou na Serra do Cipó, um maior parcelamento e ocupação do espaço, com novos moradores, semi-residentes ou moradores de fim de semana. Um morador destacou como a especulação imobiliária tem atuado de modo negativo na alteração do cenário paisagístico da região cipoense. Com isso, a Serra tornou-se alvo de casas de veraneio, loteamentos, grandes construções, dentre outros.

Assim, pode-se destacar que o turismo é uma atividade que, afora dos impactos ambientais, das diversas intervenções para se desenvolver, contribui para os conflitos na região, visto que, há por outro lado, a exclusão de comunidades tradicionais, arraigadas nessas áreas, contribuindo para o manejo e conservação dos bens naturais, por outro lado, gera lucros, sendo visto com mercadologia da natureza.

Fatores de dominação dos bens naturais e sociais decorrentes do capital foram, algumas vezes, mencionados pelos sujeitos sociais entrevistados, nesse contexto, pode-se pautar que este é um dos problemas conflitantes que estes sujeitos e, outros tantos vivenciam, em função disso buscam a garantia de sobrevivência e manutenção de seu modo de vida.

Os moradores têm a percepção de que, ao contrário deles, o turismo impacta o ecossistema local, principalmente no interior do Parque, e os empreendimentos na região, e por isso, eles, moradores, poderiam contribuir para a preservação do Parque. O dia-a-dia dos habitantes deste lugar não pode ser separados da dinâmica socioespacial da região, que ao ser (re) configurada, define as transformações de todo um povo. Observou-se que a maioria das residências na Serra do Cipó é para usufruto de cunho turístico. Nas narrativas com os moradores, estes destacam enfrentamentos vividos no cotidiano, expõem impactos ambientais que afetam as paisagens naturais e culturais do lugar.

Sendo assim, a região encontra-se tomada por uma circulação de pessoas, sendo grande parte turistas que passou a frequentar intensamente o local. Por isso, a população já é afetada em seus costumes, impactando suas relações com o lugar. Sobre isso, o morador C9 coloca: *“A comunidade da Serra do Cipó, está tentando adaptar-se ao modo de vida das pessoas que estão saindo das grandes cidades em busca de um lugar tranquilo que é a região.”* Este morador destaca ainda: *“tudo que acontece em uma área urbana, acontece na Serra do Cipó, que está totalmente cercada por loteamentos, então eu acho que o IBAMA mostrou a Serra do Cipó pra todo o mundo, as pessoas vieram, os empresários construíram e, ainda, estão construindo, mas não estão preservando o meio ambiente.”* (depoimento de ex-morador, colhido em 18/08/2017).

Com isso, as populações restritas ao modo de vida antes cultivado, acabam por seguir a lógica da proteção da natureza, contribuindo para as atividades turísticas, na recepção ou prestação de serviços. O turismo, para determinados sujeitos, pode ocasionar a perda dos saberes locais em decorrência do novo modelo econômico imposto às bases tradicionais.

É interessante destacar, conforme Ferreira (2010), que os turistas que procuram a Serra, ficam fascinados pelas belas paisagens e pela diversidade de cachoeiras, poços e lagoas, dentre outros. Esse potencial é destacado como sendo um dos objetivos da criação da Unidade, principalmente sobre o rio Cipó, que conforme relato do técnico do ICMBio é o responsável

pelo abastecimento de toda região. As narrativas dos moradores apontam que existem diversas cachoeiras na região, distribuídas tanto no interior do PARNA Cipó, quanto no entorno, ou seja, na APA Morro da Pedreira. *Isso tudo foi a partir da criação do Parque?* De acordo com o morador C5: *Foi, tudo a partir da criação do Parque, foi mais divulgada a Serra, as cachoeiras ... tem cachoeira aqui que ninguém nunca sabia que existia ela. Depois da criação do Parque foi tudo descoberto. Hoje nós temos aproximadamente 80 cachoeiras registradas, muitas delas dentro do Parque. (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).*

Todas as nascentes são protegidas pelo PARNA Cipó, porém, é importante ressaltar que, após deixar os limites do Parque, é notório o impacto nos cursos dos rios, isso em virtude do uso irregular provocado, principalmente, por empreendimentos na área. Conforme relatos dos moradores, no território da APA Morro da Pedreira, unidade de uso sustentável, diversas são as irregularidades ambientais, acerca do uso e acesso aos bens naturais, o que compromete a conservação dos ecossistemas ali presentes.

Um morador aponta que o Parque trouxe o desenvolvimento para a região, pois a partir disso a Serra do Cipó tornou-se um atrativo nacional e internacional. Para ele, esse processo contribuiu para a preservação ambiental, já que se não houvesse a UC tudo estaria degradado. Por conseguinte, pode-se acrescentar que há uma grande demanda de serviços, gerada pela soma dos vários atrativos turísticos existentes à facilidade de acesso pela rodovia MG-010. Portanto, verifica-se uma sobrevalorização da terra rápida e desordenada, expansão da ocupação humana, conforme narrativa.

Hoje nós temos aí, cerca de 127 pousadas. A chegada do Parque valorizou muito nosso produto: Serra do Cipó, porque o nome não era Serra do Cipó, era Cardeal Mota, então quase não era conhecido, com a chegada do Parque Nacional Serra do Cipó, nós colocamos o nome de Serra do Cipó, que é um nome conhecido mundialmente, porque o nome do município aqui é Santana do Riacho, e não é conhecido, Serra do Cipó sim, se você chega aí em qualquer lugar do comércio e outros estados aí, e falar em Santana do Riacho é poucos conhecido. Agora, Serra do Cipó é conhecido mundialmente. (depoimento de ex-morador, colhido em 15/08/2017).

Deve-se destacar que o turismo é visto também como mecanismo de melhoria nas condições de vida da comunidade local, principalmente no setor econômico. Os veranistas, turistas, comerciantes, donos de bares, de pousadas, são sujeitos que utilizam os bens naturais disponíveis, tal uso se dá por meio dos atrativos turísticos. O turismo, por seu lado, é a atividade importante na dependência do PARNA Serra do Cipó. “o Parque é a “galinha dos ovos de ouro da região”, um exemplo, quando a gente tem algum movimento de paralisação, a região para,

o Parque é uma grande marca, um grande modelo, hoje fortalece muito.” (depoimento do técnico ambiental do ICMBio, colhido em 18/08/2017).

Nas narrativas, foi possível observar que os novos residentes e turistas apropriam-se do lugar cada vez mais, até mais que a comunidade local. O turismo tem reconfigurado a Serra sendo, então, mais explorado pelos que vem de fora. (CARDOSO, 2008). A atividade turística é permitida em 2% do território do Parque, apresentando consequências socioambientais muito mais relevantes. Segundo levantamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2011), nos últimos anos vivenciou-se intensa descaracterização ambiental e cultural da Serra do Cipó, sobretudo devido aos empreendimentos que vêm sendo implantados na região, a presença de condomínios residenciais de grande porte e o turismo predatório. (MPF, 2016).

Por ultimo, como pontua Martins (2011), esse fator é preponderante para a compreensão das outras rupturas a que esta população está sujeita. Os novos habitantes territorializados habitam-pensam-trabalham no território com base na racionalidade capitalista. Onde a maior produção e a produtividade são os princípios básicos. Há uma apreciação da terra que facilita ainda mais a especulação imobiliária. Também é configurada, em um novo uso da natureza, atribuindo a sobre-exploração dose bens naturais. Sendo, portanto, uma ruptura na relação histórica do uso da natureza que a comunidade construiu. A natureza não faz parte do caminho da vida, passa a ser o palco da reprodução capitalista.

Como ressalta Schopenhauer (2005), é o homem que entende as paisagens através de suas experiências, dando-lhes significados e valores. Os moradores articulam a sobrevivência e a qualidade do habitat.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi estudar a dinâmica territorial no processo de implantação e consolidação do Parque Nacional da Serra do Cipó e compreender os conflitos ambientais provocados pelos diferentes interesses, disputas e percepções acerca da UC. Para tanto, o cenário da pesquisa foi a região da Serra do Cipó, localizada na região central do estado de Minas Gerais, considerada um espaço puramente protegido em decorrência da sua diversidade biológica.

No decorrer deste estudo apresentou-se questões relacionadas ao processo de criação de áreas naturais protegidas, destacando os fatores que contribuíram para criação dessas áreas, bem como as consequências desse processo. Isso porque, a política de criação de Unidades de Conservação tem-se apoiado fortemente na vertente preservacionista, ampliando os conflitos socioambientais pela dicotômica relação “povos e parques”, pois em grande parte as populações humanas locais são “encurraladas” por esta vertente.

Neste contexto, buscou-se respostas para às questões principais apresentadas na pesquisa: Quais as formas de acesso e uso dos bens naturais praticados pelas famílias no entorno direto ou em áreas sobrepostas ao Parque Nacional da Serra do Cipó? Em que medida a institucionalização dessa área de preservação, com suas restrições, amplia os conflitos socioambientais?

Em respostas à estas questões, notou-se que o PARNA Serra do Cipó é uma representatividade desse cenário de conflitos socioambientais de uso, acesso e apropriação do espaço, onde notam-se múltiplos “contrapostos” em relação ao proposto pelo SNUC que prevê proteção aos bens naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeito e valorização ao seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente, como também, o art. 3º do Decreto nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que prevê, solucionar ou minimizar os conflitos provocados pela implantação de unidades de conservação de proteção integral em territórios tradicionais e estimular a criação de unidades de conservação de uso sustentável.

Percebeu-se que, o processo de criação do PARNA Serra do Cipó, foi sustentado pela pressão de pesquisadores e ambientalistas em prol da preservação da diversidade biológica da região, não havendo assim a ação participativa e efetiva dos moradores, o que apontou a dominação e o poder dos agentes do governo e de entidades ambientalistas sobre as populações

locais. E que o Estado desconsidera os habitantes locais dessas áreas protegidas, negligenciam sua cultura e o uso que fazem da terra, ocasionando o que chamamos de desterritorialização.

Destacou-se que os dilemas em defesa dos direitos sociais vão muito além da materialidade, está na permanência de suas identidades, do seu modo de vida, dos seus valores simbólicos atribuídos ao território. Notou-se a dimensão conflitante, em função das representatividades e das significações ao ambiente, assim, os conflitos socioambientais na Serra do Cipó podem ser entendidos como uma forte expressão a uma contestação na simbologia de lutas e significações.

Desse modo, as restrições impostas ocasionam a perda da identidade da comunidade, relacionando ao tripé, populações tradicionais, território e identidade, onde o território e a identidade funcionam como dependente um do outro e se sustentam no outro. Quando perdem seu território, as comunidades tradicionais perdem parte de sua identidade, esta última construída nas relações sociais através dos processos de territorialidade, que se manifestam, eventualmente, em forma de conflitos.

A partir disso, destacou-se os principais fatores que contribuem para os conflitos socioambientais manifestos, no período de criação da unidade de conservação, PARNA Serra do Cipó.

- As restrições impostas pela gestão administrativa no processo de institucionalização da Unidade de Conservação;
- A ausência de um diagnóstico participativo, a falta de opinião da comunidade sobre a categorização da UC e de audiência com a participação de todos os segmentos da comunidade do entorno;
 - A violação aos direitos sociais, pela expulsão dos moradores tradicionais ali presentes;
 - As promessas aos moradores locais e as indenizações que não foram realizadas;
 - Com reflexo a questão ambiental, destacou-se o processo de especulação imobiliária, o turismo, outros modos de impactação ambiental.

Desse modo, o PARNA Serra do Cipó, seguiu o mesmo modelo de tantas outras Unidades de Conservação presentes no Brasil, desconsiderando a existência humana dentro ou no entorno da UC, não admitindo o uso do espaço, que antes já era legitimado. No conflito identificado, notou-se que o choque de interesses e percepções entre os diferentes grupos sociais está conexo a política de conservação, onde os sujeitos possuem objetivos diversos.

Verificou-se mudanças significativas no modo de vida das populações locais, principalmente nas atividades agrícolas e criatórias. O conflito destaca que os custos da

conservação recaem sobre as populações locais, e agrava pelo fato de estas populações estarem entre as mais vulneráveis.

Nesse contexto, observou-se que é preciso uma recategorização, ou um Termo de Compromisso que vá amparar essas famílias, alterando a área e perímetro de acesso e uso do espaço por estas famílias, considerando os direitos dos moradores e de outros que fazem uso das unidades de conservação, como meio de sobrevivência material e simbólica, para que estes não fiquem submetidos aos interesses capitalistas de uso do território, visto que há um amplo campo de predominância destes, isso porque existe a Lei, no entanto, nem sempre esta é cumprida. É necessário, também, uma recategorização da legislação que ampare as normas de criação e institucionalização de Parque Nacional.

Considerou-se que os promotores das vertentes preservacionistas devem analisar o modelo perverso que, além, de desconsiderar as relações estabelecidas e promovidas, ainda desterritorializam povos e comunidades tradicionais de seu espaço de vivência, simbólico e de reprodução social e material. Com isso, novos mecanismos que possibilitem a inserção dessas populações no interior das unidades de conservação, são necessários, por exemplo:

- Integração entre comunidade e unidade de conservação.
- Fortalecimento de pesquisas científicas acerca dos conflitos ocasionados na região, que em muitos casos, são omissos.
- Políticas públicas que salvaguardem os direitos dos sujeitos ali presentes.
- Inserção da comunidade aos processos decisórios voltados as restrições de uso e acesso.
- Recategorização sobre as restrições de uso e acesso que Unidades de Conservação de Proteção Integral admitem.

Por outro lado, é preciso desmitificar a ideia de que as unidades de conservação que já foram decretadas a sua categoria, sejam inflexíveis à recategorização. É possível, em termos legais, alterar a categoria de uma Unidade de Conservação para outra mais adequada à realidade biológica e cultural que abriga.

Não infere, aqui, que todas as unidades devam passar por processos de mudança de categoria, mas sim que esta possibilidade seja aventada principalmente quando se tratar de territórios de ocupação por povos e comunidades tradicionais. Esse processo de territorialidade está conexo a historiografia, aos relatos e vestígios deixados pelos desbravadores da Serra, o cuidado com a biodiversidade, o modo como usavam e compartilham dos bens comuns e, principalmente, o saber tradicional das comunidades constituído por meio de gerações e vivências. Assim, percebe-se que o PARNA Serra do Cipó se trata de um território que tem a

base bucólico - rural, para a sua reprodução socioeconômica, por isso defendemos a permanência e garantia dos direitos territoriais dessas famílias.

A análise desses fatores, em termos de mudança de categoria de Unidades de Conservação, é importante para que sejam avaliados os aspectos positivos e negativos relacionados a cada caso e buscar compatibilizar o que tem em comum. E mais do que isto, é abrir ao Estado a possibilidade de rever sua atuação notadamente na produção/conformação de territórios que dinâmicos se metamorfoseiam ao longo da história para melhor acolher adversidades/conquistas que vão se constituindo à medida que novos atores e eventos vão surgindo.

Os conflitos ambientais presentes no PARNA Serra do Cipó destacam a fragilidade das iniciativas dos programas e das instituições envolvidas no processo de implantação do mesmo. Assim, considera-se que, os conflitos aqui apresentados, é um importante mecanismos para a reflexão e para ação dos sujeitos envolvidos com o processo de desterritorialização em que desenrolam as injustiças ambientais.

Nessa discussão, é essencial que a gestão do PARNA tenha uma postura integrada e transversal frente ao contexto regional, de maneira a proporcionar o envolvimento e engajamento dos diversos sujeitos sociais nas ações de desenvolvimento e proteção da natureza.

Nesse sentido, propõe-se a legitimação dos saberes existentes nas comunidades como suporte para edificação de propostas que envolvam o conhecimento científico, de forma que os limites desse conhecimento sejam superados, ou seja, espaços de diálogos abertos sejam criados para se enfrentar os desafios do cotidiano, além de negociações no âmbito local e regional, para que os problemas de ordem econômica sejam minimizados, já que envolvem estruturas e redes globais, neste caso, vinculados ao cenário brasileiro e internacional.

Ademais, considerando os objetivos da pesquisa, destaca-se o caminho percorrido nesta pesquisa não nos torna capazes de eliminar as dificuldades/problemas apresentados, mas servem para evidenciar as injustiças, contribuindo por dar visibilidade a violência simbólica/social que a população cipoense vivencia.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a. 296 p.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (Org) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p.13-36.

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7-12.

ALVES, Márcio Resende F., DINIZ José Eustáquio. **D. João VI e o genocídio dos índios botocudos**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG, 2008.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras /USP, 2000. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**. Ano 2, n. 5, 1999, p. 79-82 <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

BENNATI, José Heder. Presença humana em Unidades de Conservação: um impasse científico, jurídico ou político? In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. (org). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade & Instituto Socioambiental, 2001.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade: em áreas protegidas**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. In: **Revista Eco 21**, ano XV, n. 98, janeiro, 2005.

BUTTIMER, Anna. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

BRAGA, Solano de Souza. **A região da Serra do Cipó: complexidade, tempo e turismo**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 90.223, de 25 de setembro de 1984**. Cria, no Estado de Minas Gerais, o Parque Nacional da Serra do Cipó e dá outras providências. Brasília, 25 set. 1984.

BRASIL. **Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. **Decreto Nº 94.984, de 30 de setembro de 1987**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e benfeitorias, integrantes do perímetro abrangido pelo Decreto nº 90.223, de 25 de setembro de 1984, que criou o Parque Nacional da Serra do Cipó, no Estado de Minas Gerais. Brasília, 30 set. 1987.

BRASIL, art. 225. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: janeiro de 2018.

BRASÍLIA. **Resoluções do CONAMA: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008**. 2. ed. / Conselho Nacional do Meio Ambiente. – Brasília: CONAMA, 2008.

BRITO, M. C. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

BURSZTYN, M. Introdução. In: BURSZTYN, M. (org.) **A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Garamond, Rio de Janeiro, 2001. p. 7-12.

BURSZTYN, M. Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável. In: BURSZTYN, M (Org). **A Difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 59-76.

CARDOSO, Christiane Vilela. **As interfaces Socioambientais de um lugar em reconstrução: distrito Serra do Cipó/Minas Gerais**. 2008. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.

CARLOS, Ana. F. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo. Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana. F. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, E. *et al.* **População, Turismo e Urbanização**: conflitos de uso e gestão ambiental. **Anais...** XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

CRUZ, V. do C. Das lutas por redistribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios. Uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPR/UFRJ, 2013, p. 119-176.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

DIEGUES, A. C. S; NOGARA, P. J. **O Nosso lugar virou Parque: Estudo sócio ambiental do Soco de Mamanguá – Parati, Rio de Janeiro**. São Paulo: Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras /USP, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e Mata Atlântica**. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/USP. São Paulo: Hucitec, 1995. 323 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Biodiversidade e Comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP; 2000a.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras /USP, 2000b.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP. Editora Hucitec. São Paulo, 2001. 3.a edição.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O papel das grandes ONG's transnacionais e da ciência na conservação da natureza**, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001. 176p.

DIEGUES, Antônio Carlos; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB, 1994.

ESTRELLA, Andréia Carvalho. Entre imagens e palavras: um exercício metodológico multidimensional. In: RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti

(Org.). **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n. 09, julho/dezembro de 2000. p. 65- 83.

FERREIRA, Raoni Araújo. **A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística** – Um olhar sobre as transformações socioambientais. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FILIPPO, Daniela Campos. **Compreendendo a relação das pessoas com as áreas naturais da Serra do Cipó (MG): em meio às transformações do espaço**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 19. ed., Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GONTIJO, Bernardo Machado. **A ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha**. Universidade de Brasília. 2003. 210f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília. 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios a multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Ano IX, N.17, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Território**. Rio de Janeiro: Garamond. LAGET/UFRJ, 1997, n. 03, p. 77-85.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 1. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 6 jun. 2009a.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 2. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 6 jun. 2009b.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 3. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 6 jun. 2009c.

ICMBio. Portaria n.55: Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira – Encarte 4. Diário Oficial da União, n.127. Brasília, 6 jun. 2009d.

ICMBIO. **Instrução Normativa nº. 26/2012**. Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2012.

IUCN. **União Internacional para conservação da natureza**. Disponível em <<https://www.iucn.org/>>. Acesso em: janeiro de 2018.

LITTLE, Paul Elliott. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel. **A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. 2001, p. 107-122.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia nº 322. Brasília: UNB, 2002. 32p.

LITTLE, Paul Elliott. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: Encontro Nacional da ANPAS, 2004. **Anais do I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba-SP: ANPPAS, 2004.

LITTLE, Paul Elliott. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, ano 12 (25), 2006, p. 85-103 <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 2011.

MARTÍNEZ-ALIER. **Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MEDEIROS, Rodrigo. *et al.* **A Proteção da Natureza no Brasil**: evolução e conflitos de um modelo em construção. RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico, n. 9, ano VI, 2004, p. 83-93.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. In: **Ambiente e Sociedade**. Campinas, Jan-Jun, v. 9, n. 01, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2006000100003>

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. Tradução Carlos Alberto de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILANO, M. S. **Unidades de conservação**: atualidades e tendências. Curitiba: FBNP, 2002.

MINAS GERAIS. **Lei N° 6.605, de 14 de julho de 1975**. Autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Estadual da Serra do Cipó. Belo Horizonte, 14 jul. 1975.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privada**: seleção e manejo. São Paulo Fapesp, 2001.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 344 p.

MOURA, Izabel Beatriz Rodrigues. **O processo de institucionalização do Parque Nacional da Serra do Cipó**. 2013. 90p. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. 2013.

MPF. **Cumprimento da Sentença em Ação de Desapropriação** – Processo n° 2000.38.00.08183-3. Belo Horizonte: Ministério Público Federal, 4 out. 2013.

MUNGAI, Mariana França. **Mosaico de interesses, representações e conflitos**: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

OLIVEIRA, Daniel Gomes Batista. **O ideal preservacionista na política de criação de Unidades de Conservação de proteção integral e sua influência para as populações locais**. O caso do Parque Estadual da Serra do Intendente. 2011. 45 f Monografia (Curso de Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. Formação Socioespacial e Questão Ambiental no Brasil. In CRHISTOFOLETTI et al. (org.) **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo. HUCITEC. 1995. p.309-333.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Organizador: SADER, Emir. Rio de Janeiro, Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, 2004. p. 55.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PLATIAU, A. F. B. *et al.* Uma Crise Anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RELPH, Zech C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, n. 4, 1979.

RYLANDS, A. B; BRANDON, K. Unidades de Conservação brasileiras. **Megadiversidade**. Belo Horizonte, MG, v. 1. n. 1, jul. 2005.

SANTOS, Maria Stela Ferreira dos. DAPIEVE, Sônia Vieira. **Implantação do Parque Nacional Serra do Cipó: Mitos e realidades**. 1998. 123 f. Monografia (Pós-graduação lato sensu em Educação Ambiental). Universidade do Estado de Minas Gerais. Campus de Belo Horizonte. Faculdade de Educação-FAE/ Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. Belo Horizonte.1998.

SANTOS, Milton. Paisagem e espaço. In: **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Tradução de BARBOSA, J. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2005.

SILVA, Maria do Rosário Gomes. O Candombe do Açude Cipó e a resistência cultural quilombola: lutas contra-hegemônicas de um Sul multifacetado. **Anais... I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura - SEMLACult**. 28, 29 e 30 de junho de 2017, Foz do Iguaçu/PR, Brasil.

SOUZA, Leonardo Vasconcelos. **É parque, mas nem tão parque assim: representações acerca do Parque Nacional da Serra do Cipó**. 2014, 83f. Monografia (curso de graduação em Ciências Socioambientais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Campus de Belo Horizonte. 2014.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a naturalização do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 59, p. 52-66, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300004>

TUAN, Yi- Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel. 1980. 288p.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Disponível em: <<http://en.unesco.org/>>. Acesso em: fevereiro. 2018.

VIANNA, Lucina. Pinsard. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010. <https://doi.org/10.7476/9788542303063>

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, p. 11-33, 2010. <https://doi.org/10.7476/9788542303063>

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A dupla face da política ambiental**: um estudo da legislação das unidades de conservação e sua aplicabilidade na Serra do Cipó/MG”. Monografia (Ciências Sociais), Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território



A) Roteiro de entrevistas semiestruturadas - sujeitos sociais locais (famílias residentes e expropriadas)

Pesquisadora: Izabel Beatriz Rodrigues de Moura

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Pesquisa: Conflitos socioambientais na unidade de conservação: Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais.

Nome: _____

Data da entrevista: ____/____/____

1. Fale um pouco sobre você, sua idade, família, vida, dentre outros.
2. O que acha de morar na região?
3. O que o deixa mais feliz aqui?
4. Qual o significado que tem a Serra do Cipó e a natureza para vocês?
5. Como era a região/vida antes da chegada do Parque e o uso da área em questão, anterior a criação do mesmo.
6. O que faziam? O que fazem agora? De onde vem a renda familiar?
7. Qual sua visão a respeito da implantação do Parque?
8. Vocês tiveram conhecimento da proposta de criação de uma Unidade de Conservação (Parque Nacional da Serra do Cipó) no município de Serra do Cipó? Em caso positivo, como soube? Quais as vantagens e desvantagens da criação e implementação do parque para as comunidades?
9. O município realizou trabalhos com vocês sobre a criação do Parque?

10. O Estado pagou indenização? Como se deu a transformação fundiária na região historicamente? Quais instrumentos políticos contribuíram para a mudança de cenário, as formas de apropriação e uso do ambiente?
11. Quais os fatores determinantes dos conflitos na UC?
12. A chegada do Parque proporcionou impactos na região? E para as comunidades locais?
13. Quais os potenciais, desafios e limites em relação ao Parque?
14. Quanto aos recursos naturais da região do Parque tem algo a dizer?
15. Como o Parque está sendo protegido?
16. Em sua opinião, quem foi favorecido com a implantação do Parque?
17. Qual a sua percepção em relação à gestão do IBAMA (enquanto parque estadual) e do ICMBio (esfera federal)?
18. Existe alguma Associação de Moradores representando vocês? Em caso afirmativo, como é a participação de vocês perante a Associação?
19. Qual sua perspectiva em relação ao Parque no futuro?
20. Algo mais a falar, ou há indicações de pessoas que estiveram envolvidas no processo de implantação do parque para serem entrevistadas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território



B) Roteiro de entrevistas semiestruturadas - moradores do entorno do PARNA Serra do Cipó.

Pesquisadora: Izabel Beatriz Rodrigues de Moura

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Pesquisa: Conflitos socioambientais na unidade de conservação: Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais.

Nome: _____

Data da entrevista: ____/____/____

1. Fale sobre você, sua idade, família, vida, dentre outros.
2. Há quanto tempo mora aqui? O que o levou a vir morar na localidade? Quando e como chegou? Houve mudança na sua vida? Quais? (Caso seja antes da implantação do parque, perguntar como sobrevivia; se após, quais atividades cultivou); perguntar a diferença entre viver naquela época e viver atualmente.
3. Você acredita que a criação do parque ocasionou benfeitorias para as comunidades locais, aos veranistas, aos turistas, aos comerciantes, aos donos de hotel? Quais são estes benefícios?
4. Você sabe o significado de uma Unidade de Conservação? Qual a importância da criação de uma Unidade de Conservação?
5. Você contribui para a proteção dos recursos naturais das áreas? Quais medidas são tomadas por vocês para a proteção do ambiente local?
6. O que é o ambiente do parque para você?
7. Em sua opinião, qual a importância do parque e de seus recursos naturais?
8. Possui alguma relação com os responsáveis pelo parque? Quais?
9. Como os recursos naturais da UC são usados? Por quem são usados?

10. Quanto ao futuro, quais são suas expectativas?
11. Gostaria de sugerir ou deixar uma mensagem para aqueles que não conhecem a região?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território



C) Roteiro de entrevistas semiestruturadas - órgão gestor do Parque (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Pesquisadora: Izabel Beatriz Rodrigues de Moura

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Pesquisa: Conflitos socioambientais na unidade de conservação: Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais.

Nome: _____

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

1. Fale um pouco sobre você, sua formação, origem, quando e como começou a trabalhar com unidades de conservação.
2. Por que, como e quando veio para a região? Há quanto tempo reside aqui?
3. Você já conhecia a região? Como foi a sua vinda?
4. Quando você chegou aqui, qual era a situação do Parque? O que chamou sua atenção? Tem conhecimento de como foi o processo de deliberação para a criação do parque (critérios, relevância)? Quem estava envolvido, quem influenciou na decisão?
5. O que mudou após o ICMBio tornar-se gestor do Parque, acarretando assim a separação entre o IBAMA e o mesmo?
6. Como tem sido a aceitação do Parque pelas famílias que foram expropriadas, como também pela população local do seu ponto de vista?
7. Como tem sido a fiscalização? Qual é a referência utilizada para tomar decisões do que fazer? Há dificuldades?
8. Que potenciais, desafios e limites percebe em relação a gestão do Parque?

9. O que você conhece sobre o entorno do parque? Como você enquanto ICMBio vê/relaciona com as comunidades? O que implica para a UC ter essas comunidades no entorno?
10. Existe população moradora no interior da Unidade? Qual o total numérico desta população? Como se caracteriza?
11. Quais os problemas que a administração percebe/aponta em relação à presença desta população? Houve a entrada de novos ocupantes após a criação da UC?
12. Qual é a principal causa geradora de conflitos? Quais os meios usados para resolver a situação?
13. Há impacto do Parque sobre a região? Quais?
14. Quem são os parceiros do parque (recursos financeiros, pesquisas)? Enumerar.
15. Como o ICMBio (Brasília) vê esse parque? E o exterior do país (Órgão ambiental, turistas)?
16. Qual é a perspectiva de futuro que você vê para esse Parque? E que perspectiva o Parque traz para o Brasil (estando localizado sob os domínios da Serra do Espinhaço, campo rupestre, cerrado)?
17. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa? Indicaria alguém para ser entrevistado?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território



Termo de Consentimento

Eu, _____, RG _____, autorizo a discente Izabel Beatriz Rodrigues de Moura, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, a realizar entrevista referente à pesquisa *Conflitos socioambientais na unidade de conservação: Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais*, sob orientação do Prof. Dr. João Cleps Junior. Autorizo a discente a utilizar em sua pesquisa acadêmica todas as informações concedidas em entrevista e questionários.

Obs.: Os dados coletados serão utilizados unicamente com finalidades acadêmicas e os sujeitos participantes serão preservados de suas identidades.

Uberlândia, _____ de _____ de 2017.

(Assinatura)